

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANALISA ZORZI

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOÇÃO DE EMPODERAMENTO COM
BASE NO ACESSO DAS AGRICULTORAS AO PRONAF MULHER EM
IJUÍ-RS

PORTO ALEGRE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANALISA ZORZI

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOÇÃO DE EMPODERAMENTO COM
BASE NO ACESSO DAS AGRICULTORAS AO PRONAF MULHER EM
IJUÍ-RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Anita Brumer

Porto Alegre

2008

AGRADECIMENTOS

A defesa da dissertação é um momento muito importante para mim. Por esse motivo, seria uma injustiça de minha parte não compartilhar essa etapa e agradecer a algumas pessoas que foram essenciais ao longo do processo de minha formação, tanto pessoal quanto acadêmica.

Primeiramente, então, eu gostaria de agradecer aos meus pais, Neusa e Rosalino, por todo apoio, suporte e carinho incondicionais e de extrema importância para a construção do caminho que estou trilhando. Estendo a minha gratidão às minhas irmãs, Lisiana e Denise; às minhas sobrinhas, Laura e Luisa; às minhas irmãs do “coração”, Mônica, Michelle, Leda e Joseane; aos meus cunhados, Rafael, Helena, Daniel, André; aos meus sogros, Carmen e José Fernando, pelo constante apoio e crédito depositado em mim.

Agradeço também o aporte institucional que o Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS ofereceu-me através do curso com suas disciplinas, corpo docente, funcionários e estrutura.

Sou grata à CAPES pelo apoio financeiro através de uma bolsa de estudos que permitiu a minha dedicação ao curso e à realização desse trabalho.

Faço um agradecimento especial às pessoas que entrevistei (agricultoras e agricultores de Ijuí, funcionários da Emater e Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), pois sem a contribuição de vocês não seria possível produzir tal dissertação.

Permito-me expressar a minha satisfação em pertencer à turma de mestrado ingressante no ano de 2006 ao programa. Sem essa turma, certamente, não teria sido tão interessante o processo de aprendizado e de construção da dissertação. Faço um agradecimento especial à Rochelle, à Mariana, à Maira, à Jaqueline, à Márcia, à Milena e à Vivi por terem iluminado o nosso convívio com tanto carinho e alegria.

Gostaria de agradecer também aos meus eternos colegas de graduação que são muito queridos para mim. São eles: Fabiela, Aline, Analine, Paulo, Fabrício...

Um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Anita Brumer, pela sua dedicação e paciência, por suas valiosas sugestões e críticas que enriquecem não só essa dissertação como a minha trajetória acadêmica.

Por fim, mas não menos importante, muito pelo contrário, agradeço ao Chico pelo companheirismo, como namorado e como colega; pelo carinho, pelo amor, pela paciência, pelas alegrias, pelas risadas e pelos choros; pelas constantes reflexões conjuntas que fazemos de nossas práticas e de nossa ambição de, quem sabe um dia, viver num mundo melhor e mais justo para todas e todos!!!

RESUMO

O objeto de reflexão da presente dissertação é o processo protagonizado pelas agricultoras familiares, situadas no município de Ijuí no Rio Grande do Sul, a partir do acesso ao Pronaf Mulher, uma linha de crédito criada com o objetivo de estabelecer a igualdade entre mulheres e homens no acesso ao crédito agrícola voltado para a Agricultura Familiar, procurando contribuir para a superação das desigualdades de gênero no meio rural. Este trabalho situa-se entre os que buscam compreender que tipo de dinâmica os indivíduos alvos das ações do Estado constroem a partir da experiência de acesso a uma política pública. Esta reflexão propõe analisar os resultados produzidos nas relações desses indivíduos. Ou seja, a proposta é refletir sobre os impactos que uma determinada política pública tem na vida das pessoas; que tipo de processo se estabelece a partir desse acesso. Os resultados são positivos, negativos ou não alteram a situação delas? Será que o acesso ao crédito propicia uma maior autonomia para as agricultoras? Essa autonomia é capaz de provocar mudanças nas relações de gênero? O objetivo central é refletir sobre a contribuição de uma política pública para a afirmação da autonomia das agricultoras, para tanto o instrumental teórico e metodológico da análise baseia-se nas discussões sobre a situação das mulheres na agricultura familiar juntamente com a noção de empoderamento e suas diferentes dimensões: a econômica, a pessoal (melhoria do bem-estar), a social e política. O material empírico utilizado para a presente reflexão constitui um total de treze (13) entrevistas e um (01) grupo de discussão, que foram realizados nos meses de agosto e setembro de 2007. As entrevistas foram semi-estruturadas e direcionadas a oito (08) agricultoras que acessaram o Pronaf Mulher; a dois (02) agricultores (maridos de duas das agricultoras entrevistadas); a dois (02) funcionários da Empresa de Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS), sede municipal e regional e a um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ijuí. A pesquisa mostrou que o processo se constitui em dois pólos. Portanto, ao mesmo tempo em que o processo apresenta resultados positivos a partir da possibilidade das agricultoras empreenderem novas ações que as envolvem em diferentes esferas sociais, esse mesmo processo apresenta limites quando se pensa na transformação dos papéis desempenhados por mulheres e homens no meio rural. Ou seja, a construção da sua condição de agente e de seu empoderamento a partir do acesso a uma política de crédito, na perspectiva adotada na presente dissertação, não se encontra finalizada – e não se sabe se isso ocorrerá -. Certamente ocorreram mudanças para essas mulheres, principalmente em relação ao aumento de suas auto-estimas por se sentirem capazes tanto de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização, quanto de contribuir financeiramente com a família. No entanto, entende-se que as coisas permanecem “no seu lugar”, isto é, as práticas construídas historicamente e influenciadas pelos condicionamentos socioculturais a que estão inseridas são ainda muito presentes e resistentes tanto para os homens como para as mulheres.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Pronaf Mulher, Agricultura Familiar, Agricultoras, Autonomia, Empoderamento.

ABSTRACT

The object of this dissertation is the process in which the familiar female farmers located in the city of Ijuí in Rio Grande do Sul from the access to Pronaf Mulher, which is a kind of credit created with the aim of establishing the equality between men and women in the access to the agricultural credit towards Familiar Tilling trying to contribute to the overcome of the inequalities of gender in rural environment. This paper is among the ones that look for understanding what kind of dynamics the people who are the target of the actions of the State build from the experience of access to a public policy. This reflection proposes to analyze the results produced in the relations of these people. In other words the purpose is to reflect over the impacts that a determined public policy has in the lives of the people; what kind of process is established from this access. Are the results positive, negative, or they do not change their situation? May the access to the credit provides a bigger autonomy to the female farmers? Is this autonomy capable of provoking changes in the relations of gender? The main objective is to reflect over the contribution of a public policy to the affirmation of the autonomy of the female farmers. Therefore the methodological and theoretical analyzes instrumental is based on the discussions over the situation of women in Familiar Tilling along with the notion of empowerment and its different dimensions: economical, personal (improvement of welfare), social and political. Empirical material used for this reflection constitutes a total of thirteen interviews and one discussion group, that were done in the August and September of 2007. The interviews were semi structured and directed to eight female farmers who accessed the Pronaf Mulher; to two farmers (husbands of two of the female farmers interviewed); to two workers of the rural extension company of Rio Grande do Sul (Emater-RS), city and regional headquarters, and to a representative of the rural workers' union of the city of Ijuí. The research has shown that the process is constituted in two poles. Therefore, while this process presents positive results from the possibility of the female farmers undertake new actions that involve them in different social spheres, this very process presents limits when taking in the transformations of the roles played by women and men in the rural environment. In other words, the building of her condition of agent and her empowerment from the access to a policy of credit on the perspective adopted in this dissertation is not complete – and it is not known if this will occur. Certainly changes for this woman have occurred, mainly relating to the improvement of their selfsteems for they have felt capable both to manage the whole process of their work, since the production up to the commercialization, and to financially contribute to the family. However, it is understood that things remain “on their places”, which is, practices historically built and influenced by the social cultural conditioning in which they are placed are still present and resistant both to men and women.

Keywords: Public Policies, Pronaf Mulher, Familiar Agriculture, Female Farmers, Autonomy, Empowerment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pronaf - Número de operações por sexo.....	57
Gráfico 2: Número de contratos - Pronaf Mulher por região.....	59
Gráfico 3: Volume de recursos - Pronaf Mulher por região.....	60
Gráfico 4: População Total do município de Ijuí.....	64
Gráfico 5: População rural do município de Ijuí.....	64
Gráfico 6: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.....	66
Gráfico 7: Evolução da população urbana/rural de Ijuí RS (1960-2005).....	67
Gráfico 8: Área dos estabelecimentos por grupo de área total e utilização das terras no município de Ijuí (%)......	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoal Ocupado na Agropecuária, no Brasil por Jornada de Trabalho, segundo o Sexo – 2003.....	50
Tabela 2: Divisão das atividades do estabelecimento agropecuário por sexo.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Informações da Categoria C do Pronaf Mulher.....	78
Quadro 02: Perfil das entrevistadas.....	83

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Esquema formulado a partir do cruzamento da hipótese de Sen (2000) e da proposta de análise do impacto da política de micro crédito (MAYOUX, apud HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2004).....	44
Esquema 2: Resultado da operacionalização do esquema formulado a partir do cruzamento da hipótese de Sen (2000); da proposta de análise do impacto da política de micro crédito (MAYOUX, apud HOFMANN; MARIUS-GNANOU, 2004) e da pesquisa empírica.....	115

LISTA DE SIGLAS

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU - Organizações das Nações Unidas

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA, JUSTIFICATIVA E ESCOLHA TEÓRICA	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo principal.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 HIPÓTESE	16
1.4 A PESQUISA EMPÍRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
1.4.1 A escolha do município	17
1.4.2 A seleção dos entrevistados.....	17
1.4.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 CAPÍTULO 1: ELEMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO.....	21
2.1 JUSTIÇA E IGUALDADE.....	21
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO DE AGENTE E DO EMPODERAMENTO DOS INDIVÍDUOS	26
2.3 EMPODERAMENTO: UMA NOÇÃO CONCEITUAL EM CONSTRUÇÃO.....	31
3 CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A SITUAÇÃO DA AGRICULTORA: DE COADJUVANTE A PROTAGONISTA DE AÇÕES DO ESTADO	45
3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
3.2 AGRICULTORES FAMILIARES COMO ALVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO.....	51
3.3 RE-PENSANDO A PARTICIPAÇÃO DA MULHER: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PRONAF MULHER.....	54
4 CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES EMPÍRICAS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ.....	63
4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DE IJUÍ.....	63
4.2 A AGRICULTURA	67
4.3 AS AGRICULTORAS FAMILIARES.....	70

5 CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS AGRICULTORAS DE IJUÍ	74
5.1 O CONTEXTO DA PESQUISA EMPÍRICA.....	75
5.2 OS MOMENTOS DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO	82
5.2.1 O Contexto e a motivação	82
5.2.2 O engajamento e a reivindicação	89
5.2.3 A integração e a ação.....	91
5.2.4 A conscientização.....	93
5.3 DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO	95
5.3.1 A dimensão econômico-individual	95
5.3.2 A dimensão pessoal.....	102
5.3.3 A dimensão social e política	106
5.4 POSSIBILIDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO DE AGENTE E DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS AGRICULTORAS DE IJUÍ:.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A	126
APÊNDICE B.....	130
APÊNDICE C	131
APÊNDICE D	132
ANEXO 1.....	133

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre desigualdades na Sociologia é marcado por diferentes enfoques: o social, o econômico, o político, o cultural, só para citar as temáticas mais frequentes. Acontece que existem certas diferenciações, entre os indivíduos, que são perpassadas por esses eixos justamente por simbolizarem certas características que, na construção das relações sociais, podem ser valorizadas ou não. Esse é o caso, por exemplo, do sexo e da etnia. A característica biológica sexo interfere nas interações sociais por se constituir em fator influenciador de algumas práticas sociais. Por isso, Joan Scott (1990) propõe a categoria *gênero* para refletirmos sobre as relações históricas marcadas pelas diferenças fundadas pelo sexo, pelo seu caráter social e não apenas biológico.

Os principais mecanismos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe, excluindo, assim, boa parte das mulheres da estrutura ocupacional, relaciona, de um lado essa exclusão à ‘tradição’ que coloca a mulher na condição de desempenhar os papéis domésticos; e de outro, sugere que as diferenças entre homens e mulheres estão fundamentadas pelas ‘deficiências’ do organismo e da personalidade feminina (SAFFIOTI 1976). Essas são explicações que, fundadas em atributos físicos e biológicos, justificam algumas práticas sociais e a exclusão das mulheres de esferas de interação social, como o espaço público, por exemplo.

Por conseguinte, busca-se o desenvolvimento de ações que visem colocar as mulheres em outro patamar em suas relações, para que elas possam contribuir para a sociedade em pé de igualdade com os homens. E é pela luta disso que os movimentos de mulheres no mundo trazem constantemente suas reivindicações e interpretações sobre a compreensão do que se pode estabelecer como justiça nas relações de gênero em diferentes espaços, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público.

Norberto Bobbio (1997) chama a atenção para essa questão na tentativa de constituir a igualdade e a justiça. Nesse sentido, o autor afirma que um atributo biológico, por si só, não confere valor; não é bom ou ruim; mas se constitui em algo positivo ou negativo e alvo de diferenciações sociais, econômicas, políticas e culturais, na medida em que estrutura as relações sociais dos indivíduos. Portanto, certas práticas e ações que envolvem questões de gênero não advêm de definições divinas ou naturais. Elas são naturalizadas pelo seu enraizamento, ao longo de gerações, trazendo a impressão de que ‘sempre foi assim’, no

entanto, são resultados das ações, relações e interações de homens e mulheres na sua história social.

Como uma mediação necessária, alguns países vêm intervindo nessa situação, principalmente em resposta às pressões dos movimentos feministas, através de políticas públicas nas áreas da saúde, da previdência, do trabalho, da educação, entre outros. Dados da ONU (Organização das Nações Unidas) mostram o quanto existe de desigualdade entre mulheres e homens no acesso a bens econômicos e sociais, firmando como compromisso, pelo desenvolvimento social das diferentes sociedades, de superar esses índices.

Sen (2000) trabalha com a idéia de que o desenvolvimento das sociedades constrói-se não somente pela riqueza material produzida pelas nações, mas sim, também, pela liberdade, oportunidade e capacidade que as pessoas têm de contribuir para tal desenvolvimento e para garantir o bem-estar pessoal e coletivo. Para o autor, as mulheres são agentes chaves desse processo, pois seus estudos mostram que quando as mulheres têm a oportunidade de acessar bens e serviços, liberdade de fazer escolhas que condizem com seus valores de vida e a afirmação de que são capazes de contribuir para melhorar a vida de seus familiares, das pessoas de seu entorno e a sua própria, as conseqüências desse processo são benéficas para todos, pois há uma série de conseqüências geradas por tais ações, como a diminuição da fecundidade, o aumento de sua escolaridade e de seus filhos, entre outros aspectos.

Logo, as políticas públicas têm papel fundamental para o desenrolar desse processo, pois aparecem como ações do Estado na tentativa de inserir as mulheres na vida pública para que elas aumentem sua participação social.

Os estudos sobre políticas públicas no Brasil têm privilegiado a análise das configurações institucionais de tais ações do Estado. Não é raro encontrar pesquisas que enfoquem os atores políticos e as redes construídas para a constituição e implementação de tais políticas. A proposta da presente dissertação, no entanto, tem como objeto central de reflexão a dinâmica produzida pelos indivíduos alvos dessas políticas em seu contexto econômico, político e social. O significado disso é o interesse da pesquisa, ou seja, verificar o impacto produzido pela política pública na vida dessas pessoas.

Para tanto, a escolha de compreender o processo implicado ao acesso a uma política de crédito específica para mulheres trabalhadoras rurais (Ponaf Mulher) leva em conta as especificidades sociais e culturais da agricultura familiar. Se já há a dicotomia “espaço público” versus “espaço privado”, independentemente se no meio urbano ou rural, há de se

levar em consideração que algumas mudanças e conquistas levam mais tempo para se consolidar para as mulheres rurais do que para as mulheres urbanas. E isso se comprova através de pesquisas que comparam ambas as situações (SILIPRANDI, 2004).

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA, JUSTIFICATIVA E ESCOLHA TEÓRICA

Na construção do problema de dissertação, levou-se em conta, por um lado, o referencial que percebe as políticas públicas como um instrumento importante que pode potencializar ações que modificam a situação de vida de seus beneficiários, tendo como premissa o papel ativo e não passivo de tais indivíduos (condição de agente) no processo de construção de seu empoderamento; e, por outro lado, a lacuna existente nos estudos sobre os impactos produzidos pelo acesso às políticas públicas. A questão que se coloca é entender em que medida o acesso a uma política de crédito (Pronaf Mulher) influencia na modificação das relações das agricultoras, no sentido de contribuir na constituição de uma maior autonomia nas suas ações e estabelecendo, assim, a sua condição de agente. Há a efetivação do empoderamento (econômico-individual, pessoal, social e político) das agricultoras, tendo em vista a possibilidade de transformação das relações de gênero nas esferas da família, do trabalho, da comunidade?

A proposta desse estudo tem por objetivo contribuir para o conhecimento social e sociológico, pois se insere no campo dos estudos sobre o impacto que determinadas políticas públicas têm sobre as interações de grupos sociais demandantes por ações direcionadas pelo Estado, como é o caso do Pronaf Mulher.

Os elementos analíticos escolhidos para compreender a problemática colocada estão diretamente relacionados às reflexões realizadas em outros contextos, em outras pesquisas, e às reflexões possíveis de se realizar. Ademais, privilegiou-se a discussão que deu conta de pelo menos dois aspectos; o primeiro relaciona-se à questão do poder, pois a idéia foi trabalhar com esse conceito no sentido oposto da dominação e entender que, em certos contextos, para algumas categorias sociais excluídas de algumas dinâmicas, adquirir poder pode ser necessário para a transformação de suas realidades; o segundo aspecto refere-se ao aporte analítico fornecido pelo referencial no qual torna possível a operacionalização do conceito ou categoria de empoderamento.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo principal

Compreender, de um lado, como se constituiu o processo de empoderamento das agricultoras após seu acesso ao Pronaf Mulher e, de outro lado, que implicações a dinâmica construída a partir de suas ações, na condição de agente, têm nas suas relações e interações com a família, com a comunidade e com o Estado.

1.2.2 Objetivos específicos

Verificar quais são os fatores que influenciaram a tomada de decisão das agricultoras no momento do acesso ao crédito e da definição do projeto desenvolvido com os recursos do Pronaf Mulher;

Identificar a importância dos mediadores no processo: de informação sobre a política de crédito, de formulação do projeto e de acompanhamento dos empreendimentos construídos;

Observar se há uma mudança efetiva na postura das agricultoras diante das questões que relacionam diferenças entre homens e mulheres na agricultura familiar e na Sociedade;

Apreender as percepções de homens e mulheres (da família, da comunidade e de mediadores com o Estado – Emater e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) envolvidos no processo de empoderamento das agricultoras;

Analisar o processo de construção da condição de agente das agricultoras, bem como seu empoderamento frente ao contexto de acesso à política de crédito (Pronaf Mulher).

1.3 HIPÓTESE

A ampliação da participação das mulheres na renda familiar, a partir do desenvolvimento de um empreendimento econômico próprio, influencia na sua inserção em

outros espaços de interação e na configuração de novas relações com diferentes agentes. Graças a isso, as mulheres engajam-se em novas experiências sociais, o que as leva a perceber e refletir de modo diferenciado suas vidas e sua contribuição para o bem estar pessoal, familiar e coletivo.

1.4 A PESQUISA EMPÍRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 A escolha do município

O município escolhido para a realização da pesquisa empírica foi Ijuí, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Existem dois motivos para a definição desse município para a coleta dos dados. O primeiro diz respeito à inexistência de sistematização dos dados do universo, no plano institucional, por parte do Estado, referentes ao acesso ao Pronaf Mulher no Rio Grande do Sul que teria auxiliado na escolha do local de estudo; e em segundo lugar, definiu-se pela escolha de Ijuí pelo fato da pesquisadora contar com o apoio de conhecidos na cidade que auxiliaram na visita às propriedades agrícolas.

Foi feito um contato com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) regional e municipal de Ijuí para averiguar a possibilidade de apoio Institucional para a pesquisa que, nesse caso, seria o acompanhamento realizado junto à pesquisadora na localização dos entrevistados e no próprio acompanhamento da pesquisa. A resposta foi negativa, não por falta de interesse e isso ficou evidente no pedido de retorno da pesquisa através de uma cópia da dissertação, mas sim por problemas estruturais e de recursos humanos que a Emater vem enfrentando nos últimos anos. A justificativa dada era que faltavam tanto recursos materiais, veículos, e funcionários que pudessem fazer esse trabalho.

1.4.2 A seleção dos entrevistados

Antes de iniciar a pesquisa empírica, estabeleceu-se, a partir da leitura da problemática e dos objetivos do estudo, quem seriam os agentes importantes para a análise do processo em questão. Definiu-se, então, que seria necessário entrevistar: as agricultoras beneficiárias do

crédito do Pronaf Mulher; funcionários da Emater que informaram, intermediaram e auxiliaram essas agricultoras no acesso à política de crédito; algum representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que informasse a dimensão política da política pública; outras pessoas da comunidade e; os maridos das agricultoras.

Para tanto, o primeiro contato foi realizado com a Emater regional, no qual foi indicado o nome de Ana para falar sobre o Pronaf Mulher, por esta ser a mais habilitada sobre o assunto, pois trabalha diretamente com as agricultoras da região sobre o crédito. Após essa conversa, ela indicou Evandro, que é técnico e trabalha na Emater municipal. Foi ele quem forneceu os dados das agricultoras que acessaram o Pronaf Mulher no município. No total, conforme ele, doze (12) agricultoras de Ijuí acessaram este tipo de crédito.

A partir desse momento, tendo as informações necessárias de cada uma das agricultoras, como a localidade onde moravam, iniciou-se a procura e as entrevistas com oito (08) delas. Não foi possível localizar as quatro agricultoras restantes para completar o universo do município. Foi possível, também, conversar com os maridos de duas agricultoras que estavam na propriedade no momento da visita. Para completar as entrevistas, incluiu-se a conversa com um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.

Para complementar as informações dadas pelas agricultoras, assim como possibilitar a construção da percepção delas sobre questões que envolvem as mulheres do campo, como a discussão de gênero, a divisão do trabalho, a sua exclusão de alguns processos e a política de crédito, foi realizado um grupo de discussão numa das comunidades rurais de Ijuí, com a participação tanto de agricultoras que acessaram quanto de agricultoras que não acessaram o crédito. A divulgação deste encontro entre a pesquisadora e as agricultoras foi feita pela Emater, com antecedência, através de uma emissora de rádio local.

1.4.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados

A principal técnica de coleta das informações utilizada na pesquisa foi a entrevista, pois esta possibilita a interação entre pesquisador e pesquisado de forma a estabelecer uma relação que visa apreender algumas questões referentes ao problema de pesquisa (CORTES, 1998). A entrevista torna-se uma técnica interessante na medida em que proporciona ao pesquisador um campo de possibilidades de interação na realidade social que pretende

estudar, principalmente se ele se dá conta de que a fala de seu entrevistado é influenciada pelas suas representações de suas ações e das estruturas que as envolvem.

Foram produzidos roteiros¹ com questões abertas, diferenciados para cada grupo entrevistado, ou seja, um roteiro de perguntas para as agricultoras, outro para seus respectivos maridos, outro para o representante do sindicato e por último um roteiro específico para representantes de instituições governamentais, que nesse caso foi a Emater. Cabe ressaltar que a estratégia de colocar questões diferentes para esses grupos não compromete os objetivos da pesquisa, pelo contrário. Fez-se necessário proceder dessa maneira justamente por essas pessoas ocuparem posições diferentes e terem percepções diferentes em relação ao processo de acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher. As questões colocadas aos entrevistados estão relacionadas com os indicadores construídos com o objetivo de produzir respostas que possibilitem operacionalizar o processo de empoderamento, como discutido no capítulo 1.

Para o grupo de discussão, também foi elaborado um roteiro com questões sobre as diferentes dimensões em jogo no processo de empoderamento. A idéia de realizar esta dinâmica era verificar como as agricultoras constroem, coletivamente, suas reflexões sobre os temas propostos a partir do debate entre elas.

A proposta desse procedimento metodológico,

Está em situar cidadãos em relação de diálogo, provocando reflexões pessoais e coletivas acerca de determinadas questões, bem como sobre as decisões que devem ser tomadas para que os consensos que emergem durante o diálogo se concretizem. Trata-se de uma metodologia que favorece que as pessoas emitam suas opiniões, coloquem-nas em diálogo com as opiniões dos(as) outros(as) e que estas sejam novamente remetidas a si e a seus valores mais profundos (IBASE; PÓLIS, 2005).

As entrevistas, que foram gravadas e depois transcritas, foram trabalhadas através da perspectiva da *análise de conteúdo*, com o objetivo de apreender as intenções e significados das falas dos entrevistados. Esse recurso metodológico propõe a construção de categorias gerais tendo em vista os objetivos da pesquisa bem como sua dimensão teórica e apresenta como principal característica o fato de o diálogo proporcionado na entrevista permanecer intacto, apenas sendo referenciado às categorias construídas pelo pesquisador (SPINK; LIMA, 1999). Além disso, a *análise de conteúdo* permitiu, a partir da leitura sistemática do material

¹ Os roteiros estão nos apêndices.

empírico, construir uma interpretação que ultrapassa as manifestações expressas pelos entrevistados (CORTES, 1998).

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O desenvolvimento da dissertação está dividida em quatro partes. Na primeira, exposta no capítulo 1, apresentam-se os elementos teóricos que norteiam a discussão sobre as reflexões acerca dos conceitos de justiça e igualdade, bem como a relação desses conceitos com o potencial que as políticas públicas têm na construção do processo de empoderamento de sujeitos inseridos em relações desiguais. No segundo capítulo, discutem-se as especificidades da agricultura familiar e a situação das mulheres no espaço de produção agrícola; o contexto de criação do Pronaf, como uma política de crédito destinada aos agricultores familiares e a inserção, e sua evolução, das agricultoras nessa política de crédito e numa linha específica do Pronaf, o Pronaf Mulher. No terceiro capítulo, trabalhou-se com dados que caracterizam o município escolhido para a pesquisa, levando-se em conta, principalmente, as informações relativas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Foi possível, também, através do estudo de uma pesquisa realizada na década de 1980, mostrar dados relacionados à situação das agricultoras frente ao processo de trabalho familiar agrícola em suas respectivas propriedades. Por fim, no quarto capítulo explora-se a análise das informações apreendidas na pesquisa empírica tendo como base as dimensões trabalhadas no capítulo 1.

2 CAPÍTULO 1: ELEMENTOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

Neste capítulo abordam-se os elementos teóricos que fundamentam a análise da experiência de acesso ao Pronaf Mulher por agricultoras. Cabe esclarecer que a reflexão realizada partiu da idéia de não haver apenas uma teoria ou uma linha teórica que esgote as configurações do conceito empoderamento, fato evidenciado na construção deste “corpo teórico”, preenchido com discussões de diferentes autores e pesquisadores da área. O que ratifica nosso compromisso epistemológico e teórico na construção do conhecimento, pois consideramos positivo o amplo debate e o posicionamento de autores de diferentes correntes.

Pensar a abrangência da noção de empoderamento e suas implicações para a pesquisa empírica foi um desafio interessante, pois proporcionou considerar este conceito a partir de uma perspectiva aberta. Logo, o conceito está em construção, e seu rumo depende do olhar do pesquisador ou da pesquisadora aos processos de transformação ocorrentes na realidade social. É possível trabalhá-lo, por exemplo, com diferentes vieses, relacionados à maneira com que se reflete a questão do poder nas relações sociais. Afinal, adquirir poder é positivo ou negativo? Definitivamente, isso depende! Portanto, essa discussão vai orientar a escolha dos elementos que constituem o processo de empoderamento o que, nesse caso, inclui: a) o debate sobre justiça e igualdade na lógica do olhar feminista sobre as desigualdades de gênero; b) a contribuição das políticas públicas para a ampliação das oportunidades para a transformação de relações desiguais; c) a própria construção da noção conceitual de empoderamento.

2.1 JUSTIÇA E IGUALDADE

A historiadora Joan Scott (1990) propõe o estudo da categoria gênero numa perspectiva histórica. Ou seja, conforme a autora, quando se usa uma palavra ou idéia é preciso considerá-la a partir de seu significado, que é histórico. Logo, gênero constitui-se, para Scott, em uma categoria de análise histórica. A partir dessa proposta, então, a autora mostra que o conceito deixa de ser utilizado no seu sentido gramatical, que proporcionava uma identificação em termos de caracterização biológica, e passa a ser referenciado no caráter

social das diferenças fundadas sobre o sexo. Scott (1990) apresenta três posições teóricas que consideram a construção social das diferenças entre homens e mulheres ao longo da história. São elas: a) a tentativa feminista de explicar as origens do patriarcado e, portanto, da subordinação das mulheres; b) a tradição marxista, baseada principalmente nas críticas feministas, com base na divisão sexual do trabalho e c) o pós-estruturalismo, que tem por objetivo explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Buscando superar os recortes analíticos propostos pelas diferentes correntes teóricas, a autora propõe o exame da categoria gênero em sua totalidade, ou seja, relacionando-a “*com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas*” (SCOTT, 1990, p.15). Com isso, abre-se a possibilidade de articular as relações de gênero tanto na esfera da família, quanto da economia (mercado de trabalho), da educação e da política, entre outras.

Entre as marxistas, por exemplo, destaca-se Zuleika Alambert (1980) e sua revisão acerca das principais correntes que trabalharam a questão da desigualdade de gênero e propuseram caminhos para uma possível emancipação das mulheres. Sua análise abrange: a) as contribuições pré-marxistas; b) a contribuição dos clássicos (entende-se aqui por clássicos apenas Marx e Engels); c) a contribuição de Lênin; d) a contribuição de Alexandra Kollontai; e) a contribuição dos marxistas modernos e f) a contribuição de outros partidos comunistas. A autora destaca que, de um modo geral, essas correntes trazem a idéia de uma situação de subordinação da mulher na sociedade. O diferencial das correntes marxistas é relacionar essa posição com a condição socioeconômica, que submete as mulheres à escravidão e à dependência econômica do pai e do marido. Portanto, a discussão centra-se na sua exclusão dentro do processo produtivo, indicando que a emancipação tem como condição preliminar a reintrodução do sexo feminino na indústria pública.

Nesse sentido, a autora afirma que:

A exploração do ser humano pelo ser humano e a supremacia do homem sobre a mulher têm, então, a mesma origem: a propriedade privada dos meios de produção e a inserção no processo produtivo social. A mulher, excluída de uma e de outro, permanece excluída da sociedade e oprimida na família, pertença ela à classe exploradora ou, com maior razão, se pertence à classe explorada”. (ALAMBERT, 1980, p. 109).

Anita Brumer (1988) contribui para a discussão, destacando a existência de conexão entre a posição das mulheres na esfera familiar e as ocupações que assumem na esfera do

trabalho. Os estudos existentes mostram que não existe ruptura, no mercado de trabalho, da situação de subordinação que elas enfrentam na família. Essa situação comprova-se através de indicadores como ocupação em funções subalternas e salários inferiores aos dos homens. Dados de uma pesquisa sobre a inserção da mulher nos espaços públicos e privados, realizada em 2001, no Brasil, pela Fundação Perseu Abramo, mostram o pouco que se avançou na busca pela igualdade de gênero, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Bila Sorj (2004), analisando parte desses dados, argumenta que a mulher ainda carrega uma identidade doméstica que a torna bloqueada em sua carreira profissional, ficando submetida a empregos de menor qualidade. Além disso, conforme a autora, quando as mulheres atuam no mercado de trabalho enfrentam uma dupla jornada, ou seja, dividem o seu tempo entre as atividades realizadas fora e em casa. No entanto, entre os homens isso não acontece na mesma proporção, pois a quantidade daqueles que se envolvem nos trabalhos domésticos é ainda irrisória.

Outra análise, articulada aos dados gerados nessa pesquisa, é a de Heleieth Saffioti (2004). A autora propõe considerar as relações de gênero vivenciadas hoje dentro de uma ordem social denominada por ela como uma “Ordem patriarcal de gênero”, na qual há duas categorias sociais interagindo, homens e mulheres. Dentro dessa ordem, então, os homens seriam os privilegiados, logo, não teriam interesse em alterá-la em direção à igualdade. Conforme Saffioti, essa ordem é sustentada pela conservação de uma ideologia instaurada justamente pelos homens e apresentada aos seus subjugados como natural. Essa situação, de acordo com a autora, leva ao desencontro amoroso, e para que se reverta esse processo, ou seja, para que se estabeleça o encontro amoroso, é preciso que as duas categorias sociais (homens e mulheres), mesmo que heterogêneas em seu interior, tenham autonomia.

Pesquisas vêm apontando para o déficit participativo das mulheres em diferentes esferas da vida social. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de gênero - construído a partir de indicadores como expectativa de vida, alfabetização na idade adulta, salários e anos de instrução básica - publicado pelo relatório da ONU em 1993 mostra a situação de desigualdade das mulheres se comparadas aos homens; o índice delas representa 60% do índice dos homens (STROMQUIST, 1996). Outra avaliação da ONU indica, também, que as mulheres estão em desvantagem no acesso à renda e a bens. Conforme o relatório da segunda Conferência da ONU sobre a Mulher, em Copenhague, 1990, as mulheres representam a metade da população mundial, um terço da força de trabalho oficial; fazem dois terços do trabalho, entretanto, recebem um décimo da renda e possuem apenas 1% da propriedade

(DEERE; LEON, 2002). Em contrapartida, Deere e Leon (2002) informam que existem esforços em algumas nações para reverter esse processo de exclusão. No Brasil, por exemplo, já há a exigência da titularidade conjunta dos lotes nos programas de assentamento pela Reforma Agrária, porém, como destacam as autoras, este direito afirma-se mais pela questão formal e legal do que de fato.

Existe certa polarização nas discussões sobre a desigualdade de gênero. De um lado, o foco está direcionado às discussões que privilegiam a igualdade entre os sexos (estabelecer a participação e a distribuição igualitária de bens), mas de outro, há as que enfatizam as diferenças, principalmente em termos culturais (reconhecimento e a revalorização da feminilidade) (DEERE; LEON, 2002). Esse é um dilema que tende ao estabelecimento de um novo paradigma que vê a problemática de gênero a partir das duas dimensões, a econômica e a cultural. Sendo assim, defende Fraser (2002), não há como pensar a questão de gênero se não por uma perspectiva bidimensional que incorpore ambas as questões. Portanto, a autora vai situar a luta das mulheres por uma paridade participativa dentro do projeto intitulado “Justiça de Gênero”.

Torna-se interessante ampliar esse debate para a discussão sobre Justiça, para tentar entender a própria dinâmica das construções conceituais de igualdade e de justiça. Norberto Bobbio (1997) sugere uma reflexão ampliada sobre esses conceitos, qualificando-os e, conseqüentemente, contribuindo para algumas definições. Conforme o autor, o conceito de igualdade não traz, a priori, valor algum, já que duas coisas ou duas pessoas podem ser iguais em alguma característica. Não há atribuição de valor, ou seja, essa característica não é necessariamente boa, nem ruim, apenas se constitui em elemento de equiparação. Mas Bobbio ainda traz mais um fator importante para essa definição, que é a diferença entre as características físicas, naturais, essas sem atribuição de valor, e as características sociais construídas nas relações, essas sim com atribuição de valor. Para exemplificar essa formulação, o autor busca um trecho de Jacques Rousseau do “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”, no qual ele afirma que existe uma:

Distinção entre desigualdades naturais e desigualdades sociais, ou seja, entre as desigualdades produzidas pela natureza e as desigualdades sociais, produzidas por aquela mescla de relações de domínio econômico, espiritual e político que forma a civilização humana. (BOBBIO, 1997, p.25).

Esta definição supõe que os atributos, tanto da ordem da natureza, quanto da ordem do social, passam a ter valor na dinâmica das relações sociais. Uma característica física,

biológica, como é o sexo, transforma-se em algo negativo ou positivo na construção das interações sociais, que não está dada a priori, mas se constitui como resultado das relações socialmente construídas.

Já a definição de Justiça abarca tanto o que se propõe em termos jurídicos na forma da lei quanto no seu estabelecimento a partir de algum tipo de igualdade. Ou seja, será justa toda a ação realizada de acordo com a lei e será justa a ação, a lei e o homem, desde que estejam inseridos numa relação de igualdade que, conforme o autor, sempre busca o equilíbrio e a harmonia na vida social. Bobbio acrescenta ainda que a distinção de uma igualdade justa de uma igualdade injusta² passa pela avaliação de *critérios* que possibilitam estabelecer que duas coisas ou duas pessoas devam ser iguais e que essa igualdade possa ser considerada justa.

Conforme o autor, a escolha dos *critérios* depende:

(...) das diversas concepções gerais da ordem social, como é plenamente demonstrado por disputas ideológicas do seguinte tipo: é mais justa a sociedade onde a cada um é dado segundo o mérito, ou aquela onde a cada um é dado segundo a necessidade? (BOBBIO, 1997, p. 20).

A partir dessa reflexão fica mais claro o exame da proposta de Fraser (2002), que propõe pensarmos a busca por justiça pela possibilidade de uma relação igualitária entre mulheres e homens. A idéia de justiça da autora, então, supõe que deva existir uma participação igualitária dos indivíduos em suas interações, ou seja, que esses indivíduos atuem realmente como pares. Para tanto, há de se garantir tanto uma distribuição igualitária dos recursos materiais (a justiça distributiva), quanto a inter-subjetividade dos indivíduos através de uma política de reconhecimento, tendo como premissa o respeito a todos os participantes e a garantia da oportunidade igual para que se alcance a estima social.

Conforme Fraser:

Essa condição objetiva evita formas e níveis de dependência econômica e desigualdade que impedem a paridade de participação. Assim sendo, evitam-se arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as enormes disparidades de riqueza, renda e tempo de lazer, que acabam negando a algumas pessoas os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares (FRASER, 2002, p. 67).

²A partir da concepção de Bobbio, pode-se entender como igualdade justa tudo aquilo que envolve elementos que sejam considerados socialmente bons. No caso da sociedade brasileira atual, um exemplo seria justamente uma igualdade de participação na vida pública entre homens e mulheres. Por outro lado, uma igualdade injusta é a igual condição de miséria de algumas pessoas. Essa é uma característica considerada indesejável pela maior parte dos brasileiros.

Em outra obra, Fraser (2001) constrói tipos ideais de coletividades sociais, relacionando-os a diferentes tipos de injustiças. E para cada uma delas, a autora associa diferentes “remédios” que teriam como objetivo curar os males provocados pela injustiça. Para a autora, também existem categorias que articulam demandas combinadas por “remédios”, que na opinião dela são gênero e raça, pois apresentam eixos culturais e socioeconômicos da injustiça.

Esses “remédios” estão associados ao tipo de efeito que se pretende atingir. A autora distingue aqueles que visam a ‘afirmação’ daqueles que visam a ‘transformação’. Conforme Fraser:

Por remédios afirmativos para injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios transformativos, em contraste, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz (FRASER, 2001, P. 266).

A questão que se coloca passa pela reflexão dos tipos de experiências possíveis a partir da promoção de determinadas políticas públicas. Afirmar que a questão de gênero passa pelo cruzamento de dois eixos da diferenciação social e propor diferentes medidas que visam neutralizar os elementos constituidores dessa desigualdade resolve uma parte da problemática; não oferece, entretanto, recurso analítico para pensar os tipos de resultados que apresentam ou os processos construídos a partir de sua implementação. Portanto, impõe-se a necessidade de ampliar a reflexão, buscando outros elementos que possam contribuir para a análise.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA CONDIÇÃO DE AGENTE E DO EMPODERAMENTO DOS INDIVÍDUOS

A definição de políticas públicas traz a dimensão de correção de alguma forma de injustiça ou a possibilidade de inclusão de grupos da sociedade considerados excluídos até então (STROMQUIST, 1996). Conforme Nelly Stromquist (1996), apesar da definição de políticas públicas ser vaga, estas seriam o resultado de esforços oficiais que têm como objetivo agir sobre determinados problemas a fim de corrigi-los. É a partir dessa formulação

que as mobilizações, representando interesses femininos, influenciam a agenda do Estado na promoção de diferentes ações que beneficiem o conjunto das mulheres na sociedade.

Entender política pública como uma intervenção governamental, que tem como objetivo principal alterar alguma situação indesejável, traz implicações e conseqüências maiores do que simplesmente empreender uma nova relação, então, supostamente, mais eqüitativa e/ou justa, entre os indivíduos. Ocorre que, de um lado, uma decisão no âmbito do Estado sobre investimentos em determinadas políticas abarca outras questões como, por exemplo, o impacto que uma política específica pode ter para o conjunto da sociedade, e não só para o grupo alvo dessa ação. E, de outro, a inserção de indivíduos a uma política específica que pode possibilitar-lhes outra condição, a de agentes, e outro status, o de empoderados(as).

Esses argumentos são centrais nas análises de Amartya Sen (2000) sobre as variáveis que influenciam no desenvolvimento das sociedades. Cabe destacar que o entendimento do autor sobre a definição de desenvolvimento difere de algumas proposições que o relacionam apenas ao crescimento econômico. Para Sen (2000), “*o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*” (SEN, 2000, p. 17). As principais razões dessa premissa são: a) o progresso de uma dada sociedade ou um dado país, ou ainda, de uma dada nação, só pode ser verificado na medida em que há o “*aumento da liberdade das pessoas*” e b) a possibilidade de efetivação do processo de desenvolvimento depende da “*livre condição de agente das pessoas*”³. Ou seja, a variável econômica ou renda por si só não estabelece patamares de desenvolvimento desejáveis pela maioria das pessoas. O próprio autor sustenta a idéia de que não há, por exemplo, desenvolvimento, em seu entendimento, em países com uma economia rica se esta mesma nação submete seus cidadãos a um regime político autoritário. A variável liberdade, assim como outras que garantam o bem-estar das pessoas devem ser consideradas e nem sempre são garantidas pela variável renda, como mostra a relação renda e expectativa de vida em alguns países, pois algumas pesquisas mostram que nem sempre essas duas variáveis crescem na mesma proporção e direção (SEN, 2000).

Mas que relação há entre desenvolvimento e o potencial das políticas públicas em criar uma realidade social nova e contribuir para a condição de agente dos indivíduos, bem como

³ Sua definição de agente é: “de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos (...)” (SEN, 2000, p.33).

de seu empoderamento? Justamente pelo fato de algumas políticas contribuírem para o aumento das “*capacidades humanas e das liberdades substantivas*”⁴ das pessoas, promovendo os diferentes tipos de liberdades, que Sen nomeia como instrumentais, as quais combinadas umas com as outras garantem a liberdade humana em geral e o próprio processo de desenvolvimento. São elas: *a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas; c) oportunidades sociais; d) garantias de transparência; e) segurança protetora.* (SEN, 2000). De forma geral, as políticas públicas relacionadas às questões que envolvem relações de gênero trazem alguns desses pressupostos, por vezes implícita, por vezes explicitamente.

Conforme Sen:

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam - e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (SEN, 2000, p. 32).

O(a) agente com capacidade e liberdade de ação tem condições de transformar suas relações no sentido de empreender esforços para uma situação de vida valorizada por ele(a), contribuindo, assim, para o desenvolvimento de sua sociedade, uma vez que sua posição e intervenção influenciam nas tomadas de decisão no processo de construção de políticas. Dificilmente tem continuidade o investimento de recursos em programas ou políticas que não atendam, de alguma maneira, à expectativa produzida no processo de formulação, implementação e avaliação dessa política pública.

E, nesse sentido, ter liberdade para agir é: a) “*importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa*” e b) “*importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos*”. Sen ainda acrescenta que “*ambas as coisas são relevantes para a avaliação da liberdade dos membros da sociedade e, portanto, cruciais para a avaliação do desenvolvimento da sociedade*” (SEN, 2000, p. 33).

Como a liberdade e a oportunidade de viver de forma adequada com seus valores são premissas que devem ser compartilhadas por todos os membros da sociedade, obviamente há a necessidade de compartilhamento, também, do entendimento do que deve contribuir para o bem-estar de todos, sem subjugar nenhuma pessoa a outra. Os *critérios* socialmente

⁴ Sen (2000) trabalha a idéia de liberdades substantivas na mesma lógica de liberdades reais.

construídos, como expõe Bobbio (1997), contribuem para a definição do que pode ser justo ou injusto numa dada sociedade. Avançando nessa questão, Sen propõe pensarmos esses critérios a partir das *variações* (físicas e sociais) a que os sujeitos estão expostos, já que existem diversas situações nas quais as pessoas se encontram em relação ao acesso à renda e à busca por bem-estar e pela liberdade.

O autor destaca cinco dessas *variações* importantes nesse processo, que são: a) *heterogeneidades pessoais* – características físicas diferenciadas que podem produzir alguma desigualdade ou incapacidade, como doença, idade e sexo. “A *compensação necessária para as vantagens variará e, ademais, algumas desvantagens podem não ser totalmente corrigíveis, mesmo com transferência de renda*” afirma Sen; b) *diversidades ambientais* – diferenciações climáticas podem influenciar na quantidade de renda necessária para satisfazer alguma necessidade. Por exemplo, pessoas que moram em locais onde faz muito frio, ou ao contrário, muito calor, necessitam consumir artigos de vestuário e de alimentação de forma diferente umas das outras; c) *variações no clima social* – oferta de serviços públicos, como educação, saúde, entre outros, também determinam a renda necessária para a inserção nesses espaços. Por exemplo, se há numa determinada sociedade a oferta de um sistema de saúde público adequado às necessidades das pessoas, possivelmente o percentual da renda familiar destinado a esse gasto será menor do que em países em que esse serviço não for de qualidade; d) *diferenças de perspectivas relativas* – a determinação do consumo associada a padrões de comportamento pode variar entre as comunidades. O fato de que uma determinada pessoa seja relativamente pobre em uma comunidade rica pode impedi-la de participar de algumas instâncias da vida social, mesmo que essa mesma pessoa tenha uma renda maior do que outra que pertença a uma comunidade mais pobre, a qual consegue participar mais livremente da vida social. Essa situação é um exemplo do que podem significar as diferenças de perspectivas relativas; e) *distribuição na família* – Independentemente de quem e quantas pessoas contribuam para a renda familiar, a utilização dessa(s) renda(s) é compartilhada por todos da família, portanto, “a família é a unidade básica em relação às rendas do ponto de vista do uso”. Logo, o bem-estar dos membros da família depende da maneira como são utilizados os recursos. E conforme Sen, “As regras distributivas seguidas na família (por exemplo, relacionadas aos sexos, idades ou necessidades percebidas) podem fazer grande diferença para o que cada membro obtém e para as dificuldades que ele enfrenta” (SEN, 2000, p. 90-91).

Mesmo percebendo essas variações de forma integrada, as variações (a) e (e) são de extrema relevância para as definições das propostas de ajustes nas relações de gênero. De um lado há na pauta das reivindicações a questão das *heterogeneidades pessoais*, e de outro, há a afirmação de que as mulheres, quando têm a possibilidade de administrar recursos, tendem a contribuir de forma mais eficaz para o bem-estar dos membros da família (SEN, 2000). Os(as) gestores(as) de políticas públicas podem ser sensíveis a esses fatores e investir em políticas que tendem, justamente, a atenuar essa prerrogativa, ou seja, criar medidas que busquem diminuir a distância entre as pessoas ou até trabalhar no sentido de promover modificações culturais nas quais se passaria, por exemplo, a valorizar certas características pessoais, já que há, como argumentado no início dessa discussão, conseqüências benéficas para o restante da sociedade. Logo, essas iniciativas públicas devem atingir igualmente a todas as pessoas, possibilitando-lhes a construção do bem-estar de forma participativa e ativa.

A conseqüência do processo de capacitação, de obtenção de (mais) liberdade e ampliação de oportunidades, ou seja, de construção da condição de agente, muitas vezes mediada pelo acesso a uma política pública, implica em outro processo igualmente importante para a melhoria do bem-estar e da vida das pessoas, que é o de empoderamento⁵. As pessoas, quando têm um acréscimo de poder nas definições dos elementos importantes para a sua vida e para o seu bem-estar, assim como para sua família, tendem a participar de forma mais ativa e participativa das instâncias sociais importantes para alcançar os objetivos que permitem a situação exposta acima. Esse processo de aumento de poder está diretamente relacionado às oportunidades que os indivíduos têm para se colocar na condição de agente.

Sobre esse processo em relação às mulheres, por exemplo, Sen afirma que:

Esses diferentes aspectos da situação feminina (potencial para auferir rendimentos, papel econômico fora da família, alfabetização e instrução, direitos de propriedade etc.) podem, à primeira vista, parecer demasiadamente variados e díspares. Mas o que todos eles têm em comum é sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder (SEN, 2000, p. 223).

Pensar o processo de construção de um novo posicionamento a partir do acesso a determinadas políticas públicas é o desafio que se faz presente nas reflexões realizadas para a

⁵ A discussão e as reflexões em torno da noção de empoderamento serão apresentadas na próxima seção.

produção dessa dissertação. Tentar entender a dinâmica construída pelas mulheres quando se colocam diante da possibilidade de transformar a sua realidade e refletir sobre a sua contribuição nas mudanças diárias de suas vidas e das pessoas em seu entorno torna-se fundamental para ampliar o debate sobre os possíveis impactos que algumas políticas podem ter na realização do empoderamento dos indivíduos.

2.3 EMPODERAMENTO: UMA NOÇÃO CONCEITUAL EM CONSTRUÇÃO

As relações entre homens e mulheres têm sido marcadas pela desigualdade de acesso a diferentes espaços ou esferas do mundo social. As interações realizadas tanto no âmbito da vida privada quanto da vida pública estão permeadas de dicotomias que impõem comportamentos e identidades opostas para os dois sexos. Por um lado, não há como negar que estão ocorrendo constantes mudanças no mundo contemporâneo. Por outro, é preciso questionar até que ponto essas transformações alteram relações de subordinação tão fortemente construídas ao longo da história ou se ao contrário, reafirmam posições hierarquizadas, e, ainda mais, se produzem ambos os efeitos. Não é à toa que a reflexão sobre a situação das mulheres na sociedade vem sendo realizada por vários estudiosos da pesquisa social. Tanto teórica quanto empiricamente, pesquisadores vêm problematizando as relações entre os sexos, tentando lançar alguns elementos explicativos que definem as posições diferenciadas de mulheres e homens na hierarquia social.

O advento do capitalismo e do processo de industrialização não transformou apenas as relações de classe no âmbito do trabalho e da produção, redefiniu também as relações de gênero. A família conjugal moderna traz consigo a imposição de dois mundos separados, mas interligados em sua totalidade e funcionalidade, o privado e o público. As mulheres foram destinadas, em sua maioria, ao espaço doméstico, da casa, a fim de que desempenhassem o papel reprodutivo. Já os homens situaram-se na esfera do trabalho produtivo, no âmbito público (VAITSMAN, 2001), ambos contribuindo para o desenvolvimento da família e da sociedade, para a totalidade da reprodução social.

A definição dessa nova situação é bem sintetizada por Jeni Vaitsman (2001), que afirma:

As mulheres passaram a ser definidas socialmente segundo a ausência de requisitos necessários nesse mundo público ao qual não tinham acesso. Seu lugar era na esfera privada definida pelas suas relações na família, como filhas e esposas, e não na esfera pública definida pelos princípios universalistas do mercado e, mais tarde, da cidadania.

A fim de problematizar a questão da imposição de situações de vida diferenciadas para homens e mulheres, os movimentos feministas têm dedicado esforços para modificar tais posições. Afirmando a possibilidade e a capacidade das mulheres contribuírem para a transformação de relações desfavoráveis a elas e às pessoas de seu entorno, buscam preencher alguns espaços de atuação social, política e econômica para expandir as oportunidades de as mulheres tornarem-se *empoderadas* e assim estabelecerem um novo processo relacional com os demais agentes. A perspectiva do empoderamento traz consigo a noção de mudança nas relações sociais nas quais as pessoas estão inseridas. Esta noção torna-se, então, instrumental para se pensar os processos de mobilização e ação na busca pela afirmação de direitos e na tentativa de superar as desigualdades existentes entre mulheres e homens e suas implicações em diferentes esferas como a econômica, a pessoal, a social e a política.

A problemática colocada aqui se relaciona à possibilidade de uma transformação em termos de posicionamento de ação, ou seja, de busca pela superação de desigualdades. Tratando-se do processo de empoderamento, baseia-se, como já colocado, na adição de poder e no controle efetivo das questões que permeiam a vida do indivíduo. A seguinte passagem de Sen (2000) esclarece esta perspectiva, pois associa tal processo à condição de agente das pessoas e não de paciente. Logo, as oportunidades criadas para alcançar um melhor bem-estar pessoal e/ou coletivo, nesse caso, é algo que se busque e não, apenas, se receba.

Conforme Sen:

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2000, p.220-221).

Cabe esclarecer que o autor não trabalha com o conceito de empoderamento diretamente, ele trabalha com as noções de *aumento de poder* e *condição de agente*. No entanto, as suas contribuições vão ao encontro das discussões atuais sobre o conceito. Suas

reflexões contribuem não só teoricamente, mas também com elementos empíricos sobre o processo.

A utilização da categoria empoderamento é relativamente recente nas pesquisas fora do país e mais ainda no Brasil. Não são muitos os trabalhos⁶ que articulam essa categoria a processos de transformação na posição e nas relações das pessoas. Podem-se citar, pelo menos, quatro perspectivas relacionadas a este posicionamento teórico. São elas: a) empoderamento como processo que constitui cidadãos mais protagônicos e engajados com as questões políticas; b) empoderamento como processo que busca a superação de desigualdades econômicas, políticas e sociais, que abrange a questão da superação da pobreza e de outros tipos de privações; c) empoderamento como processo alternativo de desenvolvimento; d) empoderamento como processo de transformação das relações de gênero. O mais interessante, nos trabalhos citados, é o cruzamento das três primeiras perspectivas com a quarta para a explicação de determinados fenômenos sociais relacionados à condição de mulher. Esses são os casos: de Jussara Prá (2001), que se encaixa na primeira perspectiva, examinando a inserção das mulheres nos espaços políticos; de Teresa Kleba Lisboa (2003) e de Marta de Oliveira Antunes (2003), que enquadradas na segunda perspectiva, empreendem análises que visam apreender a trajetória de mulheres em sua luta para superar diferentes relações de desigualdades nas quais estavam submetidas; e de Amartya Sen (2000) que assume a perspectiva de relacionar o papel ativo das mulheres no processo de desenvolvimento das sociedades.

Em relação ao cruzamento da primeira perspectiva com a quarta, Jussara Prá (2001) destaca a importância do empoderamento das mulheres a partir de suas atuações no campo político. Conforme a autora, no Brasil, esse processo foi longo e teve como foco principal questionar a posição inferior das mulheres, em diferentes espaços, na dinâmica das desigualdades de gênero através de uma atuação política crescente. A busca pela afirmação da cidadania e do exercício dela constitui-se como questão norteadora das diferentes iniciativas e mobilizações das mulheres. A busca por uma maior inserção e participação na sociedade, apesar de recorrentes problemas, é destacada como positiva pela autora, que conclui:

Interessa notar que, como resultado de sua mobilização, as mulheres ampliaram sua interlocução com o Estado, institucionalizando demandas

⁶ Alguns trabalhos que discutem a noção de empoderamento: PRÁ (2001); HIDALGO e ZAPATA (2002); DEERE e LEON (2002); LISBOA (2003); ANTUNES (2003) e BAQUERO (2007).

importantes. Isto lhes permitiu intervir na realidade social, pelo aumento da participação em diferentes instâncias públicas (culturais, econômicas, sociais ou políticas) e influir efetivamente no processo de elaboração e implementação de políticas públicas (PRÁ, 2001, p. 204).

O empoderamento, na segunda perspectiva, é entendido como a possibilidade das pessoas adquirirem capacidade de assumir o controle efetivo sobre suas vidas. Portanto, este processo tem a potencialidade de transformar indivíduos submetidos a alguma relação de opressão à condição de agente que busca as oportunidades necessárias para modificar essas relações de submissão. Lisboa (2003) entende essa nova condição como resultante da apreensão de poder pelos próprios indivíduos e do fortalecimento de sua capacidade de se afirmarem como sujeitos da história.

Lisboa (2003), então, entende o empoderamento como:

(...) uma construção diferente das relações de poder, ou seja, procura potenciar pessoas ou grupos que têm menos poder na nossa sociedade; é um poder que vem de baixo, que reconhece os oprimidos como sujeitos da história. É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidade dos atores – individuais e coletivos – no nível local e global, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões (LISBOA, 2003, p. 24).

A autonomia para a tomada de decisões importantes para a própria vida é condição fundamental para a constituição de uma atuação mais ativa nas suas relações com outras pessoas, pois a partir do momento em que a possibilidade de escolher entre diferentes oportunidades de ação torna-se uma realidade, não há mais como negligenciar o espaço e a posição diferenciados construídos por essa pessoa. Para tanto a dimensão da participação torna-se muito importante para a efetivação desse processo, pois será através da busca pela inserção em diferentes espaços, assim como do controle e do aumento da confiança, que ela assumirá o próprio processo de empoderamento (ANTUNES, 2003, p. 11-12).

Marta de Oliveira Antunes (2003) considera a variável pobreza como um dos principais elementos constituidores da desigualdade de poder, de relações desfavoráveis a alguns grupos e da privação de liberdade e de acesso a oportunidades de transformar a realidade. Portanto, para a autora, a noção de empoderamento traz consigo a prerrogativa de *“alteração das relações de poder que mantêm e reproduzem pobreza”* (ANTUNES, 2003, p.12). Em seu estudo - no qual há a articulação da perspectiva do empoderamento como superação de pobreza com a possibilidade de transformação das relações de gênero - sobre o

processo de empoderamento das trabalhadoras rurais na área de atuação da ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão), Antunes apresenta a reconstrução histórica da localidade. A autora constata que as relações patrimonialistas, clientelistas e patriarcais entravavam o desenvolvimento das comunidades locais e analisa a trajetória das mulheres desde o início do processo de empobrecimento (perda do uso e recursos da terra e a aquisição ilegal de terras por parte de fazendeiros e empresas com o apoio do Estado do Maranhão) até a luta e a conquista de direitos e um re-arranjo nas relações de gênero. Cabe colocar alguns trechos da análise da autora para visualizar como ela articula a situação inicial das trabalhadoras com a reconstrução final de suas relações:

A situação inicial das famílias agroextrativistas da região do Médio Mearim, no Maranhão, era de posse e uso coletivo dos recursos terra e babaçu (...) (ANTUNES, 2003, p. 83).

Após mais de 20 anos nas terras, as famílias foram forçadas a deixá-las ou a submeter-se ao domínio dos fazendeiros e seus jagunços, pois não possuíam qualquer documento legal de posse, que comprovasse a sua titularidade sobre o recurso terra (...) (ANTUNES, 2003, p. 86).

A mobilização e organização das quebradeiras de coco e trabalhadoras (es) rurais para a transformação da relação de poder excludente que restringia seu acesso a recursos fundamentais para a sua sobrevivência ocorreu de forma diferenciada de comunidade para comunidade. Todas elas levaram a um conflito entre as quebradeiras de coco e trabalhadoras (es) rurais e os que se intitulavam donos das terras – denominados de fazendeiros.

Nesse processo de resistência e conflito, as quebradeiras de coco e trabalhadores (as) rurais foram, de forma diferenciada, tomando consciência da situação de dependência, subordinação e negação de direitos em que se encontravam (ANTUNES, 2003, p. 92).

No nível individual, com o conflito desencadeou-se um processo de (re) construção de auto-estima, através do reconhecimento das capacidades individuais e da força de cada um. A isso se somou a construção e o desenvolvimento de capacidades individuais no decorrer do conflito através da participação na mobilização e organização das comunidades e de sua interação com atores da Sociedade Civil Organizada e do Estado, fortalecendo-se os participantes enquanto sujeitos capazes de ser e de fazer. (ANTUNES, 2003, p. 101).

Através da leitura desses trechos é possível refletir sobre a transformação das situações de vida de pessoas que foram submetidas a relações de subordinação para uma nova realidade a partir da tomada de consciência, da mobilização e da organização para afirmar uma nova condição. Esse processo constitui-se, conforme a autora, no empoderamento dessas trabalhadoras e tem implicações importantes no campo econômico, social e político.

O desafio de compreender a transformação de determinadas relações sociais pode se concretizar a partir da análise de alguns momentos marcados na constituição da nova situação, que são: *o contexto e a motivação; o engajamento e a reivindicação; a integração e a ação; a conscientização*. As definições desses momentos são as seguintes: a) *o contexto* é constituído geralmente por alguma ameaça ou ruptura, por uma situação de marginalidade e de percepção das contradições, aparecendo, então, no início do processo; e *a motivação* ocorre quando há a identificação com outras pessoas que vivem os mesmos dilemas provocando mudanças no dia-a-dia e uma maior disposição para criticar as estruturas de poder; b) *o engajamento e a reivindicação* configuram-se no momento em que se estabelecem os vínculos entre essas pessoas com o objetivo de modificar a situação inicial, conforme Lisboa: “*Elas [atividades ou reações] produzem vínculos duradouros com os atingidos pela mesma situação e conduzem à compreensão política de que sua situação pessoal tem uma dimensão coletiva. Para isto, o papel de uma pessoa [mentor ou mentora] é central. Estes mediadores impulsionam a descoberta de capacidades e competências veladas e encorajam a ação social e política das mulheres.*” (LISBOA, 2003, p. 27); c) o momento da *integração* e da *ação* ocorre quando se consolida um sentimento de pertencimento a um ou mais grupos a partir do momento em que há a expansão da participação das pessoas envolvidas; d) a *conscientização* aparece, nesse processo, como a etapa de sistematização e reflexão das experiências compartilhadas tornando-se importante para “*alcançar objetivos coletivos e produzir mudanças sociais*” (LISBOA, 2003, p. 27).

O empoderamento das mulheres tende a ter impactos positivos que ultrapassam a conquista do próprio bem-estar. A contribuição que sua ação pode dar para aspectos importantes da vida de todos os membros da família e, conseqüentemente, da sua comunidade pode ter uma relação bem estreita com as diferentes conquistas alcançadas por elas. Logo, a sustentação de privações e a afirmação de um papel limitado na sua condição de agente afetam, sem dúvida, todos ao seu redor (SEN, 2000). Sen, nesse sentido, trabalha com dados empíricos de alguns países para mostrar o quanto é importante investir em políticas para as mulheres, pois existe uma forte relação entre uma maior inserção delas em alguns espaços, como da economia e da educação, e a redução das taxas de mortalidade infantil e fecundidade.

De acordo com o autor:

Mesmo na família, as vidas afetadas podem ser as das crianças, pois há provas consideráveis de que o ganho de poder das mulheres na família pode reduzir significativamente a mortalidade infantil. Além disso, a condição de agente e a voz ativa das mulheres, intensificada pela instrução e pelo

emprego, podem por sua vez, influenciar a natureza da discussão pública sobre diversos temas sociais, incluindo taxas de fecundidade aceitáveis (não apenas na família de cada mulher especificamente) e prioridades para o meio ambiente (SEN, 2000, p. 225).

Acredita-se, então, e as evidências empíricas têm mostrado isso, que quando as mulheres têm oportunidades de participar de forma mais ativa na família, na comunidade e na sociedade, elas contribuem de forma decisiva para o benefício de todos. Essa discussão tem sido levada bastante a sério nos trabalhos que refletem sobre a inserção das mulheres em espaços institucionais de poder, ou seja, nos espaços de interlocução com o Estado, como destacado por Prá (2001).

A importância de pensar em políticas públicas que contribuam para o processo de empoderamento apresenta um viés radical na possibilidade de transformação das relações dessas mulheres. Isso está presente nas discussões feministas e aparece muito bem sintetizada nas *variações* propostas por Sen. Já que existe certo consenso de que as pessoas não partem das mesmas posições e não têm as mesmas chances e oportunidades que as outras devido a alguns elementos de diferenciação, há de se pensar em medidas que atenuem, reduzam ou, preferivelmente, eliminem as desigualdades geradas por essas situações. No caso específico das mulheres, pode-se trabalhar, no mínimo, com duas variações apontadas por Sen (2000): as *heterogeneidades pessoais*, em relação ao sexo, e a *distribuição na família*, em relação à importância ou não das decisões das mulheres no seio familiar.

De acordo com o autor:

A percepção das contribuições individuais e dos intitamentos⁷ apropriados de mulheres e homens tem um papel fundamental na divisão dos benefícios conjuntos da família entre os membros de cada sexo. Em consequência, as circunstâncias que influenciam essas percepções (como por exemplo o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, trabalhar fora de casa, receber instrução, possuir bens) são crucialmente importantes para essas divisões. Portanto, a influência de um poder maior e da condição de agente independente das mulheres inclui a correção das iniquidades que arruinam a vida e o bem-estar das mulheres em comparação com a situação dos homens. As vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente incluem as suas próprias (SEN, 2000, p. 224-225).

⁷ Intitamentos para o autor significa um “conjunto de pacotes alternativos de bens” (SEN, 2000, p. 54).

Como o bem-estar está diretamente relacionado à condição de agência e à liberdade das pessoas, as mulheres têm um papel decisivo na contribuição para o desenvolvimento das sociedades. Na visão de Sen (2000), o alcance da condição de agentes das mulheres tem sido negligenciado por estudos sobre desenvolvimento e esse fato precisa ser modificado, pois *“pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres”* (SEN, 2000, p. 235).

O processo de empoderamento, entendido nessa dissertação, pode ser relacionado à possibilidade de inserção das agricultoras a uma política de crédito e à construção de um empreendimento econômico capaz de estabelecer uma nova posição para elas no espaço da família, do trabalho e da comunidade. Empoderar-se significa a constituição de novas relações nas quais essas mulheres passam a ter controle e participação sobre decisões importantes relacionadas à própria vida e à da família.

De acordo com Carmen Deere e Magdalena Leon (2002):

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Para as feministas, o empoderamento implica “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero” (Young, 1993, p. 158). Porém, o termo “empoderamento” tem sido usado em múltiplos sentidos, nem sempre com um sentido de emancipação (DEERE; LEON, 2002, p. 52).

A perspectiva de empoderamento adotada aqui visa superar a tensão gerada entre os que têm e os que não têm poder. Ou seja, ultrapassa a relação de soma zero que se estabelece a partir do momento em que sujeitos e ou grupos adquirem poder em detrimento de outros. Sem negligenciar essas proposições, há de se questionar, pelo menos, se os sujeitos e ou grupos pertencentes a um pólo inferior na hierarquia social procuram superar essa situação, tentando estabelecer um novo processo desigual de ocupação no campo social. Entende-se que a mobilização das agricultoras do sul do país volta-se à superação de desigualdades e não ao estabelecimento de um novo padrão desigual em suas interações. Ou seja, o que está em jogo não é a tomada pura e simplesmente de poder, mas sim adquiri-lo a fim de contribuir para a constituição de sua auto-estima e, conseqüentemente, situar-se numa nova posição que lhes permita questionar a realidade e transformá-la. Logo, o empoderamento da mulher,

nesses termos, desafia as relações desiguais de gênero estabelecidas historicamente. Coloca-se em pauta a possibilidade de construção de interações nas quais as mulheres aparecem numa posição de igualdade de agir e de refletir sobre as relações de gênero promovendo sua transformação.

O termo empoderamento deve ser tratado como um processo que proporciona a obtenção de poder no sentido de ter poder sobre as próprias vidas e sobre a definição do próprio planejamento, pressupondo-se que seja uma expressão de mudança desejada (DEERE; LEON, 2002, p. 53). Deere e Leon acrescentam: “o termo empoderamento chama a atenção para a palavra ‘poder’ e o conceito de poder enquanto relação social (...). As relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo”. Rowlands (1997, p. 218-23), citada por Deere e Leon, diferencia quatro tipos de poder: poder *sobre*, poder *para*, poder *com* e poder *de dentro*. Poder *sobre* representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa; as outras três formas – poder *para*, poder *com* e poder *dentro de* – são todas positivas e aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos (DEERE; LEON, 2002, p. 53).

Deere e Leon (2002) destacam que:

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais normais dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem nos campos tanto material quanto psicológico. Por exemplo, a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente do homem, como o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas (OLAVARRIA, 2000, p. 11-12 apud DEERE; LEON, 2002, p. 54-55). Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares (DEERE; LEON, 2002, p. 54-55).

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE; LEON, 2002, p. 55).

O processo de empoderamento realiza-se em diferentes dimensões da vida social, visto que as pessoas participam, em suas interações, de diferentes esferas. Não há como pensar esse processo se não de uma forma dinâmica e não fragmentada. Não há como ocorrer transformações na vida econômica, por exemplo, sem o conseqüente processo reflexivo e de tomada de consciência dessa ação e a posterior construção de uma nova postura de ação nessas diferentes esferas. Também há de se levar em conta, nessa dinâmica, o envolvimento de diferentes indivíduos; a presença de agentes externos ou estratégicos, por exemplo, constitui-se numa mediação necessária e importante nesse processo.

A disposição para o empreendimento econômico depende, entre outros fatores, dos valores vigentes na sociedade. Ocorre que vivemos num mundo que valoriza de forma mais positiva a participação econômica dos homens. Ou seja, a baixa inserção em atividades econômicas, o pouco acesso a bens, principalmente a propriedades de terras e ao capital por parte das mulheres relaciona-se justamente à sua posição em relação aos homens na família e na própria sociedade. Em contrapartida, algumas situações mostram que quando há a possibilidade de se quebrar essa “regra social” possibilitando às mulheres inserirem-se na economia, a resposta tem sido exitosa não só no âmbito pessoal como também no coletivo.

Como destaca Sen:

(...) há provas abundantes de que, sempre que as disposições sociais diferem da prática tradicional da propriedade masculina, as mulheres conseguem tomar iniciativas nos negócios e na economia com grande êxito. Está claro que o resultado da participação feminina não é meramente a geração de renda para as mulheres, mas também a provisão dos benefícios sociais decorrentes de *status* mais elevado e da independência feminina (incluindo a redução das taxas de mortalidade e fecundidade (...)). Assim, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (com a redução associada do viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral (SEN, 2000, p. 233).

O resultado positivo verificado a partir de uma maior participação feminina em atividades econômicas tem influenciado alguns organismos financeiros internacionais que vêm mostrando interesse em financiar, através da liberação de micro créditos, empreendimentos controlados por mulheres. Há dados que mostram, inclusive, que o percentual de restituição (devolução do empréstimo) por partes das clientes femininas tem sido alto, impactando de forma decisiva na perspectiva de continuidade desse procedimento (SEN, 2000, p. 233-234).

Alguns autores propõem que o processo de empoderamento seja pensado a partir de três dimensões analíticas que permitem mensurar o impacto de uma política de micro crédito na vida das mulheres (MAYOUX, apud HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2004). São elas: a) *econômico-individual*, que consiste na melhoria da renda, assim como o aumento do controle sobre essa renda e dos recursos obtidos na política de crédito. Essa dimensão é examinada no plano individual para verificar se existe uma maior participação das mulheres no processo decisório sobre a destinação dos recursos e da renda da família, o que não acarreta, necessariamente, em benefício apenas individual; b) *pessoal*, que envolve a construção de uma qualidade de vida melhor dessas mulheres e de suas famílias. Esse fato está diretamente relacionado ao aumento da renda, pois muda a sua participação nas despesas de consumo. Por conseqüência, acaba melhorando a sua posição em relação aos maridos e à comunidade em que vivem, gerando, também, maior autoconfiança e auto-estima; c) *social e político*, que se caracteriza por uma maior inserção em espaços sociais e políticos, implicando uma maior disposição para questionar a posição inferior em que a mulher se encontra em diferentes esferas da vida social (na família, no trabalho, na economia, na legislação, entre outros).

Ressalta-se que as três dimensões estão articuladas dentro de um processo de empoderamento, construído ou consolidado a partir da experiência do acesso das mulheres a uma política pública de crédito. Esse processo não é uniforme a todas as pessoas e também não é possível afirmar que só existe empoderamento para aquelas (es) que são beneficiárias (os) de algum tipo de política pública. No entanto, é possível verificar a (re) construção de suas inserções em diferentes espaços de interação social. Como já colocado acima, não há como fragmentar as diferentes experiências das pessoas. O que ocorre na esfera do trabalho, da família, entre outros, por exemplo, certamente constitui-se em elementos de reflexão para outras esferas sociais.

Nidia Hidalgo Celarié e Emma Zapata Martelo (2002) sugerem, para entender como esse processo se efetiva na realidade dessas mulheres, a análise do impacto que os projetos de micro crédito têm na vida das agricultoras, principalmente nas negociações dos recursos no interior do grupo doméstico, a partir do instrumental teórico relacionado à perspectiva de empoderamento. As autoras acreditam que as políticas de micro crédito são instrumentos-chaves para o desenvolvimento e o combate à pobreza, principalmente quando elas são direcionadas para as mulheres pela possibilidade que estas têm de contribuir para o bem-estar de suas famílias. Logo, essas políticas de micro crédito têm a potencialidade de impulsionar

os processos de empoderamento das mulheres (HIDALGO; ZAPATA, 2002). As estratégias de desenvolvimento e superação da pobreza, para as mulheres, estão diretamente relacionadas à possibilidade de criação de auto-emprego e de melhoria de suas vidas. Para as autoras, o desenvolvimento das capacidades financeiras e administrativas culminam no desenvolvimento da auto-confiança.

Hidalgo e Zapata, ainda, trabalham com a idéia de *conflicto cooperativo* de Sen (2000), que permite compreender de que forma ocorrem as negociações no interior do grupo doméstico; se de um lado há a cooperação, na qual os recursos disponíveis, tanto financeiros quanto na realização do consumo, são agregados ao grupo, há, por outro lado, o conflito que se instaura por causa da divisão dos recursos entre seus membros. Essa questão é importante, na discussão dos projetos de micro crédito, pela mudança de posição das mulheres nesse processo de negociação (HIDALGO; ZAPATA, 2002).

Para Sen (2000), o *conflicto cooperativo* é

Uma característica geral de muitas relações de grupo, e uma análise dos conflitos cooperativos pode fornecer um modelo útil para compreendermos as influências que atuam sobre a “parte” que cabe às mulheres nas divisões familiares. Ambos os lados podem ganhar seguindo implicitamente padrões de comportamento sobre os quais se chegou a um acordo (SEN, 2000, p. 223-224).

Essa formulação é necessária, de acordo com o autor, pois homens e mulheres compartilham interesses congruentes e conflitantes, afetando, assim, a vida familiar como um todo. Dessa forma, as decisões no interior do grupo doméstico tendem a buscar a cooperação para resolver os aspectos conflitantes (SEN, 2000).

Refletir essa experiência de acesso a recursos financeiros a partir da perspectiva de gênero que tem a potencialidade de culminar no empoderamento das mulheres não limita pensar o impacto dos projetos apenas nesse nível teórico, como também, na influência positiva que tem para o grupo doméstico (HIDALGO; ZAPATA, 2002).

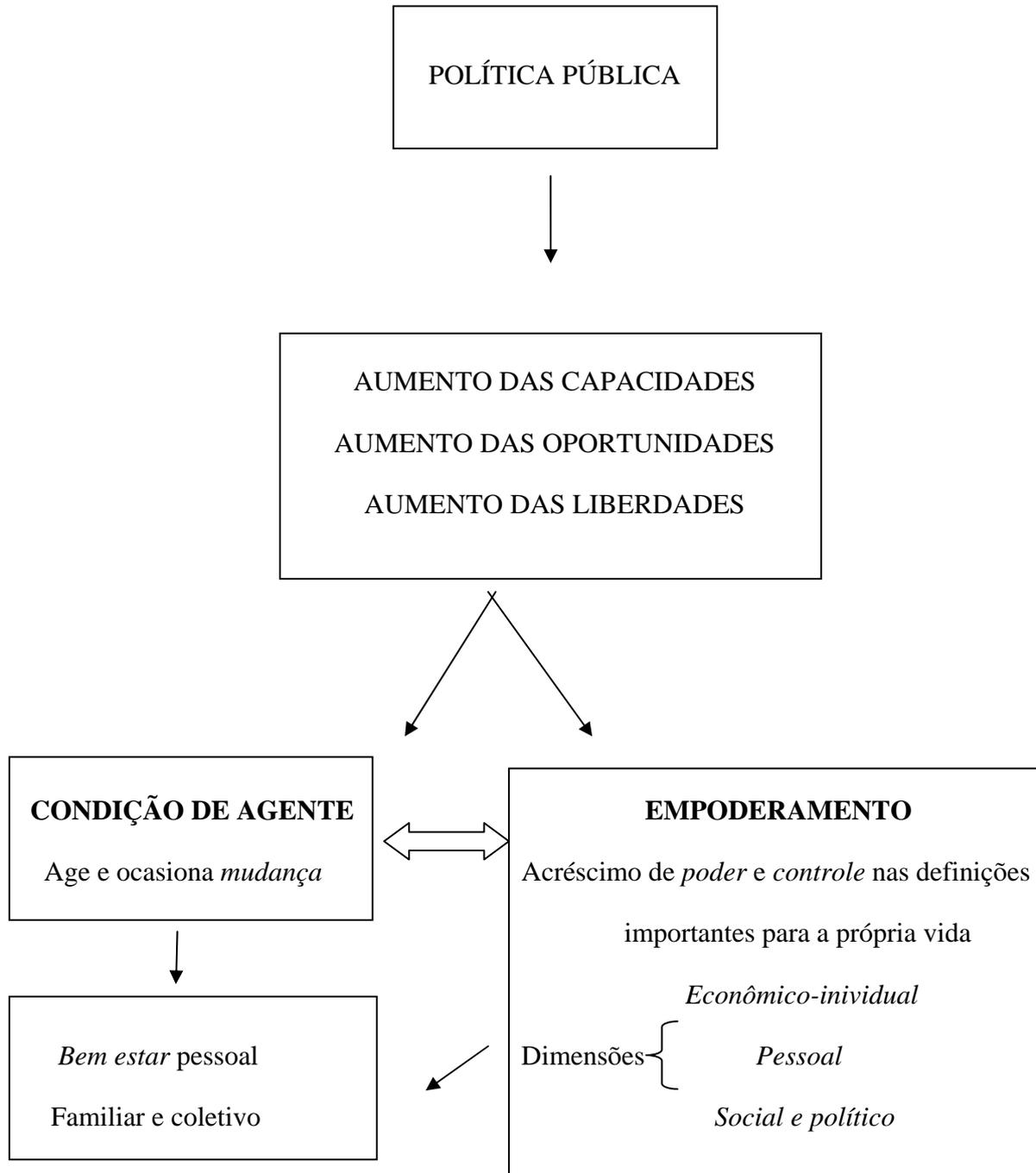
De acordo com Hidalgo e Zapata,

A nivel teórico, existe un gran potencial transformador de las relaciones de género que se deriva de los proyectos de microcrédito con perspectiva de género. Sin embargo, la mayoría de estos proyectos no trabajan desde esta perspectiva, por lo que las evaluaciones que se han hecho de los proyectos de microfinanzas para ver los cambios en las relaciones de género o en el empoderamiento de las mujeres, no han podido empíricamente verificar este potencial transformador. No obstante, el potencial de la perspectiva de

género no sólo se limita al ámbito del empoderamiento, sino que puede promover efectos económicos positivos tales como mejora en las condiciones del grupo doméstico de las mujeres participantes en los proyectos de microfinanzas, así como en los negocios de éstas (HIDALGO; ZAPATA, 2002, p. 1905).

Nesse sentido, a presente dissertação apresenta os resultados da tentativa de entender o impacto produzido pelo acesso a uma política pública, o Pronaf Mulher, à luz do referencial discutido. Os momentos e as dimensões são avaliados a partir de variáveis construídas para a análise e, articulam-se de forma dinâmica no processo de empoderamento das mulheres estudadas na pesquisa. A perspectiva adotada aqui não é a de criar etapas ou estabelecer hierarquias entre os diferentes momentos e as diferentes dimensões, mas sim compreender o processo que se pressupõe ser constituído por esses diferentes elementos simultaneamente.

Esquema 1: Esquema formulado a partir do cruzamento da hipótese de Sen (2000) e da proposta de análise do impacto da política de micro crédito (MAYOUX, apud HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2004).



3 CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A SITUAÇÃO DA AGRICULTORA: DE COADJUVANTE A PROTAGONISTA DE AÇÕES DO ESTADO

No capítulo 2 abordam-se três discussões: 1) o debate sobre as especificidades da agricultura familiar; 2) o contexto de institucionalização do Pronaf como uma política pública que tem como alvo uma categoria social específica, a agricultura familiar; e 3) as novas configurações das políticas públicas para o meio rural, principalmente, o Pronaf Mulher operando como resposta às reivindicações das mulheres que, apesar de fazerem parte dessa categoria social enquanto membros familiares e força de trabalho, têm sido associadas, historicamente, ao papel de coadjuvante aos olhos do Estado, da sociedade e da própria família no processo de reprodução social da agricultura familiar. Os debates travados no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mais especificamente no seu Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), orientam suas ações no sentido de buscar uma maior inserção das mulheres trabalhadoras rurais nas políticas públicas oferecidas ao público rural, contribuindo para uma ação mais protagônica dessas mulheres nas questões importantes do seu dia-a-dia, e provocando, assim, uma visibilidade maior de seu trabalho diante da sociedade.

3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

Na literatura especializada há um amplo debate sobre a importância do trabalho familiar⁸ na organização da produção agrícola. Este objeto de estudos tem destaque pela especificidade dessa organização que se diferencia do processo de produção capitalista, de forma geral. Na definição de Lamarche (1993), “*a exploração familiar (...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Ou seja, os membros da família participam do processo de trabalho tanto como força de trabalho quanto como proprietários dos meios e elementos de produção (terra, equipamentos, entre outros). Outras características que diferenciam a

⁸ Sobre o trabalho familiar agrícola ou camponês ver: TAVARES DOS SANTOS (1984).

produção agrícola familiar da lógica de produção capitalista relacionam-se à forma de remuneração da força de trabalho e o excedente obtido nesse processo. Conforme Chayanov (1981), a principal motivação da família no processo de produção é buscar estabelecer um equilíbrio entre o esforço do trabalho e a satisfação das necessidades dos membros da família, o que resulta numa indivisibilidade da renda total, ou seja, nenhum membro da família é remunerado na forma de salário e a concepção de lucro toma uma dimensão diferente da empregada nos empreendimentos capitalistas.

Nas palavras do autor:

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; restamos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com o seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista de lucro. (CHAYANOV, 1981, p. 138).

José Tavares dos Santos (1984) utiliza-se da teoria de Chayanov para explicar o processo de trabalho de agricultores do sul do País. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, numa região de colonização italiana, o autor percebe a correspondência com as formulações do autor russo. Conforme Tavares dos Santos, existe uma especificidade na organização produtiva na agricultura de tipo familiar e destaca como fatores determinantes dessa especificidade, a utilização da força de trabalho familiar, a socialização do agricultor no interior do próprio estabelecimento agrícola e a posse da terra. Esses elementos são essenciais para a reprodução econômica e social na agricultura familiar (TAVARES DOS SANTOS, 1984)

A reprodução social, incluindo a econômica, tem sido alvo de constantes debates por se tratar de um conceito chave na compreensão dos determinantes da vida social e biológica dos indivíduos. Nesse sentido, separa-se a reprodução biológica, que engloba fatores relacionados à fecundidade, por exemplo, tanto da reprodução cotidiana, que se refere às atividades diárias, quanto da reprodução social, na qual se articulam as práticas necessárias à manutenção de dado sistema social. No entanto, ambas as formas de reprodução combinam-se

para garantir a constituição de novas gerações (JELIN apud BRUMER, 2003). Já em relação à reprodução do processo de trabalho familiar agrícola e dos agricultores familiares enquanto categoria social, há a articulação de dois tipos de reprodução. De um lado, processa-se a reprodução de *ciclo curto* (anual) constituído pelo trabalho, pelos recursos naturais e pelo conhecimento tradicional, garantido assim, o consumo da família; de outro lado, há a reprodução de ciclo longo, no qual se reproduzem os aspectos relacionados ao ciclo geracional, ou seja os elementos necessários à perpetuação das famílias, como nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986). Arlene Renk (2000) adota uma perspectiva semelhante à de Almeida, considerando que a reprodução realiza-se em dois movimentos, um de curta duração e outra de longa duração. O primeiro é realizado através das atividades do dia-a-dia que garantem a produção de bens agrícolas e de força de trabalho, juntamente com o processo de socialização e incorporação de valores sustentados no '*ethos de trabalho*'; enquanto que o segundo envolve os mecanismos de transmissão de valores, costumes e capital social, de geração a geração (RENK apud BRUMER, 2003).

O trabalho familiar agrícola, então, funciona numa lógica específica na qual há uma articulação necessária entre as atividades produtivas e as atividades reprodutivas. A reprodução social na agricultura familiar depende do trabalho coletivo de toda a família, estabelecendo uma relação entre a esfera da produção - que envolve elementos como terra, meios de produção e as relações de trabalho - e a esfera familiar - constituída pelos membros da família, as relações que se estabelecem entre eles e a lógica de reprodução biológica e geracional. No entanto, isso não significa que as atividades e o controle dos resultados de ambas as esferas sejam compartilhados de forma equitativa por todas as pessoas da família. Pelo contrário, há na dinâmica da divisão do trabalho a mesma lógica de separação das atividades que impera na sociedade de modo geral. Ou seja, há uma nítida divisão sexual do trabalho, na qual as tarefas relacionadas à esfera produtiva ficam sob responsabilidade dos homens e as atividades ligadas ao âmbito doméstico e de cunho reprodutivo ficam a cargo das mulheres (BRUMER, 2004).

Isso significa que, apesar do processo de produção depender da cooperação de todos os membros da família, tanto nas atividades produtivas como nas atividades reprodutivas, quem está no centro das decisões importantes para o funcionamento da propriedade e sobre o consumo no âmbito doméstico é o homem. O chefe da família detém a responsabilidade das tarefas produtivas e é ele quem decide sobre os negócios da família. Ele encarna, também, a responsabilidade de socializar os filhos no trabalho agrícola, de escolher e preparar o seu

sucessor e herdeiro da propriedade, assim como encaminhar os filhos restantes a outras atividades. Os destinos diferenciados de rapazes e moças começam a se definir já nos momentos de socialização, pois os filhos varões aprendem a lidar com as atividades ligadas à terra e as filhas mulheres com as atividades relacionadas ao lar e apenas *ajudam* na lavoura. A conseqüência lógica desse processo é a de ser bastante reduzida a possibilidade de as filhas mulheres serem herdeiras. Como seu trabalho é visto apenas como ajuda, as mulheres não têm vínculo com o trabalho na terra, logo, elas não têm o direito de herdá-la (MOURA, 1978).

Além desses fatores constituidores da reprodução social na agricultura familiar, Maria José Carneiro (2001) destaca que, uma vez que se estabelece uma relação fundamental entre os membros da família e a propriedade da terra, ou seja, quando há a associação entre a unidade familiar e a unidade produtiva, deve-se levar em conta alguns aspectos adicionais nesse processo. Logo, para que esse processo tenha continuidade garante-se a reprodução dessa prática social através do processo sucessório da propriedade familiar, que dependente da viabilidade econômica da mesma, o que pode requerer a integridade da área agrícola. Esse processo não está livre de contradições e tensões, visto que existe o preceito legal da igualdade de direito à herança entre todos os herdeiros e se esses requererem esse direito, a propriedade pode acabar inviabilizando-se para a prática agrícola pela sua fragmentação, comprometendo, assim, a reprodução social nesse processo de trabalho (CARNEIRO, 2001; ZORZI, 2005)

Há, como mostram alguns estudos, uma conexão entre a posição das mulheres na esfera da família e as ocupações que assumem na esfera do trabalho. Ou seja, não há ruptura, no mercado de trabalho, da situação de subordinação que as mulheres enfrentam na família, já que ocupam posições subalternas e recebem, em média, salários inferiores aos dos homens (BRUMER, 1988). No caso das agricultoras, essa situação acaba ficando mais evidente, justamente pela importância das atividades domésticas para a reprodução do trabalho agrícola. Além da diferenciação no trabalho realizado por homens e mulheres, tendo de um lado a unidade de produção e de outro a unidade de consumo, a inserção das mulheres na esfera da produção define-se pela condição de apoio, auxílio ou ajuda ao marido ou ao pai. O maior tempo dedicado pelas mulheres às tarefas da propriedade relaciona-se às atividades domésticas, ao cuidado dos filhos, ao cuidado da horta e à transformação de alimentos (BRUMER e GIACOBBO, 1993; BRUMER 2004); ou seja, as atividades que garantem a reprodução da família. Sendo assim, conseqüentemente, como os homens são responsáveis pelas atividades da produção, eles o são também pela comercialização dos produtos e pela

administração financeira e inserção do estabelecimento nas políticas de crédito. Por conseguinte, eles têm o controle da renda da família.

Conforme Brumer e Giacobbo:

A diferenciação interna das unidades camponesas diz respeito principalmente a uma questão de gênero, bastante semelhante à que ocorre na sociedade em geral, através da qual os homens assumem as tarefas de caráter público, enquanto que as mulheres se restringem às tarefas de caráter privado; em que o poder dos homens na esfera pública se reflete no fato de que eles assumem a predominância nas atividades destinadas à comercialização, nos contatos com setores externos (agente de extensão, bancos e outros), na comercialização propriamente dita, e nas tarefas menos rotineiras, embora algumas vezes também naquelas que exigem maior esforço físico (BRUMER; GIACOBBO, 1993, p. 141).

Os estudos que abordam o enfoque de gênero no meio rural mostram, através de dados de censos, que o trabalho feminino ligado às atividades agropecuárias é marcado pela sua *invisibilidade*, fato corroborado pelos dados referentes a funções ocupadas, horas de trabalho e remuneração. Melo e Di Sabbato (2005) mostraram, com base nos dados da PNAD/IBGE de 2003, que o percentual de mulheres ocupadas em atividades relacionadas ao autoconsumo na agropecuária chegou a 43,3% do total da ocupação feminina. Esse percentual para os homens, entretanto, é bem reduzido, apenas 9% da mão-de-obra masculina ocupa-se com tais atividades. Isso significa que o número de mulheres não remuneradas na atividade agrícola é maior que o dos homens, já que essas atividades estão integradas ao âmbito doméstico e são consideradas não produtivas.

Os autores concluem:

Como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem as mulheres. E além do mais não geram rendimentos. Porque não existe nenhuma razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo. A não ser a visão de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. E de modo geral, este papel se sobrepõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrindo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino (MELO; DI SABBATO, 2005, p. 6).

Há uma associação entre o tipo de atividade realizado e a percepção da quantidade de horas trabalhadas, pois como uma boa parte delas dedica-se mais ao trabalho relacionado ao autoconsumo nos arredores do espaço doméstico, elas acabam, muitas vezes, não contabilizando esse tempo no total despendido ao trabalho agropecuário, como um todo. O fato de elas próprias subestimarem sua jornada de trabalho expressa o seu entendimento sobre o que pode ser considerado trabalho ou não. Conforme Melo e Di Sabbato (2005), “(...) é difícil distinguir o trabalho por ela realizado na horta e no quintal do seu cotidiano de dona-de-casa, o que leva a uma subestimação da jornada dedicada à atividade agropecuária” (MELO; DI SABBATO, 2005, p. 6). Esse fato fica evidente na tabela abaixo que apresenta a comparação entre homens e mulheres em relação à jornada de trabalho semanal.

Tabela 1 – Pessoal Ocupado na Agropecuária, no Brasil por Jornada de Trabalho, segundo o Sexo - 2003

Faixas de horas semanais trabalhadas	Homens	Mulheres
	%	%
Uma hora	0,12	1,19
Mais de 1 a 5	1,26	10,73
Mais de 5 a 10	3,07	17,37
Mais de 10 a 20	11,03	27,90
Mais de 20 a 30	11,47	16,71
Mais de 30 a 40	22,92	12,41
Mais de 40 a 44	6,80	2,46
Mais de 44 a 48	16,85	4,75
Mais de 48	26,43	6,48
Não identificado	0,04	0,00
Total	100,00	100,00

Fonte: PNAD/IBGE, 2003. In: MELO e DI SABBATO, 2005, p. 8.

A tabela 1 mostra que os homens que tem uma jornada semanal de trabalho superior a 30 horas representam 73% do total, enquanto as mulheres, para a mesma quantidade de horas, representam apenas 26%, nos dados oficiais. Refletir sobre esses números, para aqueles que conhecem um pouco do dia-a-dia de uma agricultora, certamente os levará a ter conclusões

semelhantes às dos autores do relatório, de que o trabalho das mulheres não é reconhecido da mesma forma que o trabalho dos homens e está fadado à invisibilidade.

A posição das mulheres, no processo de trabalho agrícola, influencia o destino das filhas, que segue uma lógica distinta daquele previsto para os filhos. Mesmo com a mudança nos padrões de sucessão, as mulheres, em sua maioria, continuam sendo excluídas da herança da terra. Carmem Deere e Magdalena León (2003) salientam que, apesar da conquista pelas mulheres, de maior espaço na disputa pela herança da terra, os homens ainda dominam as formas de aquisição de terras, inclusive pela herança. Na busca de oportunidades fora da agricultura, o investimento na educação dos não herdeiros consiste numa estratégia para lhes assegurar um futuro longe da propriedade. Vale destacar que, nas últimas décadas, no Rio Grande do Sul, aumentou o índice de escolaridade da população rural, em especial das mulheres⁹. Não por acaso, existe um fenômeno que está se configurando em objeto de estudos na Sociologia Rural, que é a masculinização¹⁰ do campo. O fato das jovens buscarem outras alternativas para a realização pessoal e profissional fora do espaço agrícola tem, logicamente, diminuído a população feminina nas áreas rurais, reduzindo as chances de os rapazes herdeiros se casarem pois, dificilmente, uma moça da cidade deseja estabelecer-se numa unidade familiar agrícola.

3.2 AGRICULTORES FAMILIARES COMO ALVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO

A agricultura familiar passou a ser alvo de uma política de crédito específica a partir da década de 1990. Até esse período, essa categoria social disputava com produtores de grande porte os mesmos recursos, e apenas sofreu as conseqüências do processo chamado Revolução Verde ou Modernização Conservadora¹¹ que atingiu de forma positiva somente os grandes produtores. Juntamente com esse processo, a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e a crise da segunda metade dos anos 1980, principalmente

⁹ No Rio Grande do Sul, as mulheres superam os homens em 1,95% em relação à escolaridade (04 anos ou mais de estudos) (IBGE, censo de 2000).

¹⁰ Sobre o celibato masculino ver Lopes (2006).

¹¹ Para conhecer como foi o processo de modernização na agricultura ver: GRAZIANO DA SILVA (1999).

em relação à oferta de crédito, debilitaram os agricultores familiares do sul do país, fazendo com que esses se mobilizassem em busca de melhores condições de produção e reprodução.

Como destaca Schneider et al.:

A década de 1990 é marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país, passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do MERCOSUL. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER et al., 2004, P. 22).

O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹² confirmou-se na principal resposta às reivindicações dos pequenos produtores. Todavia, já em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). A partir desse momento inicia-se a transição em direção a uma política pública que diferencia os produtores por categorias, visto que os pequenos agricultores, até então, tinham que disputar recursos com os grandes proprietários, principais beneficiários de crédito para a agricultura. Um ano mais tarde, o Provap começou a ser reformulado, gerando, assim, o Pronaf, instituído através do Decreto Presidencial n. 1.946 de 28/07/1996. A partir de então, o Pronaf afirmou-se na principal ação do Estado dirigida aos agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004). A definição dos objetivos do programa foi bem sintetizada por Schneider et al.:

Segundo o Manual Operacional do Pronaf, trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural e sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d)

¹² Ver nos anexos as regras e categorias do Pronaf.

estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER et al., 2004, P. 22).

Aliado aos objetivos do programa, no momento de sua criação, delimitou-se o acesso através de alguns critérios para garantir que realmente seriam os pequenos produtores os beneficiários do crédito. Entre as exigências, estão as seguintes: a) possuir, no mínimo, 80% da renda proveniente da atividade agropecuária; b) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; c) utilizar mão-de-obra familiar, sendo possível ter até dois empregados permanentes; d) residir na propriedade ou em algum imóvel rural ou urbano próximo; e) possuir renda anual bruta de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER et al., 2004). Além desses critérios, há a diferenciação interna dos agricultores familiares que configuram seis categorias de beneficiários. De acordo com Schneider et al. (2004), a classificação diferenciada dentro da categoria agricultores familiares permitiu que as regras de financiamento fossem adequadas à realidade de cada segmento, *“sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas”* (SCHNEIDER et al., 2004, p. 26).

Durante os últimos anos da década de 1990 e até o presente, o Pronaf vem sendo permanentemente discutido, passando por algumas reformulações com vistas a adequar-se para atender de forma mais eficiente, contribuindo, assim, para o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares. Cabe destacar que a relação estabelecida entre o Estado e a Agricultura Familiar caracteriza-se pelo foco das políticas públicas, que no caso do Pronaf, estão direcionadas a um ator coletivo e não individual, a família, pois a sua organização para o processo de produção conta com a participação do trabalho de todos os seus membros em condições de trabalhar. Entretanto, apesar do ator ser coletivo, aos olhos do Estado, há um indivíduo em especial que centraliza os elementos importantes desse processo, incluindo a decisão de financiar ou não a produção, participando ou não das políticas públicas provenientes do Estado: o homem, o pai ou o chefe da família. Esse fato acaba excluindo as mulheres das esferas de discussão e de interlocução com o Estado.

3.3 RE-PENSANDO A PARTICIPAÇÃO DA MULHER: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO PRONAF MULHER

Para Siliprandi (2004), diferentemente das mulheres urbanas, que relacionam seus descontentamentos principalmente aos problemas encontrados na esfera do trabalho, como menores salários, oportunidades de emprego e chances de se qualificar, as mulheres rurais apontam as desigualdades nas relações familiares, em que ocupam posição inferior. Nota-se, portanto, que as relações de subordinação, no âmbito familiar, configuradas no processo de trabalho e também nas interações afetivas, com frequência estimulam a busca, por parte das mulheres jovens, por uma vida melhor. Como o trabalho das mulheres na propriedade geralmente é visto como ajuda e como complementar às tarefas domésticas que executam, elas não participam de forma ativa das instâncias administrativas e externas, como estabelecer os contatos com alguns agentes relacionados à esfera social e política (cooperativas, sindicatos, Estado), ou seja, a esfera pública. A consequência dessa prática culmina na falta de visibilidade externa da participação feminina no trabalho familiar agrícola.

Procurando problematizar esse cenário, a partir do início da década de 1980, as agricultoras no Rio Grande do Sul começaram a chamar a atenção pública para as suas reivindicações. A divisão sexual do trabalho começou a ser questionada publicamente pelas mulheres. Inicia-se, assim, a demanda pelo reconhecimento de seu status de trabalhadoras autônomas e co-responsáveis pelo empreendimento familiar, tendo como objetivo maior o acesso aos benefícios sociais (BRUMER, 1993). Como resposta a suas mobilizações, as mulheres rurais contam com algumas modificações na legislação em relação à titulação de terras e transformações positivas nas formulações de políticas públicas, principalmente as de crédito, gerando uma inserção diferenciada no cenário público. A titulação conjunta nos lotes conquistados nos assentamentos de Reforma Agrária e a inserção em programas de créditos representam conquistas importantes das mulheres, na medida em que abrem novas oportunidades de conquistar posições diferenciadas em suas comunidades. A criação de uma linha de crédito específica do Pronaf, o Pronaf Mulher, para as agricultoras, a partir do plano safra 2003-2004, por exemplo, teve como objetivo, justamente, a promoção da autonomia das mulheres, reconhecendo-as também como trabalhadoras rurais, tendo em vista a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Os dados do censo agropecuário de 1996 apontam a grande diferença entre homens e mulheres no acesso à posse da terra do Programa de Reforma Agrária, no Brasil. Enquanto 85,6% do total de beneficiários até aquele ano eram homens, somente 12,6% eram mulheres. A reivindicação por maior acesso à terra por parte do público feminino entrou na pauta das demandas dos movimentos sociais de mulheres e uma importante conquista foi a inclusão do artigo 189 da Constituição Federal, que prevê que “*o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do seu estado civil*” (MELO; DI SABBATO, 2005, p. 19). No entanto, como já destacado por Deere e Leon (2002), a conquista não se efetivou de fato, pois não há instrumentos que garantam a aplicação da lei, o que acaba favorecendo mais uma vez os homens, graças a um enraizamento da prática social de relacioná-los como mais capazes de gerir uma propriedade, reproduzindo, assim, as relações desiguais de poder no interior da família.

Uma pesquisa realizada, no Nordeste, sobre os programas de crédito oficiais e não-oficiais para a agricultura familiar naquela região, mostra que em termos de atendimento a essa categoria, mesmo com algumas limitações, os programas têm sido eficientes e é significativa a inclusão desses novos atores sociais, visto sua exclusão histórica da agenda do Estado nas definições das políticas públicas. No entanto, quando se cruzam os dados de acesso com a participação das mulheres nessas políticas de crédito, aparece claramente o viés de gênero. Se há alguns problemas operacionais e burocráticos¹³ para alguns, no momento do acesso, esses problemas são maiores quando o público é feminino (ROMANO; BUARQUE, 2001). Como os assuntos financeiros estão associados e pertencem ao domínio dos homens, há de se pensar em ações que promovam um maior acesso das mulheres nesse campo também.

De acordo com os autores:

No que tange (...) à inserção das agricultoras, excluídas historicamente dos benefícios do sistema financeiro oficial, pode-se inferir que a ausência de ações afirmativas, voltadas para compensar suas desvantagens em relação aos homens, indica que as mulheres continuam se confrontando com dificuldades em suas tentativas de ascender ao universo dos beneficiários (ROMANO; BUARQUE, 2001, p. 23).

¹³ Os principais impasses operacionais apontados são: 1) dissociação entre os interesses dos agricultores e dos mediadores (empresas de assistência técnica, ONGs); 2) falta de perspectiva de pagamento (envolvendo situação econômica e problemas nas safras); 3) problemas com os bancos que não estão acostumados a trabalhar com tal público e muitas vezes preferem trabalhar com operações que envolvem maiores recursos, ou seja, com grandes produtores (ROMANO e BUARQUE, 2001).

O MDA, com o objetivo de contribuir para o aumento da participação feminina no Pronaf, emitiu, através do seu Programa de Ações Afirmativas, uma portaria¹⁴ na qual determinava que pelo menos 30% dos acessos ao programa deveriam ser destinados às mulheres, pois até a criação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), apenas 7% dos beneficiários eram desse público. (BRUMER; WEISHEIMER, 2005).

As discussões sobre as desigualdades de gênero têm sido pauta constante do PPIGRE no âmbito do MDA. Os resultados desses debates têm contribuído para aperfeiçoar alguns programas. Entre as ações¹⁵ mais recorrentes na presente década estão: o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; as Políticas para fortalecer a participação das mulheres no Desenvolvimento Territorial; os direitos à terra e o desenvolvimento, que inclui políticas para as mulheres no II Plano Nacional de Reforma Agrária; Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) para as mulheres; as Políticas para mulheres na Agricultura Familiar (Assistência Técnica e extensão rural; Comercialização; Apoio à Produção dos Grupos de Mulheres Rurais; Acesso ao Crédito do Pronaf para as Mulheres Agricultoras Familiares – O Pronaf Mulher); Difusão, Capacitação e Articulação das Políticas voltadas às Mulheres (sensibilização e capacitação em políticas de igualdade de gênero no meio rural; As cirandas do Pronaf para as Mulheres; Encontros regionais com Mulheres Assentadas); Etnodesenvolvimento das Mulheres Quilombolas; Estudos, Pesquisa e Publicações sobre as Trabalhadoras Rurais (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007).

Entre as ações vinculadas ao eixo políticas para as mulheres na Agricultura Familiar, uma ganha destaque por estar constantemente nas pautas reivindicatórias das mulheres rurais, o acesso ao crédito. Conforme o relatório de gestão do programa de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia do MDA/INCRA, o MDA tem despendido esforços no sentido de promover uma maior inserção das mulheres em programas de crédito, mais especificamente, no Pronaf. Para tanto, este órgão construiu um plano de trabalho que atua em quatro frentes: *“1) alterar procedimentos de execução do Pronaf que impediam seu maior acesso, especialmente na Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap); 2) implementar uma política de crédito especial para as mulheres; 3) realizar aproximação entre bancos, cooperativas que*

¹⁴ Portaria n 121 de 22 de maio de 2001 (BRUMER e WEISHEIMER, 2005).

¹⁵ Para conhecer os detalhes de cada programa ver (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007).

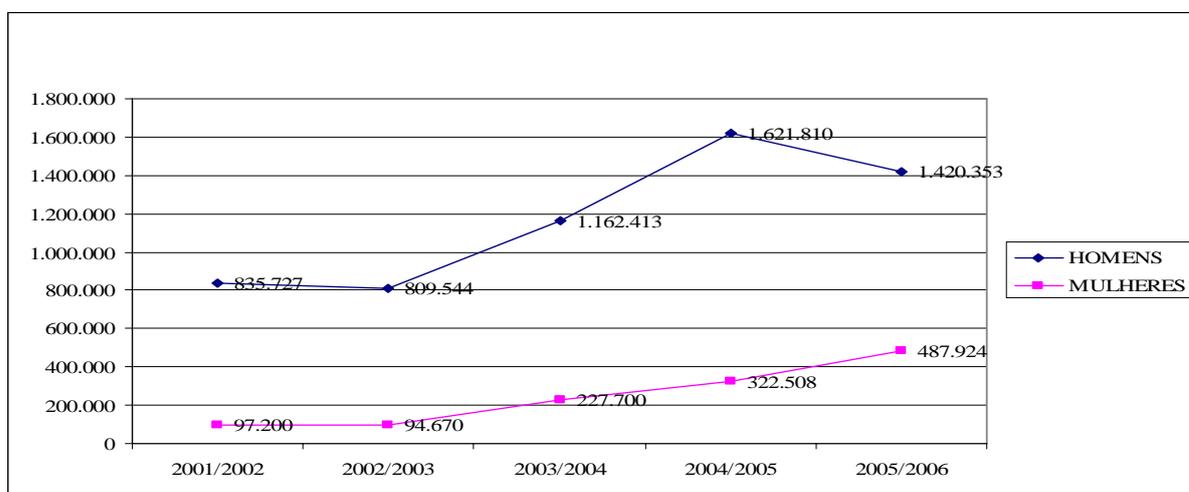
operam o crédito e organizações de mulheres trabalhadoras rurais; 4) realizar um amplo trabalho de capacitação das mulheres sobre a política de crédito do MDA” (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007, p. 44).

A justificativa do Ministério para empreender ações voltadas a políticas de afirmação de gênero vai ao encontro da perspectiva de Sen (2000), que afirma a possibilidade do indivíduo ser capaz de agir orientado para a constituição do seu bem-estar e das pessoas ao seu redor, beneficiando assim a comunidade como um todo. Para tanto, no caso das mulheres que têm, pela característica biológica sexo, uma desvantagem em sua atuação social com relação aos homens, há a necessidade de intervenções no âmbito do Estado através de ações afirmativas. Reconhecendo isso, o relatório argumenta que:

O trabalho das mulheres rurais, que historicamente era considerado apenas como ajuda ao trabalho dos homens, passa a ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas e o crédito passa a se constituir como um instrumento para a construção da autonomia econômica das mulheres (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007, p. 44).

Os dados apresentados no gráfico a seguir mostram que algumas das ações voltadas a estimular uma maior participação das mulheres no acesso ao crédito do Pronaf têm sido exitosas.

Gráfico 1: Pronaf - Número de operações por sexo



Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007.

Existe um crescimento expressivo das operações realizadas por mulheres entre as safras 2002/2003 e 2005/2006. Apesar de haver uma distância dos homens ainda considerável, não há como negar que a inserção das agricultoras no Pronaf tem aumentado. Chama-se a atenção para o acréscimo de 140% das operações entre as mulheres na safra 2003/2004 em relação à anterior (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007). Comparando o crescimento do acesso dos homens em relação ao acesso das mulheres, verifica-se que houve um aumento maior de operações realizadas por elas. Entre as safras 2002/2003 e 2003/2004 o acesso dos homens cresceu 43%, em contrapartida, o acesso das mulheres cresceu 140%. A tendência do percentual maior de crescimento do acesso das mulheres em relação aos homens manteve-se nas safras seguintes: 2004/2005 em relação à 2003/2004, 41% e 39%; 2005/2006 em relação à 2004/2005, 51% e -12% (decréscimo), respectivamente. Esse fato pode ser resultado justamente do plano de ação empreendido pelo MDA através do PPIGRE, a partir de 2003.

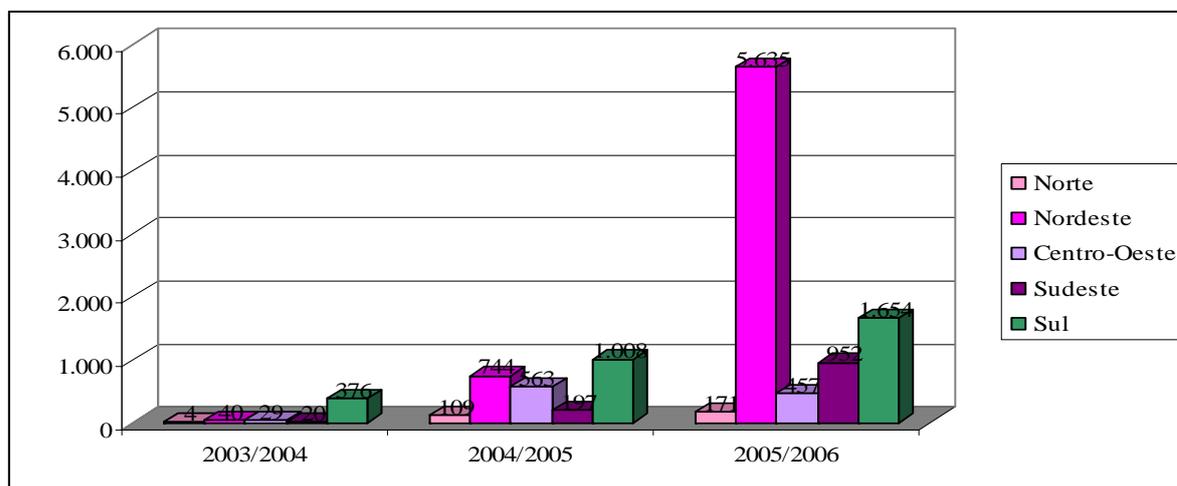
O Pronaf Mulher surgiu como modalidade de sobre-teto do Pronaf que destina recursos a mais para projetos de investimentos à família com atividades desenvolvidas pelas mulheres, oportunizando-lhes participarem mais do programa. Esse sobre-teto foi o embrião do Pronaf Mulher, agora como linha específica do Pronaf, instituído na safra 2004/2005 (MELO; DI SABBATO, 2005). O Pronaf Mulher configura-se num dos instrumentos mais importantes para a superação das desigualdades entre homens e mulheres no campo, desde que estimula a inserção das mulheres no programa de crédito no qual elas mesmas serão responsáveis pelo projeto econômico a ser desenvolvido com o financiamento. O sistema operacional de acesso a essa linha de crédito é o mesmo que atua para as outras linhas. O recurso pode ser aplicado em projetos individuais e/ou coletivos e deve atender uma das seguintes situações: a) *“investimento em atividades que agreguem valor porque beneficiam algum produto já produzido pela unidade familiar”*; b) *“investimento em outras atividades agrícolas ou não agrícolas ainda não exploradas pela unidade familiar e que não se relacionam com a atividade principal”*; c) *“investimentos na mesma atividade já desenvolvida pela unidade familiar e que aumente a produção agregando renda”* (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007, p. 50).

A segunda modalidade do Pronaf Mulher é a única que, na prática, pode contribuir para o desenvolvimento de um projeto autônomo das agricultoras, por não exigir que o recurso seja vinculado à atividade principal da propriedade, que fica a cargo dos homens. Esse

fato potencializa a diversificação da produção no interior da unidade familiar, colaborando para a diminuição da dependência econômica de um ou dois produtos comercializados, situação atual de muitas propriedades, principalmente naquelas que trabalham com grãos. As conseqüências de uma safra ruim podem ser amenizadas à medida que outros recursos ingressam na família, nesse caso, os provenientes dos projetos desenvolvidos com o financiamento do Pronaf Mulher.

Em termos de números, o Pronaf Mulher tem alcançado seus objetivos, mesmo que lentamente. No gráfico 2 é possível visualizar o crescimento do número de contratos realizados desde o início de sua vigência na safra 2003/2004 até a safra 2005/2006. O intervalo de tempo é pequeno: dois anos; no entanto, o aumento da participação das mulheres no programa é expressivo. Nesse período de tempo, o número de contratos aumentou em mais de 1000%, passando de 469 em 2003/2004 para 8.869 em 2005/2006. Destaca-se o desempenho da região Nordeste, que nesse mesmo período passou de 40 para 5.635 contratos (Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007).

Gráfico 2: Número de contratos - Pronaf Mulher por região

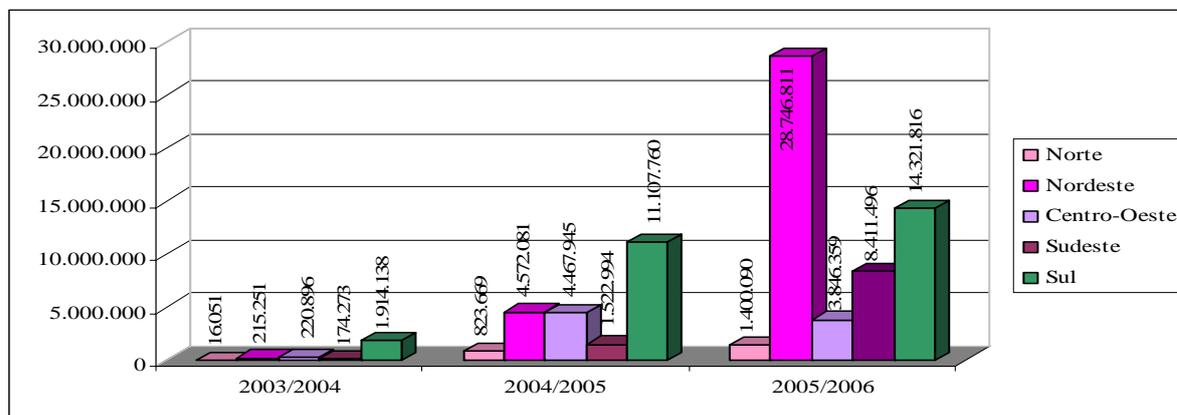


Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007.

A tendência de crescimento aparece também no volume de recursos acessados nesse período, como mostra o gráfico 3. Enquanto na safra 2003/2004 o montante de recursos ficou na casa dos R\$ 2.595.609,00, na safra 2005/2006 essa cifra passou a ser de R\$ 56.726.571,15

(Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007).

Gráfico 3: Volume de recursos - Pronaf Mulher por região



Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, 2007.

Existem estudos, alguns em fase de conclusão, já apontando algumas tendências relacionadas ao Pronaf Mulher. De um lado, ressalta-se a importância de refletir sobre a criação de uma política pública específica para as mulheres do campo, e de outro, as especificidades locais apresentam experiências e resultados diferentes dessas reflexões.

Sirlei Aparecida Fernandes (2007) enumera, em seus estudos, uma série de dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito. A autora identifica, na comunidade em que realiza seu estudo, em Santa Catarina, um reduzido acesso das agricultoras ao crédito do Pronaf Mulher, lançando como hipótese a influência do contexto sócio cultural das mulheres na decisão de buscar ou não o Pronaf Mulher. Outro fator que influencia a baixa demanda é o descompasso entre os agentes financeiros e o Estado, pois aqueles operam levando em consideração as possibilidades de sucesso dos empreendimentos econômicos (que podem não ser tão eficazes na busca pelo retorno do investimento realizado), pois não há por parte do Estado uma política voltada ao escoamento e comercialização dos produtos. Isso pode influenciar a decisão do banco ao não liberar o crédito, inviabilizando os projetos.

Já Cândida Zanetti (2007), que realiza seus estudos na região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, aponta como elemento diferencial, entre as agricultoras que acessam o Pronaf Mulher e as que não o acessam, a organização prévia na busca pelo crédito. A autora

entende que a baixa mobilização na busca de recursos para o desenvolvimento de um projeto econômico próprio, na comunidade pesquisada, seja reflexo do entendimento das próprias agricultoras de que não há a necessidade de sua inclusão ao programa de crédito.

Faz-se necessário ampliar a discussão para além dos resultados quantitativos em relação a uma maior participação das agricultoras no Pronaf (incluindo a modalidade geral do Pronaf, bem como a linha específica para as mulheres – o Pronaf Mulher). A questão aqui se refere às conseqüências geradas a partir do acesso a recursos destinados anteriormente, em sua maioria, aos homens. Amartya Sen (2000) sugere, e as suas hipóteses são comprovadas a partir da avaliação de dados empíricos de alguns países, que as mulheres, quando têm oportunidade de definir o uso de recursos, são tão eficazes quanto os homens e só não contribuem mais para o bem-estar de suas famílias e comunidades porque sempre tiveram pouco acesso aos recursos econômicos.

De acordo com o autor:

Se atentarmos (...) para as atividades econômicas, constataremos que a participação das mulheres também pode fazer muita diferença. Uma razão para a participação relativamente pequena, em muitos países, das mulheres nas atividades econômicas rotineiras é uma carência relativa de acesso a recursos econômicos. A propriedade de terra e capital nos países em desenvolvimento tende a concentrar-se acentuadamente nos membros do sexo masculino da família. Em geral, é mais difícil para uma mulher iniciar um empreendimento, mesmo de proporções modestas, por não possuir bens que possam servir de garantias aos credores (SEN, 2000, p. 233).

Os relatos do autor sobre as experiências de fornecimento de microcrédito às mulheres por um Banco em Bangladesh mostram que a idéia dessa nova prática visa eliminar a desvantagem feminina no mercado de crédito rural, gerada justamente pela discriminação de sexo. O resultado disso foi o aumento do número de mulheres entre os clientes do Banco e, somado a esse fato, a maneira positiva dessa inserção torna-se visível pelos altos índices de restituição, que conforme Sen (2001), *“não deixa de relacionar-se ao modo como as mulheres responderam às oportunidades que lhes foram oferecidas e à perspectiva de assegurar a continuidade desses procedimentos”* (SEN, 2001, p. 233-234). Como já destacado no capítulo anterior, o mais importante nesse processo, é a possibilidade de, a partir de uma nova condição de ação dessas mulheres, ocorrerem transformações na própria sociedade, graças a sua contribuição ativa para tais mudanças.

Por ora, é possível refletir apenas o impacto produzido pela política de crédito na vida das agricultoras, no grupo familiar e na comunidade. Não obstante, a análise de tal experiência não deixa de lado a especificidade do grupo social estudado, pois como já foi discutido, a agricultura familiar tem uma lógica de produção e reprodução social particular, que associa, intimamente, fatores de produção e grupo familiar num processo de trabalho coletivo no qual, historicamente, os homens se colocaram como agentes principais.

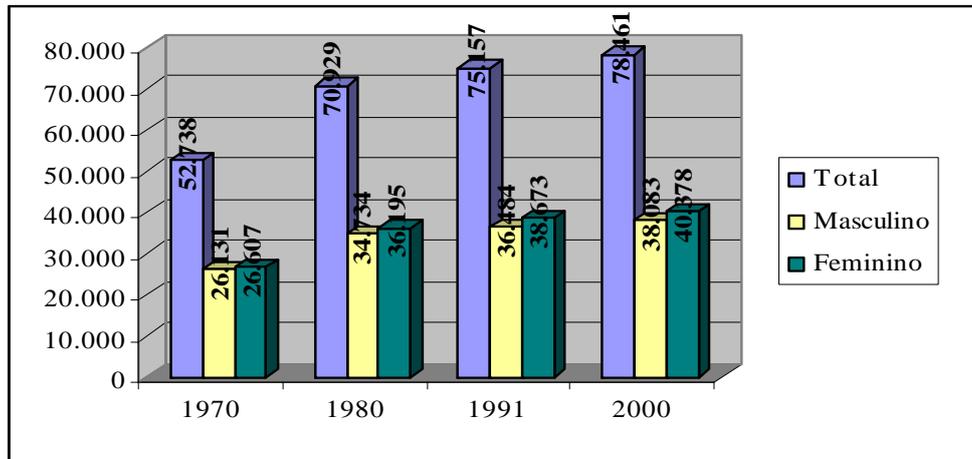
4 CAPÍTULO 3: CONSIDERAÇÕES EMPÍRICAS DO MUNICÍPIO DE IJUÍ

O objetivo, neste capítulo, é contextualizar empiricamente o município de Ijuí, apresentando-o a partir de três eixos: no primeiro, aborda-se a história da cidade, com alguns de seus indicadores importantes, como população, economia e IDH; no segundo, trabalha-se com os fatores que constituíram e constituem sua agricultura; e, finalmente, no terceiro, discute-se a situação das agricultoras nesse município. O propósito ao trazer esses elementos é caracterizar o município a que pertencem as pessoas participantes da pesquisa, tentando estabelecer algumas conexões entre suas realidades e de suas famílias com a realidade do município; principalmente no que tange, por um lado, às condições de reprodução de suas práticas e, por outro, a própria contribuição da agricultura para o desenvolvimento municipal, através das transformações por que ela vem passando nas últimas décadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DE IJUÍ

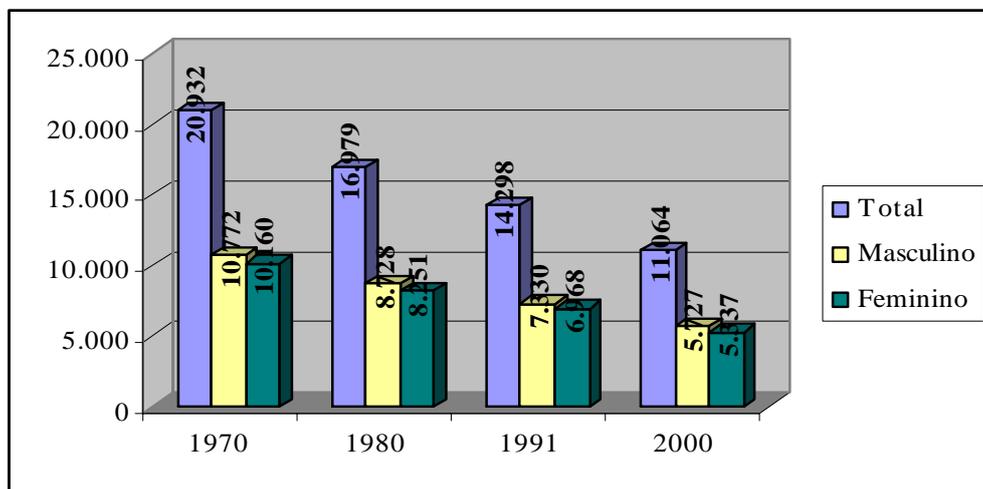
O município de Ijuí localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, situando-se, a cerca, de 400 Km da capital Porto Alegre. Sua população predomina na área urbana, contando com 67.397 pessoas, o equivalente a 86% da população total. Em contrapartida, a população rural representa 14% do total, ou seja 11.064 pessoas (CREMONESE, 2006).

No gráfico 4 é possível visualizar o crescimento demográfico ao longo de três décadas. Nota-se que, no total, a população feminina é um pouco maior do que a masculina para o ano 2000, diferença de 2.295 pessoas. No que tange a população rural, a diferença se inverte, ou seja, há mais homens do que mulheres no meio rural, sugerindo, assim que as mulheres a mais se concentram na área urbana (gráfico 5).

Gráfico 4: População Total do município de Ijuí

Fonte: IBGE – censo demográfico consultado no site cnm.org.br em 31/01/2008

Já o gráfico 5 mostra o crescimento demográfico negativo da população rural para o mesmo período, processo resultante do crescente êxodo rural registrado no município (CREMONESE, 2006).

Gráfico 5: População rural do município de Ijuí

Fonte: IBGE – censo demográfico consultado no site cnm.org.br em 31/01/2008

Nota-se que a população masculina tem sido superior, em relação à feminina, desde a década de 1970, sendo que a razão homem/mulher manteve-se mais ou menos constante nesse período de 30 anos com 1,06 em 1970; 1,05 em 1980; 1,05 em 1991; e 1,07 em 2000. Considerando a hipótese de que as jovens rurais saem mais do campo, os dados do Censo do

IBGE de 2000, mostram que a razão entre homens e mulheres na faixa etária entre 15 e 29 anos aumenta, ficando em 1,17.

A fundação do município data de 19 de outubro de 1890 e foi realizada por imigrantes russos. No entanto, como coloca Dejalma Cremonese (2006), o município já era ocupado por caboclos nativos e índios Guaranis. A história da cidade é pautada pela diversidade etno-cultural, contando com imigrantes alemães, poloneses, italianos, entre outros (CREMONESE, 2006).

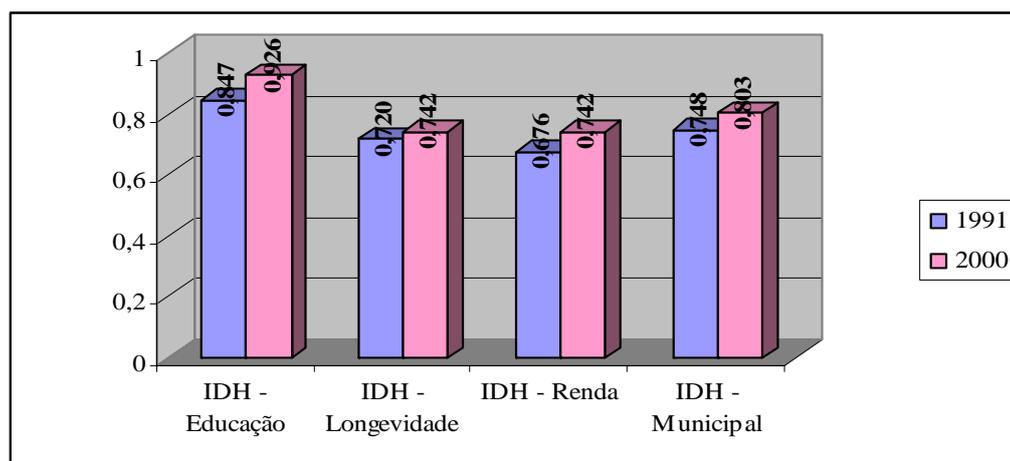
De acordo com Cremonese (2006), a economia do município pode ser definida em quatro fases: a primeira fase, antes de 1890, relaciona-se à economia de subsistência praticada sobretudo pelos caboclos. *“Estes caboclos viviam principalmente da coleta de erva-mate, junto com pequenas lavouras de milho, mandioca e feijão (lavoura antiga)”* (CREMONESE, 2006, p. 118); a segunda fase, do início do século XX até o final da década de 1940, é marcada pela diversificação da agricultura e da industrialização. *“Considerada como sendo a fase mais promissora de todos os tempos, Ijuí viu florescer uma policultura agrícola e uma dinâmica industrialização que colocou o município entre os mais importantes do Estado”* (CREMONESE, 2006, p. 118); na terceira fase, de 1950 a 1979, ocorreu a chamada modernização da agricultura, concentrando a produção principalmente na soja e no trigo. *“Começa, então, a se estruturar a partir dos anos de 1950 uma outra fase na economia da região, a chamada fase da modernização na agricultura, com o binômio trigo e soja. É nesse momento que surge a produção de larga escala (capitalismo na agricultura), contrastando com o modelo anterior, que se pautava na policultura do minifúndio agrário”* (CREMONESE, 2006, p. 122); a quarta e última fase destacada pelo autor, iniciada em 1980 e que se estende até os dias de hoje, é a de prestação de serviços, o que não significa que a agricultura tenha deixado de participar da economia do município.

A transformação no perfil econômico do município expressa-se na participação que cada setor tem no Produto Interno Bruto (PIB) total de Ijuí, que, de acordo com Cremonese (2006), nos últimos anos tem ficado assim: a agricultura contribui com 12% do PIB municipal, enquanto a indústria contribui com 21%, já os serviços correspondem a 61% e os impostos a mais ou menos 8% do total do PIB do município (CREMONESE, 2006). Em comparação com outros municípios do Estado, Ijuí teve um decréscimo na sua colocação no ranking dos PIBs, chegando a ocupar a 31ª colocação em 2001, em comparação com 1994, no qual ocupou o 22º lugar (CREMONESE, 2006).

Os dados levantados para um estudo que visava apreender os impactos do Pronaf mostram que houve uma redução no PIB per capita anual entre os anos de 1999 e 2002. Os valores para cada ano são: em 1999, o PIB per capita era de R\$ 10.888,99, elevando-se a R\$ 12.072,80 em 2001 e diminuindo para R\$ 9.511,33 em 2002 (MATTEI, 2005). A queda no valor do PIB per capita pode ter sido influenciada, entre outros fatores, pela estagnação da economia local (CREMONESE, 2006) e também pela seca que atingiu o setor da agricultura em algumas safras dos últimos anos (MATTEI, 2005).

Por fim, destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano de Ijuí aumentou na última década, apesar de não representar o índice ideal, passando de 0,748 em 1991 para 0,803 em 2001, um crescimento considerado pouco expressivo, como mostra a composição do índice no gráfico abaixo.

Gráfico 6: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano consultado no site cnm.org.br em 31/01/2008

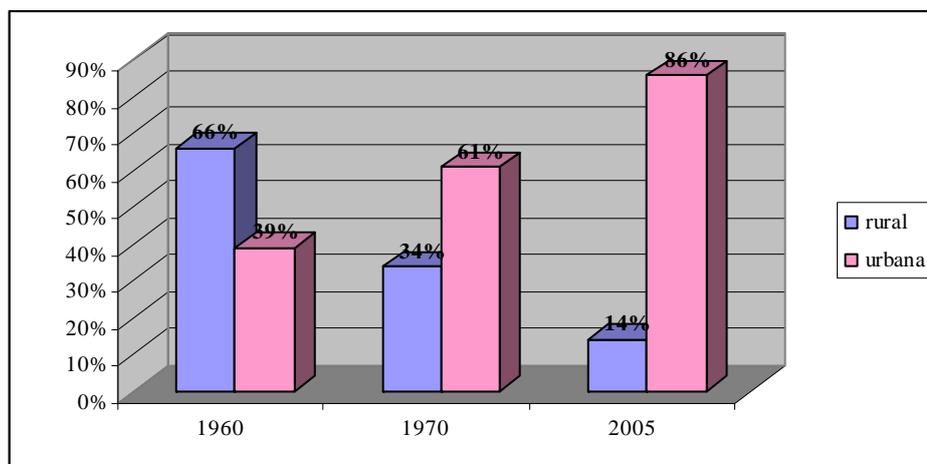
O IDH-Renda foi o índice que mais cresceu nesse período, o aumento foi de 9,76%; seguido pelo IDH-Educação, que foi de 9,32% e, por fim, o índice que menos cresceu foi o IDH-longevidade, com 3,05%. Nota-se que as informações sobre o PIB entre os anos de 1999 e 2002 mostram uma retração da economia, portanto esses valores devem influenciar no cálculo do IDH para o período de 2000 e 2010.

4.2 A AGRICULTURA

A passagem da produção agrícola diversificada para a concentração produtiva, basicamente em dois produtos: soja e trigo veio com a modernização da agricultura, estabelecendo outra relação com o mercado, através da produção de larga escala e sacramentando de vez a dinâmica capitalista na agricultura, fato ocorrido em toda região Noroeste do Estado. A partir de então, esse processo de inserção de novos insumos e tecnologias no campo desemboca em dois processos: 1) o predomínio das grandes propriedades na produção de soja e trigo, aumentando algumas delas e acarretando a expulsão de agricultores de seus pequenos estabelecimentos; 2) a substituição de mão-de-obra por maquinários, culminando, assim, no êxodo rural, processo contínuo durante algumas décadas (CREMONESE, 2006).

O gráfico 7, abaixo, mostra que a população se concentrava no meio rural (66% do total) até a década de 1970, quando essa relação se inverteu, passando a área urbana a conter 61% da população total, chegando a 86% em 2005. A redução da população rural nesse período pode ser explicada, entre outros fatores, pelo processo de modernização no campo implementado na produção de soja e trigo, liberando, assim, um contingente grande de pessoas que, assim, se estabeleceram na cidade ou em outros municípios.

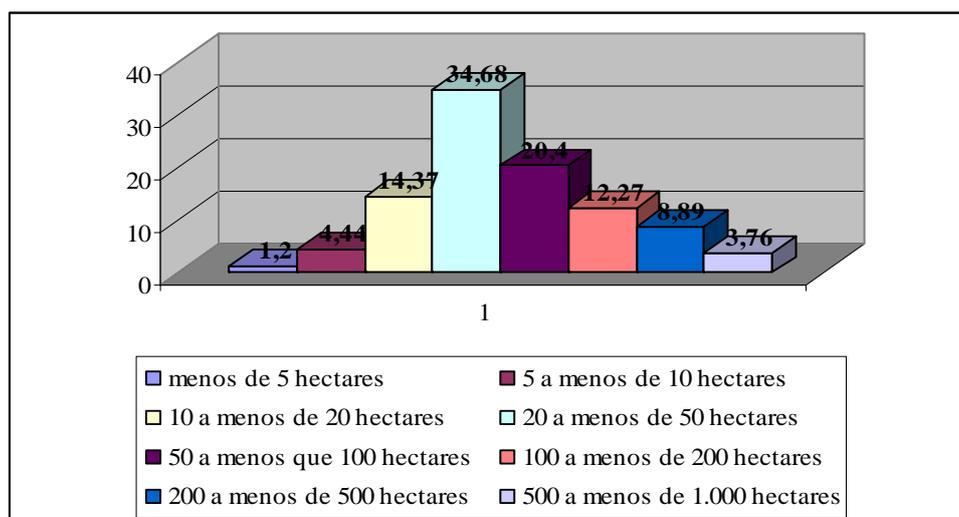
Gráfico 7: Evolução da população urbana/rural de Ijuí RS (1960-2005)



Fonte: IBGE, 2005 consultado em CREMONESE, 2006.

Há, também, uma redução do número dos estabelecimentos com até 50 ha, decorrente da concentração da produção em dois produtos que utilizam a mecanização, implicando na redução da mão-de-obra. No entanto, apesar dessa diminuição, como mostra o gráfico 8, os pequenos estabelecimentos ainda são maioria no município, representando 54,7% do total.

Gráfico 8: Área dos estabelecimentos por grupo de área total e utilização das terras no município de Ijuí (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996) consultado em CREMONESE, 2006.

Conforme Cremonese:

Uma das principais mudanças também ocorre no número de estabelecimentos agropecuários da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul (RNC-RS). Percebe-se um decréscimo dos estabelecimentos “pequenos” (menos de 50 hectares), em torno de 69% e, um crescimento em torno de 50% dos estabelecimentos “médios” (50 a 200 hectares) e dos estabelecimentos acima de 200 hectares (CREMONESE, 2006, p. 122).

A grande expansão na produção de soja relacionada, a partir de então, principalmente às grandes propriedades decorreu, basicamente, de quatro fatores: primeiro, o fato de a economia da soja crescer no cenário internacional; segundo, a política de incentivo, por parte do país, para a produção e exportação da soja; terceiro, a consolidação da agroindústria e da indústria de processamento; e, por último, o baixo custo da mão-de-obra (CREMONESE, 2006, p. 125).

De acordo com Cremonese:

No início da década de 70, Ijuí presenciou os melhores momentos da valorização do preço da soja, somada ao apoio mais sistemático à produção de trigo. Em decorrência do binômio trigo-soja, Ijuí e a região viram declinar drasticamente as atividades coloniais clássicas do período anterior. Como foi evidenciado anteriormente, em pouco tempo a policultura desapareceu para dar lugar ao cultivo desses dois produtos. O boi e o arado desapareceram para dar lugar aos tratores e automotrizas, os campos foram arados, as florestas derrubadas, o êxodo rural aumentou e a monocultura de exportação se instalou ocasionando a riqueza para poucos, a exploração e a miséria para muitos (CREMONESE, 2006, p. 125-126).

A plantação de soja para ser viável deve ser cultivada numa área de dimensões não inferiores a 40 ha. Nessa estimativa, leva-se em conta elementos técnicos e econômicos (BRUMER; DUQUE; LOURENÇO e WANDERLEY, 1993). No entanto, como mostrado no gráfico 8, a maior parte dos estabelecimentos agrícolas do município são de tamanhos menores, o que influencia no pouco retorno financeiro para estas famílias.

Apesar da produção de soja estar concentrada nas médias e grandes propriedades, há no município de Ijuí a prática por parte dos pequenos produtores de, também, plantarem essa leguminosa. Porém, conforme o representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí, a insistência, por parte dos pequenos agricultores familiares, em produzir soja, contribui para a situação financeira pouco favorável dessa categoria, pois as condições atuais de produção, entre outras, também de clima, não têm contribuído de forma positiva para aqueles que plantam soja em pequena quantidade. Outro fator que agrava a situação econômica dos agricultores familiares do município e que está diretamente relacionado ao uso das terras para o plantio de soja foi o crescente endividamento realizado para compra de insumos e de máquinas. O resultado desse processo foi que nem todos tiveram condições de manter esse empreendimento, optando não pela diversificação da produção, mas sim pelo abandono de suas propriedades, juntando-se, assim, ao contingente de mão-de-obra liberado justamente pela mecanização da lavoura. Nas palavras de Cremonese: *“o vertiginoso crescimento da mecanização produziu uma sobra populacional que foi obrigada a migrar para áreas urbanas das cidades ou para outras regiões”* (CREMONESE, 2006, p. 127).

As propriedades (total de oito) incluídas nesta pesquisa têm entre seis (06) e sessenta (60) hectares e todas elas produzem soja. Esse fato comprova a afirmação do representante do sindicato sobre a prática que se reproduz ao longo de gerações de plantar soja, mesmo que em áreas reduzidas, como é o caso da maior parte das propriedades visitadas durante a realização

das entrevistas (seis delas têm área menor que 15 ha). A produção concentra-se na soja, tendo o leite como outro produto forte, principalmente em tempos de colheitas fracas. A outra parte da produção, que inclui o milho, a horta e os pequenos animais, é destinada principalmente ao consumo da própria família, que vende, às vezes, o excedente dessa produção, na forma *in natura*, ou transformado pelas agricultoras, como é o caso do queijo.

Apesar dos problemas apontados acima, um fator importante que, de certa maneira, vem contribuindo para a sobrevivência de algumas propriedades, entre elas as incluídas nessa pesquisa, é a garantia do ingresso dos recursos do Pronaf. Essa política é tão importante para o município que este ocupa a 80ª posição no ranking entre os maiores municípios do país tomadores do crédito em relação a número de contratos e ao montante das operações (MATTEI, 2005).

De acordo com Mattei:

Como nos estados sulistas concentra-se a maior parte dos recursos do programa, os efeitos do mesmo sobre a área colhida são bastante prováveis, uma vez que o Pronaf se transformou em uma política pública indispensável à manutenção e continuidade das atividades dos estabelecimentos agropecuários (MATTEI, 2005, p. 42).

O Pronaf é pauta permanente nas discussões do sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí, conforme explicou o representante. Ele afirma que a entidade vem lutando por uma reformulação da lógica e das regras do programa, pois na sua visão, esta política de crédito deve ser destinada à propriedade para que o recurso seja aplicado em algum projeto, de preferência, de beneficiamento de produtos e não para custeio da plantação de um ou outro produto apenas. O argumento principal dele relaciona-se à dependência extrema dos pequenos produtores de soja e, em sua visão, essas pequenas propriedades deveriam investir na diversificação de produtos, apostando, por exemplo, no cultivo de hortifrutigranjeiros.

4.3 AS AGRICULTORAS FAMILIARES

Uma pesquisa realizada no município de Ijuí no final da década de 1980 traz algumas dimensões importantes para as discussões sobre a Agricultura Familiar e o papel desempenhado pelas mulheres. As dimensões *divisão sexual do trabalho e perspectivas para filhos e filhas* são trabalhadas por Anita Brumer e Elisa Giacobbo (1993) no sentido de

avaliar, a partir de alguns indicadores, a situação das mulheres inseridas nas unidades familiares de produção, após o processo de modernização na agricultura, tendo como pano de fundo o debate sobre gênero no meio rural e na sociedade, de um modo geral.

A hipótese principal das autoras é:

(...) partimos da idéia de que a modernização traz inúmeras transformações às unidades camponesas, sendo as principais a mecanização e a especialização. Tanto a mecanização como a especialização, por sua vez, afetam a estrutura e a organização da produção. Por um lado, aumenta-se a área cultivada e a produção destinada ao mercado; por outro, necessita-se de trabalho mais especializado para o emprego de máquinas, o que muitas vezes resulta na reestruturação do trabalho familiar e na utilização de trabalho assalariado. A partir dessas transformações e mantidos os tradicionais papéis femininos e masculinos vigentes na sociedade, espera-se que, cada vez mais, se separem mais claramente os aspectos que antes pareciam ser mais ou menos indiferenciados, tais como a produção para o autoconsumo e para o mercado, e as esferas produtiva e doméstica, acentuando-se, então, a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Poder-se-ia esperar, então, caso a modernização seja acompanhada de uma renda mais elevada, que as mulheres se afastem das atividades agrícolas e pecuárias destinadas à venda, ficando seu espaço restrito às atividades da casa e da horta – o espaço doméstico –, caracterizando-se, assim, mais claramente, suas funções de esposas e mães (BRUMER; GIACOBBO, 1993, p. 142).

Para testar tal hipótese, as autoras selecionaram 47 unidades familiares produtoras de soja e trigo em Ijuí. O fio condutor do estudo foi o exame da divisão sexual do trabalho a partir do processo de modernização de tais propriedades. Elas ressaltam que há estudos mostrando existir uma diferenciação no trabalho realizado por homens e mulheres, o que culmina para uma oposição entre unidade de produção e unidade de consumo. Destacam a definição do trabalho da mulher, na produção, como ajuda; a quase exclusividade do trabalho desta nas atividades domésticas, cuidados dos filhos, cuidado da horta e transformação de alimentos. Ou seja, o trabalho das mulheres relaciona-se com a reprodução do grupo familiar, enquanto que o trabalho dos homens associa-se à esfera da produção e da reprodução da unidade produtiva, como já discutido no capítulo anterior a respeito da situação da mulher na Agricultura Familiar.

Os indicadores construídos (chefia do estabelecimento e atividades) na análise da divisão sexual do trabalho mostram que de fato há essa polarização, em relação a sexo, entre a esfera doméstica e a esfera produtiva. Nas unidades familiares pesquisadas, em apenas quatro (8,5%) havia mulheres como chefes de estabelecimentos, ou seja, há um predomínio masculino nessa função. Em relação às atividades, constatou-se que os homens se inserem

mais nas atividades ligadas à produção e as mulheres nas atividades consideradas importantes para a reprodução do grupo familiar, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2: Divisão das atividades do estabelecimento agropecuário por sexo

Atividades	Total de estabelecimentos com participação	
	De homens	De mulheres
Preparo do solo, capina e colheita (mecanizada)	27 (57,5%)	6(12,8%)
Venda	35 (74,5%)	12 (25,5%)
Contabilidade	10 (21,3%)	6 (12,8%)
Trato de animais	37 (78,7%)	36 (76,6%)
Horta e quintal	17 (36,2%)	37 (78,7%)
Atividades anexas	16 (34,0%)	27 (57,5%)
Atividades domésticas	7 (14,9%)	39 (83,0%)

Fonte: BRUMER; GIACOBBO, 1993 (pesquisa de campo, Ijuí, 1988).

O estudo indica, também, que quanto menor a área útil da propriedade, maior é o envolvimento das mulheres nas atividades consideradas produtivas do estabelecimento. Essa relação se inverte no caso das propriedades com áreas úteis maiores. Uma das explicações para esse fato é a baixa mecanização dos estabelecimentos menores. Conforme as autoras: “(...) a mulher não necessariamente deixa de participar de todas as etapas do processo pelo uso da máquina, mas percebe-se que há uma tendência à redução da participação da mulher em unidades de produção mais mecanizadas” (BRUMER; GIACOBBO, 1993, p.149).

Essa diferença nas atividades desempenhadas por homens e mulheres na produção agrícola de tipo familiar influencia nas perspectivas dos pais para seus filhos e filhas. Em relação à profissão, a preferência dos pais para a ocupação de seus filhos homens é, em primeiro lugar, a de agricultor, seguida pela de engenheiro agrônomo ou técnico. Já em relação às filhas mulheres, a preferência é que elas sejam agricultoras, professoras ou funcionárias. No entanto, há uma diferença entre ser agricultor e agricultora aqui, pois as

mulheres tornam-se agricultoras, na maioria das vezes, a partir do seu casamento com algum agricultor, o que não ocorre com os homens, já que a profissão de agricultor independe do matrimônio (BRUMER; GIACOBBO, 1993).

A forma de inserção das mulheres no processo de trabalho culmina na falta de visibilidade da contribuição feminina, de um modo geral, para a reprodução social na agricultura familiar, pois uma das atribuições de chefia, por exemplo, é estabelecer os contatos com os agentes externos, relacionados à esfera social e política (cooperativas, sindicatos, Estado). Portanto, há a exclusão das mulheres da esfera pública acompanhando a tendência de uma consolidação da relação entre uma maior capitalização da produção e uma menor participação das mulheres nas tarefas produtivas, fazendo com que elas se especializem nas lides domésticas (SAFFIOTI, 1976).

Pode-se considerar como reflexo dessa situação uma maior migração da população feminina do meio rural para as cidades. Como já apontado por Siliprandi (2004), a insatisfação com a maneira com que as mulheres se inserem no processo de reprodução social faz com que as jovens busquem outros espaços. O investimento nos estudos e numa carreira profissional no meio urbano aparece como alternativa ao modo de vida das mulheres no campo.

O Pronaf Mulher surge nesse cenário buscando responder a essa questão e às pressões exercidas pelas próprias mulheres na busca de maior reconhecimento de seu trabalho nas unidades familiares de produção. Nesse sentido, a proposta é pensar qual é o impacto que uma determinada política pública tem na vida das pessoas e que tipo de processo se estabelece a partir dela? Os resultados são positivos, negativos ou não alteram a situação dessas mulheres? Será que o acesso ao crédito propicia uma maior autonomia para as agricultoras? Essa autonomia é capaz de provocar mudanças nas relações de gênero?

Antes de responder essas questões é necessário situar a realidade das agricultoras entrevistadas para a pesquisa, tendo como pano de fundo a situação dos estabelecimentos familiares agrícolas.

5 CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS AGRICULTORAS DE IJUÍ

Neste capítulo, confronta-se a pesquisa de campo com a reflexão teórica sobre o processo desencadeado a partir do acesso ao Pronaf Mulher.

Considera-se que o processo de empoderamento, operacionalizado através das dimensões trabalhadas no capítulo teórico, é complexo, e não seria arriscado afirmar, contraditório, pois ao mesmo tempo em que configura um cenário de adição de poder das mulheres nas decisões importantes de suas vidas estabelecendo uma autonomia relativa em relação a sua situação econômica, pessoal e social e política, não se constitui em fator suficiente para ruptura de determinadas práticas sociais construídas e historicamente vinculadas aos homens e mulheres em suas contribuições para a reprodução social da agricultura familiar.

É possível, outrossim, que se encontrem agricultoras em diferentes momentos desse processo, como por exemplo, mulheres que já eram engajadas em associações, sindicatos, entre outros, e que participam constantemente das discussões de sua comunidade, além de outras que começaram a ter uma participação mais atuante a partir do acesso à política de crédito. O próprio questionamento das relações de gênero estabelecidas no meio social em que vivem repercute em diferentes percepções sobre como é possível modificá-las e se isso é desejado por elas.

Esses fatores encontram-se presentes na discussão sobre os dados coletados na pesquisa de campo realizada no município de Ijuí, que se divide em quatro partes. A primeira refere-se ao contexto da pesquisa empírica englobando algumas características das agricultoras, bem como as condições de acesso ao Pronaf Mulher; na segunda apresentam-se os elementos que constituem os momentos da nova situação das agricultoras, que são: *o contexto e a motivação; o engajamento e a reivindicação; a integração e a ação; a conscientização*. É interessante a discussão desses momentos para visualizar os fatores que influenciam e determinam o processo, como sugerido por Lisboa (2003). A terceira constituiu-se nos indicadores construídos para a análise das *dimensões econômico-individual; pessoal; social e política* do processo de empoderamento. Por fim, na quarta, discute-se a relação entre a construção da condição de agente e o empoderamento, suas possibilidades e limites.

5.1 O CONTEXTO DA PESQUISA EMPÍRICA

O Pronaf Mulher é uma política de crédito voltada às agricultoras familiares e tem como objetivo financiar algum empreendimento econômico desenvolvido por elas no meio rural. O primeiro passo para a obtenção do Pronaf Mulher é o preenchimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) informando ao banco que a mulher está apta a acessar o crédito. Este formulário pode ser obtido nos sindicatos e empresas públicas de extensão rural (Emater) e outros órgãos conveniados. A partir do plano safra 2004-2005, o DAP passou a ser preenchido e assinado pelo casal, ou seja, tanto pelo homem quanto pela mulher, possibilitando aos dois o acesso ao Pronaf. O segundo passo para acessar os recursos do Pronaf Mulher é a elaboração de um projeto que explicita o que será financiado e em que serão aplicados os recursos. Ou seja, nesse documento deve estar claro o tipo de investimento a ser realizado e o que será produzido com ele. Esses projetos, pelo menos no município de Ijuí, são elaborados em conjunto com a Emater municipal, que colabora com as agricultoras, através de apoio institucional. A Emater constitui-se no principal veículo, tanto de informação sobre o crédito, quanto de colaboração no encaminhamento e acompanhamento dos projetos das agricultoras do município.

A etapa posterior a esse procedimento configura-se na análise do pedido pelos agentes bancários; nesse caso, o Banco do Brasil. Essa avaliação é decisiva para o acesso ou não ao crédito e, muitas vezes, essa etapa é a mais delicada e demorada do processo. De acordo com as agricultoras entrevistadas em Ijuí, o tempo de espera desde o encaminhamento da solicitação do crédito até a assinatura do contrato e o recebimento dos recursos foi de mais ou menos um (01) ano. Os relatos de funcionários da Emater atestam o trabalho intensivo de esclarecimento de dúvidas e de convencimento quanto à importância dessa nova linha de crédito às agricultoras junto ao banco. Conforme Ana¹⁶ (assistente técnica da Emater regional), esse trabalho não foi fácil, pois há certo preconceito por parte de algumas pessoas do banco, que preferem negociar com um público mais consolidado financeiramente.

Nas palavras de Ana,

Ainda temos muitos problemas com alguns agentes financeiros, eles dão muita prioridade a outro público e não aos agricultores, por isso, não dão muita ênfase e não têm interesse em atender essa linha de crédito. Ainda há

¹⁶ Os nomes utilizados na dissertação são fictícios como acordado com os entrevistados.

barreiras para serem vencidas em relação aos agentes financeiros. Tem agências que têm pessoas mais favoráveis, mais acessíveis, que têm o entendimento; aí a coisa flui melhor, têm outras que já colocam dificuldades. E então tem todos esses aspectos, porque é uma caminhada que tem que ser vencida (Ana, Emater).

A resistência dos agentes financeiros tem sido apontada, por alguns estudos, como um dos entraves para o acesso das mulheres rurais ao financiamento de suas atividades. Ademais, além de a estrutura financeira¹⁷ estar voltada, principalmente, a um público que acessa valores mais altos de financiamento para negócios considerados mais rentáveis¹⁸, geralmente vinculados ao espaço urbano, as pessoas que trabalham na Instituição bancária não estão acostumadas a lidar com o público feminino do meio rural, pois os responsáveis pelas operações bancárias, em suas unidades produtivas, eram exclusivamente os homens. Isso pode explicar a demora do processo e a necessidade de convencimento, por parte dos técnicos, de que os projetos das agricultoras podem se constituir em empreendimentos importantes para a configuração da renda familiar.

Para Jorge O. Romano e Cristina Maria Buarque (2001) existem alguns problemas operacionais que dificultam e, em alguns casos, até mesmo impedem que novos atores insiram-se nos programas de crédito subsidiados pelo Governo. Os autores destacam que ao mesmo tempo em que certas políticas são dotadas de um caráter social, elas são geridas por bancos que funcionam sob a ótica dos sistemas financeiros tendo como principal objetivo atender grandes empreendimentos (ROMANO; BUARQUE, 2001). Observa-se, assim, um paradoxo entre o atendimento a grupos sociais, nesse caso os agricultores familiares e mais especificamente as mulheres, com condições e necessidades específicas; e a lógica vigente do sistema financeiro. Um dos dispositivos de exclusão é o tipo de exigência de garantias para o empréstimo e sobre isso os autores afirmam:

Para as agricultoras, especificamente, o requisito “garantias” constitui-se num instrumento de seleção negativa especialmente eficaz, uma vez que as mulheres, mesmo tendo conquistado há aproximadamente uma década o direito ao título da terra, não contaram com muitas ações implementadas,

¹⁷ Os tipos de conta disponíveis para o acesso ao Pronaf são os mesmo oferecidos para os clientes de forma geral. A conta mais simples existente hoje, no Banco do Brasil, custa R\$9,00 mensais para a sua manutenção, tendo direito ao cartão para a movimentação da conta, apenas. Se as agricultoras optarem por ter cheque, conta especial e cartão de crédito pagarão mais caro por esses serviços (informações obtidas através de um funcionário do Banco do Brasil da agência universitária/UFRGS em Porto Alegre).

¹⁸ Os funcionários têm trabalho equivalente para verificar a documentação de empréstimos pequenos e grandes, sendo os últimos mais lucrativos. Há também aumento nos custos dos bancos com o atendimento de um número relativamente grande de empréstimos de pequeno valor.

nesse intervalo, com vistas a reverter na prática os condicionamentos socioculturais restritivos a elas (ROMANO; BUARQUE, 2001, p.09).

Nesse sentido se uma das exigências de garantia for a titularidade da propriedade, algumas já não podem se candidatar. E, se por outro lado, a exigência ficar restrita ao aval do titular, elas devem convencer seus maridos ou pais a assinarem com elas, o que pode levar algumas a desistir no caminho, caso eles não aceitarem.

A conclusão a que chegam Jorge O. Romano e Cristina Maria Buarque (2001) é que o sistema financeiro atual não reconhece a especificidade socioeconômica das políticas públicas de crédito destinadas às mulheres e nem a importância das questões de gênero na tentativa de superar problemas acarretados pela pobreza. Logo, a determinação, por parte do banco, das garantias para liberar os recursos funciona como um mecanismo de exclusão de possíveis beneficiários, restringindo, assim, a eficácia do crédito (ROMANO; BUARQUE, 2001).

Os problemas com os bancos também foram destacados pelas agricultoras que participaram das Cirandas do Pronaf, evento organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a capacitação, a discussão e a construção de compromissos coletivos que teve por objetivo promover, ampliar e qualificar o acesso das mulheres ao Pronaf (Cirandas do Pronaf para as Mulheres, 2005). Esse encontro realizou-se entre fevereiro e abril de 2005 e foi dividido em cinco oficinas regionais. Nessas oficinas, entre outros assuntos, foram discutidas algumas dificuldades que as mulheres têm enfrentado no processo de acesso ao crédito do Pronaf. Entre elas, a relação com os agentes financeiros.

As questões levantadas pelas agricultoras relacionam-se a três eixos, principalmente. O primeiro eixo refere-se à emissão do DAP; o segundo à elaboração do projeto de crédito e o terceiro está associado ao acesso ao financiamento do Pronaf. Foram levantados diversos problemas relativos ao DAP, como a cobertura existente e a falta de informação. Já os impasses ligados à elaboração do projeto destacados por elas são: a cobertura, a falta de informação; a formação e qualificação profissional e institucional relativa aos bancos. Em relação ao financiamento, as agricultoras colocaram como problemas: a titularidade da terra; a ausência de documentação, as relações familiares e o endividamento das famílias agricultoras; as garantias exigidas; a disponibilidade dos recursos; as relações institucionais entre os agentes financeiros, sindicatos rurais, empresas de assistência técnica e suas relações com as mulheres trabalhadoras rurais; nível de informação disponível sobre o Pronaf (Cirandas do pronaf para as Mulheres, 2005).

Os problemas enfrentados certamente decorrem pelo fato de elas não estarem habituadas com os procedimentos existentes para o acesso ao crédito do Pronaf e por estarem excluídas, até então, das ações externas às propriedades. Além do mais, como já destacado por Jorge O. Romano e Cristina Maria Buarque (2001), o fato de serem mulheres interfere na maneira como são tratadas pelos agentes institucionais. Aliado a isso, a própria falta de documentação para algumas, o fato de não ter o título em conjunto com seus maridos e a própria condição que elas assumem no interior da propriedade e da família são também empecilhos a serem enfrentados e vencidos por elas.

Nem todos os problemas apontados, nesses dois estudos, são encontrados no processo de acesso ao crédito pelas agricultoras de Ijuí. Todas as agricultoras entrevistadas, por exemplo, possuem toda a documentação civil necessária, como carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF) e título de eleitor. As dificuldades semelhantes referem-se, principalmente, ao fato de não serem titulares das propriedades onde vivem e trabalham e à negociação com o banco.

Um fator que pode ter influenciado o banco na decisão de liberar os recursos, no caso das agricultoras de Ijuí, foi o valor de cada operação, pelo baixo risco envolvido, tendo em vista seu baixo valor e a alta probabilidade de quitação do empréstimo. O valor médio obtido por esse grupo de mulheres foi de R\$4.300,00, todos enquadrados na categoria C do Pronaf Mulher, sendo que o valor mais baixo foi de R\$3.500,00 e o mais alto de R\$6.000,00. Com o argumento de que os valores são relativamente baixos, juntamente com a exposição dos projetos e com as outras condições do empréstimo (carência de cinco (05) anos e oito (08) anos para pagar), as agricultoras, apoiadas pela Emater, conseguiram a liberação do financiamento por parte do Banco.

No quadro abaixo, apresentam-se as condições de acesso à categoria de crédito C do Pronaf Mulher.

Quadro 01: Informações da Categoria C do Pronaf Mulher

Grupo	Pronaf Mulher – Categoria C
Público	Mulheres agricultoras (independente do estado civil) Integrantes de unidades familiares com renda bruta anual acima de R\$ 2 mil até R\$ 14 mil (de toda a família)

Modalidade	Investimento (uma única operação de crédito)
Finalidade	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora. Até 35% do valor financiado poderá ser utilizado para custeio ou capital de giro associado ao investimento.
Crédito/Teto	De R\$ 1.500,00 até R\$ 6.000,00
Juros	2% a.a.
Bônus de adimplência	R\$ 700,00 por agricultora
Prazo	Até 8 anos
Carência	Até 5 anos

Fonte: quadro gerado a partir das informações retiradas dos sítios: www.fetaesc.org.br e www.mda.gov.br, consultados no dia 04.04.2008.

A partir dos critérios e regras estabelecidos para o financiamento dos projetos das agricultoras, torna-se possível visualizar as possibilidades e os limites dos investimentos realizados. Se, por um lado, considera-se positiva a criação de uma linha de crédito específica para as mulheres rurais poderem investir numa atividade remunerada própria, por outro, há alguns limites desse investimento. Ou seja, a própria criação do projeto se relaciona ao trabalho já desempenhado pelas agricultoras no espaço doméstico, o que permite um investimento único envolvendo valores baixos. O limite está justamente na, talvez, impossibilidade de expandir seus empreendimentos, já que são vistos como complementares às atividades principais da propriedade. Este fato justifica a falta de criatividade ou ousadia de construir projetos diferenciados dentro ou fora da propriedade e pelo acesso ao Pronaf Mulher ser restrito a uma única operação por agricultora.

De forma geral, os projetos elaborados e executados pelas agricultoras assemelham-se, pois todas elas investiram os recursos na compra de aparelhos para viabilizar a produção de uma maior quantidade de alimentos e a diminuição do esforço físico. Portanto, o crédito foi usado para comprar máquinas de panificação, liquidificadores, batedeiras, refrigeradores, fogões, entre outros, destinados à produção do que elas denominam produtos coloniais, ou seja, pães,ucas, massas, bolachas, entre outros. No entanto, duas das agricultoras entrevistadas resolveram investir, também, na produção de hortigranjeiros em conjunto com seus maridos.

Ainda sobre seus empreendimentos, as principais formas de venda dos produtos são: a direta ao consumidor e sob encomenda, geralmente, da própria comunidade. No entanto, isso não as impede de procurar outras formas de comercialização. Isabel, por exemplo, participa, todos os sábados, de feiras na cidade; Rosa está articulando um contrato com a prefeitura para

fornecer a merenda para as escolas do município; Isabel e Marta, de localidades diferentes, mas do mesmo município, são requisitadas, por suas comunidades, para fornecerem cucas para as festas; Clara pretende abrir, futuramente, uma padaria e aumentar a produção e Neusa coloca seus produtos num mercadinho da cidade.

Todas as agricultoras entrevistadas salientam que o principal objetivo, ao decidirem acessar o crédito do Pronaf Mulher, foi a obtenção de uma renda própria, de modo a contribuir também financeiramente para a família, principalmente para os filhos. Como o lucro obtido pela lavoura, que em alguns momentos, como em safras ruins, ocasionadas quase sempre pela falta de chuvas, fica comprometido; essas mulheres se viram diante de três possibilidades de resolução dos problemas financeiros: ou a família desistiria do trabalho agrícola e migraria para a cidade, solução encontrada por milhares de famílias ao longo de décadas; ou elas (as mulheres) buscariam outra atividade, no meio urbano; ou, finalmente, investiriam numa atividade própria no interior da propriedade¹⁹. O surgimento de uma linha de crédito específica para as mulheres, com um perfil distinto das linhas do Pronaf já existentes, possibilitou financiar um empreendimento diferenciado, elemento decisivo à escolha dessas agricultoras voltarem-se à última opção colocada acima.

Rosani Spanevello e Adriano Lago (2008) mostram, a partir dos dados da Emater sobre os cursos promovidos pela empresa de extensão no Rio Grande do Sul, que a maior participação do público feminino encontra-se nas oficinas relacionadas ao processamento artesanal de diferentes matérias primas. Isto pode significar que as agricultoras procuram mais as oficinas e cursos ligados à produção artesanal por já trabalharem com tais atividades. Os autores destacam que a procura pelos cursos e oficinas relaciona-se à possibilidade das agricultoras inserirem-se numa atividade que possa agregar renda à unidade familiar.

Um aumento, tanto na auto-estima, quanto na colaboração financeira para a família é apontado como uma conseqüência positiva pelos autores, já que produzem uma satisfação às agricultoras. Isto se deve a que, em muitos momentos, a renda gerada pelo trabalho artesanal, mesmo não sendo muito alta, configura-se como uma fonte de renda necessária à manutenção do grupo familiar, principalmente entre aqueles que tiveram a safra agrícola prejudicada por alguma adversidade climática (SPANEVELLO; LAGO, 2008).

¹⁹ Outra alternativa encontrada pelas mulheres no meio rural é a Pluriatividade. Sobre isso ver os trabalhos de SACCO DOS ANJOS (1995; 2001; 2003; 2004; 2007) e em SCHNEIDER (1999; 2005; 2007).

Em contrapartida, essa situação leva as agricultoras a um paradoxo. Uma das maiores conquistas, consideradas por elas, foi a sua inclusão como beneficiárias da aposentadoria²⁰ rural, a partir da legislação de 1988 (BRUMER, 2002). No entanto, para que isso se concretize, elas devem se enquadrar nos critérios estabelecidos pela previdência rural, como provar que são agricultoras, através do bloco de notas²¹, e não exercer nenhuma outra atividade remunerada (SPANEVERELLO; LAGO, 2008). Logo, se elas não abrem mão do direito à aposentadoria, e isso se justifica pelo fato de terem passado boa parte da vida se dedicando às tarefas agrícolas; e continuam se dedicando, pois o trabalho artesanal é considerado um trabalho extra, o que implica no não abandono das outras atividades que estão sob sua responsabilidade; deve-se questionar como proceder na comercialização dos produtos gerados da atividade artesanal sem correr o risco de não se aposentarem.

A comercialização, nesse caso, restringe-se à informalidade, já que elas não podem incluir seus produtos processados no bloco de notas porque isto atestaria a produção de outros produtos além dos agrícolas. Por outro lado, não há interesse em registrar a produção na condição de autônoma ou de pequenas empresárias, pois isso acarretaria aumento dos custos e o pagamento de tributos o que resultaria num encarecimento de seus produtos e a diminuição ou eliminação de seus ganhos (SPANEVERELLO; LAGO, 2008). Isso gera duas conseqüências, conforme os autores, uma relaciona-se a baixa importância dada a essas atividades – consideradas não agrícolas -; e a outra se refere à limitação da expansão dessas atividades, pelas agricultoras, pela falta de regularização na comercialização.

Nota-se que as limitações geradas pelos investimentos – e aqui entram os recursos do Pronaf Mulher também - realizados pelas agricultoras em atividades próprias relacionam-se a três fatores que se articulam na totalidade da situação gerada, pois são causas e conseqüências uns dos outros. São eles: a) o receio de perder o direito à aposentadoria; b) a contradição entre o que é considerado produto do trabalho agrícola e o que não é considerado como tal, fazendo com que a produção artesanal das mulheres, mesmo utilizando matéria-prima agrícola, seja

²⁰ Trata-se de uma “aposentadoria especial”, à qual as trabalhadoras rurais têm acesso a partir dos 55 anos de idade e os trabalhadores rurais a partir dos 60 anos, em ambos os casos com cinco anos de vantagem em relação aos trabalhadores urbanos. A forma de contribuição também é distinta. Enquanto os trabalhadores urbanos contribuem com um percentual sobre os salários ou rendas recebidos, o trabalhador rural contribui com uma porcentagem sobre o valor da produção comercializada, independentemente de quantos forem os beneficiários no interior da família. Além disso, o recolhimento fica sob responsabilidade do comprador (BRUMER, 2002, p. 59).

²¹ Bloco de notas é um documento no qual se registram as vendas dos produtos agropecuários da propriedade (SPANEVERELLO; LAGO, 2008).

relegada à categoria de complementar e sem maior importância; c) a impossibilidade de expansão da produção e comercialização dos produtos artesanais.

Portanto, a reflexão da situação das agricultoras familiares de Ijuí passa pela avaliação de seus diferentes aspectos, tendo como base a discussão colocada acima. Se, por um lado, como foi destacado, há o aumento de sua auto-estima, construindo, assim, novas possibilidades de ação e envolvimento em diferentes instâncias econômicas e sociais, por outro, há certos limites na tentativa de questionar e superar o seu posicionamento, enquanto mulher, na família e na comunidade.

5.2 OS MOMENTOS DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

Os momentos do processo de empoderamento das mulheres configuram-se em situações vivenciadas por elas ao longo do caminho de acesso ao crédito, utilização dos recursos, desenvolvimento dos projetos, troca de experiências e de resolução de conflitos e problemas. Isso não significa etapas estanques, pois muitos ocorrem de forma simultânea. A nomeação de cada momento serve mais como recurso analítico que facilita a apreensão dos elementos em jogo na mudança ou não de posicionamento das agricultoras dentro da possibilidade de se afirmarem na condição de agentes e como empoderadas.

5.2.1 O Contexto e a motivação

A média de idade das agricultoras entrevistadas é de 50 anos. Todas elas são casadas e têm filhos, sendo que cinco delas têm três; uma tem dois; e as outras duas têm uma filha cada uma. Cinco delas não completaram o ensino fundamental, algo comum no campo para essa geração; uma tem o ensino médio incompleto e as outras duas têm o ensino médio completo.

As propriedades visitadas para as entrevistas localizam-se em duas localidades do município de Ijuí e têm entre 05 e 60 ha. Em todas elas há o predomínio do trabalho familiar, sendo que a contratação de pessoas para o trabalho ocorre quando necessário, geralmente em tempos de colheita da soja, grão plantado em todas as propriedades. Além da soja, há a produção do leite, do milho e de outras culturas utilizadas para o consumo próprio e para a

alimentação dos animais, à exceção do hortigranjeiro para duas propriedades, que é destinado à venda também. Acompanhando a tendência dos estabelecimentos familiares agrícolas no Rio Grande do Sul, em sua maioria, apresentarem como titulares os homens, essas também estão sob domínio deles, ou já de forma legalizada, ou como arrendatários de seus pais, mas que, no futuro, provavelmente lhes pertencerá.

Quadro 02: Perfil das entrevistadas

Nome das entrevistadas	Idade	Profissão	Estado civil	Filhas/ filhos	Escolaridade	Tamanho da propriedade	Valor do empréstimo do Pronaf Mulher	Projeto	Localidade	Município
Isabel	50	Agricultora	Casada	01 filha 01 filho	Ensino Médio incompleto	5,5 ha	R\$ 3.500,00	Produtos coloniais e hortigranjeiros	Alto do União	Ijuí-RS
Rosa	48	Agricultora	Casada	02 filhas 01 filho	Ensino Fundamental incompleto	12 ha	R\$ 4.100,00	Produtos coloniais	Santo Antônio	Ijuí-RS
Marta	63	Agricultora	Casada	02 filhas 01 filho	Ensino Médio Completo	60 ha	R\$ 5.000,00	Produtos coloniais	Santo Antônio	Ijuí-RS
Clara	44	Agricultora	Casada	01 filha	Ensino Fundamental incompleto	14 ha	R\$ 3.700,00	Produtos coloniais	Santo Antônio	Ijuí-RS
Neusa	52	Agricultora	Casada	01 filha 02 filhos	Ensino Fundamental incompleto	9 ha	R\$ 4.650,00	Produtos coloniais	Santo Antônio	Ijuí-RS
Luisa	34	Agricultora	Casada	01 filha	Ensino Médio Completo	11 ha	R\$ 3.500,00	Produtos coloniais e hortigranjeiros	Alto do União	Ijuí-RS
Nara	51	Agricultora	Casada	02 filhas 01 filho	Ensino Fundamental incompleto	8,8 ha	R\$ 6000,00	Produtos coloniais	Alto do União	Ijuí-RS
Denise	61	Agricultora	Casada	02 filhas 01 filho	Ensino Fundamental incompleto	14 ha	R\$ 4.180,00	Produtos coloniais	Santo Antônio	Ijuí-RS

Fonte: Pesquisa de campo 2007.

O acesso ao Pronaf Mulher por parte das agricultoras entrevistadas definiu-se de um lado pela possibilidade de uma contribuição maior para a renda total da família e de outro, pela oportunidade de, através do desenvolvimento de uma atividade gerenciada por elas mesmas, tornarem-se mais independente em relação aos homens. Da mesma forma que em outros estudos que mostram uma maior disposição de acesso entre aquelas que já possuem uma trajetória de organização (ZANETTI, 2007), aqui, as mulheres que acessaram o crédito também demonstram alguma experiência anterior de participação em organizações, embora não passando dos limites da comunidade. O aspecto que mais deve ter contribuído para a sua inclusão na política de crédito foi o acesso à informação sobre a existência do novo programa e sobre as vantagens a serem alcançadas pelas mulheres.

A perspectiva de melhoria da renda e a possibilidade de contribuir financeiramente com a família e com o marido foram salientadas, pelas entrevistadas, como uma conquista muito importante. Conforme Clara, se não fosse o empreendimento construído a partir do acesso ao Pronaf Mulher, a família dela provavelmente teria migrado para a cidade, pois a situação financeira não estava muito favorável, devido às últimas safras ruins da soja. A partir dos projetos consolidados com o apoio dos recursos provenientes do crédito, foi possível agregar valor à sua propriedade. O desejo de apoiar a manutenção do grupo familiar, com uma renda extra, demonstra o interesse das agricultoras em procurarem cursos e oficinas oferecidos pela Emater, como já destacado por Spanevello e Lago (2008).

O entendimento de que muitas vezes o produto vendido *in natura* não se faz suficiente para garantir uma renda adequada tanto para o consumo da família quanto para o investimento na propriedade fica claro nas exposições dos agentes da Emater, principalmente quando há a dependência de apenas um ou dois produtos que ficam a mercê das instabilidades climáticas, prejudicando a renda. Esse é o caso da soja no município onde foi realizada a pesquisa empírica.

Como aponta o técnico da Emater entrevistado,

Nesse último ano, fizemos uma campanha muito grande de qualificação do crédito com informações para ele ou ela [agricultor(a)], independente da linha de financiamento, tentar usar o crédito como uma ferramenta. Nós passamos por dois anos de seca na safra e a descapitalização foi muito grande. Estamos tentando mostrar que os grãos estão com os dias contados nas pequenas propriedades, eles [os pequenos agricultores] teimam em plantar grãos e não conseguem ver que isso leva à ruína deles. Então, nós fazemos campanhas mostrando outras alternativas; existe o leite, existem outras ações, às vezes até dentro da propriedade eles já estão produzindo algo que possam industrializar, que possa agregar valor. Entram diversas

coisas: hortigranjeiros, frutas, geléias, confecção de outros produtos... Tem mil e uma coisas para o cara tentar trabalhar. Então nós falamos: quer fazer um projeto? Vamos ver se [o projeto] é viável ou não e não financiar artigos, coisas que ele vá utilizar poucas horas por ano, que tenha pouca influência dentro do arranjo de sua propriedade (Evandro, Emater).

Afirmar que “*os grãos estão com os dias contados nas pequenas propriedades*” significa dizer que existe a consciência de que a soja não é mais rentável para os agricultores familiares que possuem uma extensão de terras cultiváveis de pequeno porte e, conforme o técnico, não vale mais a pena investir na produção de grãos. Como as pequenas propriedades podem produzir de forma diversificada, elas possuem matérias primas em abundância para diversificar, também, a produção. O técnico trabalha com a alternativa de industrializar a produção e investir na transformação dos produtos. Nesse sentido, Evandro considera uma oportunidade tratar o crédito como uma “*ferramenta*” que possa contribuir para o desenvolvimento de projetos dos agricultores que levem em conta a possibilidade de construção de agroindústrias próprias.

O fato de as condições econômicas constituírem-se em elemento condicionante ou determinante para a decisão de ingressar na política de crédito não significa que não existam outros fatores influenciando as ações das agricultoras. Isso ficou claro na conversa em grupo, quando elas concordaram com a afirmação de uma delas de que estava mais do que na hora da mulher do campo ter seu espaço nas políticas públicas. Conforme Rosa, *nós somos muito excluídas, desde a saúde, a educação; com o Pronaf Mulher foi a primeira vez que tivemos uma política para nós* (Rosa, agricultora). As questões que norteiam as desigualdades de gênero estão presentes nas falas das agricultoras, em relação, tanto ao trabalho na divisão das tarefas internas da propriedade quanto à situação financeira da família. Por mais que, em muitos momentos, elas naturalizem tais relações, essa problemática não fica ignorada nas discussões.

A percepção, pelas mulheres, de sua inserção numa política pública específica por si só tem o alcance de melhorar sua auto-estima. Se elas são vistas como trabalhadoras e como capazes de assumir a responsabilidade de um empréstimo, como não acreditar que isso significa um reconhecimento pelo que elas são e pelo que elas podem fazer?

Juntamente aos fatores internos da propriedade e da família, principalmente a necessidade de melhorar a renda, há o início de um processo que efetiva a participação das mulheres de forma mais ativa nas questões que envolvem o espaço doméstico e o seu

trabalho, já que elas vêm assumindo a maior parte da responsabilidade de definir sobre o consumo da família.

Nesse sentido, a contribuição da Emater, principalmente através de funcionárias que trabalham na área de bem estar social, tem sido importante para consolidar algumas discussões de gênero nas reuniões realizadas nas comunidades rurais no município. O surgimento de uma linha de crédito específica para as agricultoras familiares acabou servindo como um instrumento interessante para fortalecer as ações que visam constituir uma maior autonomia das agricultoras e assim contribuir para a atuação cidadã das mulheres do campo.

Conforme a assistente técnica da Emater regional,

Eu vejo como uma política interessante [Pronaf Mulher], no sentido da valorização da mulher como agricultora. Eu vejo como uma finalidade, no sentido de que venha uma linha de crédito específica para que ela faça, ou acesse, e que consiga viabilizar um projeto que seja da sua gestão, que ela tenha o comando, que ela seja responsável e que isso venha gerar a autonomia, cidadania e independência. Porque a gente vê hoje, principalmente nas famílias rurais, a questão do patriarcado, do homem tomando a decisão, do homem decidindo; a mulher como mão de obra muitas vezes tendo uma atuação forte, presente, mas na hora da gestão dos recursos, da tomada de decisão, não existe essa participação [feminina]. Então eu acho que é uma coisa que vem fortalecer a questão da cidadania, a mulher como cidadã, uma pessoa capaz de gerenciar, de gerir seu próprio negócio (Ana, Emater regional).

Na fala de Ana fica claro que existe uma forte relação entre a possibilidade das agricultoras assumirem o controle e os resultados de seu trabalho, principalmente em relação à gestão dos recursos; e o fortalecimento de sua “*autonomia, cidadania e independência*”. Essa afirmação é resultado do processo desencadeado, como já destacado por diversas autoras feministas, pela separação entre o trabalho considerado produtivo, inserindo os homens na esfera pública do social e do político como cidadãos, e o trabalho considerado reprodutivo excluindo as mulheres da esfera pública e colocando-as na esfera privada, doméstica (VAITSMAN, 2001). Existe a expectativa de que, a partir do momento em que as mulheres tiverem a oportunidade de atuar na esfera do trabalho produtivo, elas resgatarão a sua condição de cidadãs, inserindo-se também na esfera pública.

A questão da cidadania e da atuação política dos agricultores e agricultoras também é uma das preocupações mais importantes na agenda da atuação do sindicato dos trabalhadores rurais de Ijuí. Na avaliação do representante do sindicato sobre o Pronaf Mulher, o maior destaque é dado, justamente, à importância social do trabalho, pois a valorização da pessoa e

o aumento de sua auto-estima estão diretamente relacionados à prática produtiva, além de fortalecer a participação política.

O Pronaf Mulher incentiva a trazer a mulher ao meio social, valorizando-a. Antes era só o homem que acessava [políticas de crédito], a mulher era uma coisa à parte e com o Pronaf Mulher foi uma forma de a gente incentivar a participação da mulher, para ela ter a sua atividade, de buscar a sua vontade, que às vezes era barrada. Eu acho, não, eu tenho certeza que é necessário incluir a mulher na sociedade, ela tem que ter a sua atividade, ela tem que fazer o que gosta, ela tem que saber o que pode ou não pode fazer. Se nós pegarmos as mulheres urbanas, cada uma tem a sua atividade, praticam várias outras atividades, enquanto a mulher rural se limitava a fazer o que o marido faz. Então é fundamental ela ter a sua independência, até para se sentir valorizada, aumentar seu ego, se sentir útil e, cá entre nós, a mulher vem administrando melhor suas atividades que muito ‘marmanjo’ (João, Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Os discursos de Ana, funcionária da Emater, e João, representante do Sindicato, confirmam a possibilidade das mulheres assumirem a condição de agente através da sua inserção em uma atividade remunerada, contribuindo com a renda da família e melhorando, assim, a sua posição nas decisões no seio familiar, como sustentado por Sen (2000).

Portanto, a implicação do acesso ao Pronaf Mulher relaciona-se a diferentes questões: as condições econômicas desfavoráveis das unidades produtivas familiares que vem se concretizando há décadas, desde o processo de modernização e da substituição da policultura pelo plantio de dois produtos, a soja e o trigo, principalmente, como já destacado no capítulo anterior; as discussões de gênero e a atuação social através da consolidação da cidadania, num *contexto* formado no processo de transformação da realidade social das agricultoras, no qual o Pronaf Mulher aparece como um dos possíveis pilares de mudança.

A motivação consolida-se a partir da visualização das conseqüências de empreender o processo de autonomia e cidadania discutido acima. Ou seja, as agricultoras e mediadores, no trabalho coletivo de discussão realizado, permanentemente, antes e depois do acesso ao Pronaf Mulher, percebem que é possível questionar algumas práticas sociais, como o tradicional papel desempenhado por elas na propriedade, na família e na sociedade. O desejo da mudança de sua posição nas relações sociais e a superação dos obstáculos, como o medo de enfrentar situações com agentes financeiros, para essa transformação, aparecem como elementos de incentivo para elas ingressarem em projetos próprios.

Na opinião de Ana,

Muitas vezes, na unidade familiar, ela [agricultora] não tem essa condição de diálogo ou de influenciar na decisão do que fazer, do que produzir e sempre lá o marido vai ter a voz mais importante, final. Ele já definiu que aquele valor que ele tem disponível, ele vai aplicar naquele projeto que ele está tocando, que é de interesse dele; então é uma oportunidade [acessar o Pronaf Mulher] para que ela possa tomar sua própria decisão. Acho que é o pontapé inicial, a própria linha de crédito é limitada numa única operação, então é como um fator impulsionador, dá aquele primeiro passo para a atividade de sua própria gestão. Eu acho que isso cria, fortalece a participação e, a partir do momento em que ela faz essa prática da gestão do empreendimento de um projeto, ela vai se sentindo capaz e vai também provando para a própria família, para a própria sociedade, que a mulher é capaz de conduzir uma atividade, um projeto e a partir disso pode melhorar a relação familiar. Depois disso, numa linha de crédito normal, ter a discussão junto à família e o entendimento do que é importante para todos (Ana, Emater).

Ao mesmo tempo em que o crédito se configura como um “*pontapé inicial*” na constituição de uma atividade e de uma gestão própria da agricultora, ele pode se transformar no ponto final para os empreendimentos delas. Isso significa que se o trabalho das mulheres, especificamente o que gera uma renda própria, permanecer na sua representação como auxiliar e complementar às atividades ligadas à produção agropecuária, o acesso das mulheres ao crédito ficará restrito ao acesso ao Pronaf Mulher. A implicação disso reflete na continuidade do processo de autonomia e de empoderamento dessas agricultoras no que se refere ao reconhecimento de que seu trabalho e sua contribuição para o bem-estar da família é tão importante quanto dos homens. A consequência desse processo pode aparecer no aumento ou não do acesso total das agricultoras ao crédito do Pronaf, o que Ana chama de “*uma linha de crédito normal*”.

As discussões em grupo são muito importantes, pois a possibilidade de compartilhar angústias e experiências fortalece cada agricultora individualmente. Além disso, essas reuniões constituem oportunidade de diálogo entre elas até para se posicionarem ante fatos que ocorrem no seu dia-a-dia. Por exemplo, no grupo de discussão realizado para a pesquisa de campo, compareceram agricultoras que acessaram o Pronaf Mulher e outras que não e, para estas, a conversa sobre a experiência das vizinhas, ao mesmo tempo em que esclarece muitas de suas dúvidas, serve de incentivo para que também se engajem a tal processo.

5.2.2 O engajamento e a reivindicação

A contribuição dos mediadores na construção de uma nova situação das agricultoras é significativa na medida em que consolidam as discussões de gênero nos grupos de agricultoras. A assistente técnica que trabalha no escritório regional destaca, como uma de suas prioridades de trabalho, os eventos realizados durante o ano diretamente com mulheres do campo. As próprias agricultoras observam como muito importante a participação nas reuniões realizadas em conjunto com a Emater, pois o trabalho de esclarecimento sobre algumas questões e a intermediação de algumas situações, como o contato com os agentes financeiros, que os funcionários da empresa de extensão fazem, é necessário para algumas de suas iniciativas.

Os projetos empreendidos pelas agricultoras refletem essas discussões geradas no interior do grupo, como coloca Ana,

[O projeto] é um processo de construção e de reflexão entre as duas partes, o extensionista com a agricultora. Geralmente ela já tem alguma idéia, então, isso é discutido no sentido de verificar se aquilo é a melhor alternativa, da viabilidade do projeto ou não. Porque para o agente financeiro contratar, tem que demonstrar que o projeto é viável, em relação à renda, se vai ser possível fazer o pagamento, pois não é de fundo perdido, vai ter que ser ressarcido. Então é feita essa discussão, como em todo o trabalho que a Emater desenvolve, proporcionando o conhecimento de novas alternativas. A troca de experiências das próprias mulheres em reuniões, em participações em dia de campo; discussões nas visitas onde elas tomam conhecimento de diferentes ou novas alternativas de produção de renda, então acho que é nesse sentido que vai se formando a idéia do projeto (Áuria, Emater).

A prática de trazer para o grupo de mulheres questões para o debate e para a busca de resolução de problemas, quando necessário, acaba produzindo novas posturas diante de desafios diferentes. Exemplo disso é o estabelecimento de uma nova relação com agentes bancários em função da negociação do financiamento do crédito; mesmo com algumas dificuldades no diálogo com esses agentes, elas se mostram resistentes, respaldadas pelo apoio do grupo e dos mediadores.

Nessa interlocução com o banco, a ação dos mediadores (Emater) é fundamental para enfrentar as barreiras colocadas pelos agentes financeiros e para a concretização da operação de empréstimo. Como já destacado na parte inicial deste capítulo, os agentes financeiros são muito reticentes em negociar com as mulheres, pois estão habituados a realizar as transações

financeiras para os homens, responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas. Convencê-los de que as agricultoras também estão tomando a frente dos negócios a partir de uma atividade própria e diferenciada da atividade do marido, tornando-se, assim, aptas e capazes de assumir um financiamento, não foi tarefa fácil, de acordo com a assistente técnica e com as agricultoras entrevistadas.

No interior da família, agora, as agricultoras buscam maior espaço para decisões. Para algumas, a experiência de controle sobre seus recursos e administração de seu empreendimento influencia no desejo de interferir nos negócios da propriedade também, principalmente no que diz respeito às finanças. Marta afirma que não pode deixar tudo por conta do marido, pois, se não fizer esse controle, é possível que ele faça novas dívidas. Essa preocupação, no caso dessa agricultora, justifica-se principalmente pelo fato dela ajudar financeiramente o esposo com os recursos resultantes de seu trabalho.

É muito comum os agricultores assumirem dívidas sem o conhecimento de suas esposas. Inclusive, esse fato é apontado como uma das dificuldades de acesso das mulheres às políticas de crédito – entre outras que já foram apontadas -, pois uma das exigências do acesso ao crédito é que a propriedade não tenha excedido o limite permitido de endividamento. Muitas agricultoras acabam tendo o conhecimento das dívidas contraídas pelos maridos apenas durante o processo de construção do projeto e solicitação dos recursos para seus empreendimentos (Cirandas do Pronaf para mulheres, 2005).

É nessa lógica que elas começam a reivindicar, não só mais espaço nas discussões do grupo familiar, como também na interlocução com agentes externos, buscando vencer algumas dificuldades como, por exemplo, a situação legal das vendas dos produtos feitos por elas. Conforme revelam, registrar a produção fica muito caro devido aos impostos. No entanto, temem sofrer alguma sanção por transportar os produtos sem nota fiscal. É visível o desejo de resolver essa questão sem ter que pagar muito por isso, visto a renda obtida não ser muito alta. Para tanto, elas discutem a proposta de pagar um imposto mais reduzido a fim de legalizar a produção de forma independente, sem precisar fazer o registro através da nota de produtor de seus maridos.

Nota-se que os anseios das agricultoras de Ijuí se encaixam no quadro geral sobre a situação das agricultoras no Rio Grande do Sul, como já destacado por Spanevello e Lago (2008). Esse fato fica evidente, conforme os autores, pelo descompasso entre a grande

participação das mulheres nas oficinas e cursos de produção de artesanato e a baixa participação em cursos e oficinas voltados à comercialização.

Como será resolvido esse problema, levantado pelas agricultoras de Ijuí, fica em aberto para elas, pois por mais que levantem essa questão, percebe-se que não há uma ação voltada para esse aspecto. Possivelmente, algumas agricultoras não vislumbrem o crescimento de seus empreendimentos, porque a justificativa apresentada por elas se relacionava ao receio da fiscalização apenas. Ou seja, elas temem receber alguma multa ou terem seus produtos apreendidos por vendê-los sem nota fiscal. Todo o procedimento burocrático necessário para a abertura de uma pequena empresa, por exemplo, passa despercebido pela maioria delas.

Uma solução apontada por Spanevello e Lago (2008) seria o reconhecimento da produção artesanal, nesse caso, dos produtos alimentícios coloniais, como fazendo parte das atividades totais da propriedade. Resultaria disso, a venda compartilhada desses produtos com a produção agropecuária. No entanto, essa solução poderia levar os homens a controlarem a produção das agricultoras, já que a mulher na agricultura é excluída dos negócios financeiros da propriedade. Não é de admirar que elas não tenham muitas informações sobre o processo de comercialização e encontrem dificuldades para a resolução dessa questão.

5.2.3 A integração e a ação

Apesar do investimento em algum projeto realizar-se em âmbito individual, no caso das agricultoras entrevistadas, o processo configura-se em âmbito coletivo. Isso ocorre pelo fato de que há sistematicamente encontros entre as agricultoras do município, em suas comunidades, quase sempre mediados pela Emater municipal, justamente para proporcionar a troca de experiência entre elas e, assim, fornecer informações úteis ao desenvolvimento de cada projeto em particular, sempre tendo como objetivo principal a capacitação dessas mulheres para que busquem sua autonomia no interior da propriedade e da família. Conforme destaca Ana, esses momentos de reunião são muito importantes na transformação das agricultoras em agentes.

Eu acho que, por exemplo, essa senhora que foi convidada [Isabel] para participar de uma reunião com líderes para contar a sua experiência foi muito bom porque ela chegou lá se sentindo toda tímida, não sabia nem como começava. Aí ela começou a falar, começou a ver que aquilo estava despertando interesse nas demais, e as outras agricultoras iam perguntando,

questionando; então ela se sentiu uma agente importante porque ela estava ali contando uma experiência, ela estava contribuindo com as demais. Então eu acho que é uma coisa interessante, pois ela começa a se sentir encorajada a expor a sua opinião, acho que isso é valorizado, também, nesse sentido (Ana, Emater).

Essa agricultora, destacada por Ana, afirmou que a participação nos grupos da Emater, da Cooperativa, do Sindicato Rural, da Igreja e da própria comunidade aumentou sua disposição, tornando-a mais “corajosa” para falar e expor suas idéias e suas experiências. Destacou ainda que, nesse encontro promovido pela Emater, sentiu-se importante por ter sido solicitada a dar um depoimento sobre a sua trajetória no acesso ao Pronaf Mulher e sobre o desenvolvimento de seu projeto, contribuindo assim para outras agricultoras. Sem que esta expressão tenha sido formulada em seu depoimento, não há dúvidas de que esta mulher teve sua auto-estima aumentada, primeiramente pelo convite e depois pela reação favorável à sua exposição.

O representante do sindicato dos trabalhadores rurais também apontou como positivo o aumento da participação feminina no mesmo. Conforme João, sempre há grupos de discussão sobre assuntos demandados pelas agricultoras. E, sempre que há um evento importante, como o encontro regional da Fetag-RS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul), pelo menos um dos representantes do sindicato do município, necessariamente, é mulher, o que as estimula a participar mais das discussões.

Além das questões de cunho mais social e político, os encontros são organizados visando atender às demandas produtivas das agricultoras. Para tanto se estabelecem convênios para oferecer cursos e informações, como aponta Evandro, técnico da Emater,

Nós aqui da Emater trabalhamos bastante em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sobre a saúde, sobre a assistência social, pois estas entidades estão no nosso dia a dia. E nós temos, depois desse processo de levar a noção de preparo de alimento, a noção de boa fabricação e de higienização dos produtos para essas famílias, então são coisas posteriores à formulação do projeto. Outra coisa, essas famílias geralmente participam de grupos na sua comunidade e esses grupos têm reuniões mensais ou pela Emater ou pelo Sindicato e pela Assistência Social. Então tem o planejamento prévio dentro das comunidades já durante o ano inteiro, então dentro do trabalho do grupo tem as atividades de informação sobre o que eles necessitam. Então tem outras coisas também como aposentadoria, previdência, plano de saúde. Outra coisa importante que a gente faz: tem duas oficinas, uma de suco que começou no ano passado e quem participa do grupo passa para a família e aí tem pessoas na comunidade que participam de feiras, uma, duas por ano, tipo expo colonial e também eles já têm uma clientela, já têm uma rede e depois facilitou o trabalho da família também,

deixou de ser penoso, muitas vezes ficar amassando pão ali ou cuca, coisa assim... é bastante judiado, assar pão em forno de barro... Agora tem forno a lenha que coloca dentro de casa ou na sala, na propriedade para fazer uma pequena agroindústria; então tem muita coisa para fazer durante o processo (Evandro, Emater).

O preparo de alimentos via processo de industrialização, por exemplo, deve ser avaliado pela Secretaria Municipal de Saúde, que, caso seja favorável, emite um alvará que viabiliza sua comercialização. Este, por sua vez, para ser feito em escala média ou grande, deve pagar o imposto de circulação de mercadorias (ICMS). No grupo de discussão, as agricultoras informaram que não fizeram esse contato com a Secretaria Municipal da Saúde, por temerem as regras de higienização impostas que, conforme elas, exigem uma série de modificações até na estrutura do local de produção. A adoção dessas modificações resultaria em maiores custos que, por enquanto, as agricultoras não querem ou não podem arcar.

Sem ter muitas expectativas em relação à resolução desses impasses referentes à produção e à comercialização, algumas agricultoras articulam suas ações na construção de um projeto coletivo. Em uma das comunidades visitadas, elas discutem agora, no grupo, a possibilidade de viabilizar o projeto de turismo rural no município. Conforme elas, existe o interesse conjunto dos agricultores(as) e da prefeitura de organizar rotas turísticas no meio rural. É interessante destacar que a mobilização maior para concretizar o projeto é das mulheres e não dos homens; são elas que estão em contato com os agentes políticos e buscando informações para esse novo processo. A idéia delas é de construção coletiva, em que elas possam vender seus produtos, organizar as refeições e festas em conjunto para que todas saiam ganhando. Possivelmente, os homens não se interessam muito por esse novo empreendimento pelas atividades que estão sendo cogitadas – atividades estas não relacionadas diretamente à produção agropecuária -, como a venda de produtos alimentícios, organização de festas e preparo de alimentos, o que envolve um trabalho intenso na cozinha, espaço pouco freqüentado por eles.

5.2.4 A conscientização

Conquistar um espaço diferenciado no trabalho e na colaboração econômica da família é algo muito importante para elas, colocando-as numa posição mais autônoma para interferir

nas decisões importantes referentes à família e a si próprias. A noção de que existe ainda muita discriminação por parte dos homens às iniciativas das mulheres está presente nas falas das agricultoras que participaram do grupo de discussão, o que as instiga a desenvolver uma postura crítica e uma maior disposição para superar problemas decorrentes de tais preconceitos.

As agricultoras dão importante destaque às diferentes mobilizações que já desenvolveram, na busca por soluções para algumas reivindicações e na luta por reconhecimento por parte de seus maridos, governo e sociedade. É o caso das frequentes reuniões realizadas para essas discussões e também da participação em marchas e em protestos realizados no passado. Conforme elas, a mulher agricultora é mais discriminada do que a mulher urbana, pois esta conta com uma renda própria, e a consolidação de uma profissão como algo mais fácil de se conquistar na cidade, diferentemente das mulheres rurais que se ocupam mais com a família. “*A vida na colônia é muito sofrida*” afirma Marina (agricultora que não acessou o Pronaf Mulher), a dedicação extrema aos afazeres domésticos impossibilita-lhes, muitas vezes, desenvolver uma rotina de lazer, que elas lastimam muito.

A consciência da necessidade de maior reconhecimento de sua importância para o trabalho familiar agrícola reflete o fato de que os homens sozinhos não conseguem mais dar conta da situação financeira familiar, portanto, incentivar e valorizar as iniciativas das mulheres contribui para a melhoria da situação geral nas unidades produtivas familiares.

A possibilidade de efetivar a mudança na realidade das agricultoras do município passa, então, por esse processo de ação e reflexão sobre a importância de sua colaboração econômica, social e política para a melhoria do bem estar pessoal e coletivo, incluindo a família e a comunidade. E, nesse sentido, há a expectativa de que Pronaf Mulher contribua para a transformação na postura, nas atitudes e nas iniciativas de algumas mulheres rurais do município de Ijuí.

Como destaca Ana,

Eu acho que começa a mudar [a situação das agricultoras] porque a mulher começa a se sentir como agente de decisão, de mudança, de transformação. Então no momento em que ela começa a conversar mais, a discutir mais o projeto, seja com o técnico, ela vai encarar uma discussão, uma negociação com o gerente do banco, ela vai participar mais no processo do movimento, ela vai se sentir mais atuante e como uma beneficiária de uma política pública que foi uma conquista da luta delas, é um fator motivador de novas lutas, de novas conquistas (Ana, Emater).

Percebe-se, então, que o Pronaf Mulher não se constitui no princípio e nem no fim do processo de empoderamento das agricultoras de Ijuí, mas antes em fator colaborador e, de acordo com Ana, *motivador* da constituição de uma situação nova que vem se construindo a partir das iniciativas das próprias agricultoras em conjunto com mediadores importantes, como é o caso da Emater.

5.3 DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO

A construção das dimensões do empoderamento tem por objetivo operacionalizar este conceito, estabelecendo a aproximação à realidade das agricultoras que tiveram a oportunidade de acessar uma política pública de crédito específica. Como se trata de uma política que visa o financiamento de empreendimentos econômicos para a geração de renda, tendo como premissa a produção de uma atuação mais autônoma e cidadã das mulheres rurais no espaço da família e da comunidade, contribuindo, assim, para a melhoria de sua auto-estima e para o aumento do bem-estar pessoal, familiar e coletivo, considera-se pertinente dividir a análise dos impactos produzidos pelo Pronaf Mulher em suas dimensões: econômico-individual; pessoal; e social e político.

5.3.1 A dimensão econômico-individual

A dimensão econômico-individual aparece como elemento avaliativo do programa de crédito analisado nessa dissertação – o Pronaf Mulher – no sentido de verificar se houve o aumento ou não da participação feminina nas atividades econômicas no interior das propriedades e nas decisões sobre onde alocar os recursos provenientes dessas atividades.

Os elementos em jogo no empoderamento econômico das agricultoras relacionam-se principalmente a quatro indicadores, o que não significa que não existam outros. Eles são: 1) acesso a alguma categoria de crédito Pronaf Mulher; 2) decisão sobre a alocação desse recurso; 3) aumento da renda individual e, conseqüentemente, familiar; 4) acesso a diferentes bens possibilitados pela renda obtida pelo empreendimento consolidado a partir do crédito. A efetivação desse nível do processo não se configura apenas por situações afirmativas ou

negativas em relação aos indicadores, mas também através das diferentes formas como ele se constrói, levando em conta as especificidades das relações constituídas num grupo social específico como é a agricultura familiar, que se reproduz através do processo de trabalho e de consumo. Isso significa que a decisão de acessar o Pronaf Mulher, por parte da agricultora, acaba se efetivando num processo conjunto com seus maridos, já que sua realidade anterior configurava-se por uma inserção majoritária no espaço doméstico, enquanto as exigências relacionadas ao acesso a crédito, envolvem-nas em outras relações em outros espaços. A questão aqui é observar se essas agricultoras estão participando mais nas decisões referentes à família, no plano econômico.

A decisão e definição de acessar e de como aplicar o recurso do Pronaf Mulher para as oito (08) agricultoras entrevistadas realizou-se em conjunto, não só com o esposo, mas com as filhas e os filhos. O fato mais importante, porém, de acordo com seus depoimentos, foi a conquista de um espaço diferenciado no trabalho, resultando numa maior colaboração econômica à família, o que as coloca numa posição mais autônoma, à qual elas não renunciam mais. O momento de formulação do projeto empreendido com o recurso do Pronaf Mulher também foi construído em conjunto, mas, nesse caso, não só com a família mas também com os técnicos da Emater. Evandro explicou que o projeto constituiu-se a partir das possibilidades da família e das agricultoras, ou seja, privilegiou-se uma atividade com a qual as agricultoras já possuíam alguma familiaridade. No caso de duas entrevistadas, o empreendimento é a produção de hortigranjeiros juntamente com os produtos coloniais; para as demais é a produção de produtos coloniais.

Nas palavras de Evandro,

Sempre trabalhamos com aquilo que a família já trabalhava na propriedade. Aqui é muito tradicional a parte de embutidos. Então, a gente trabalhou com aquilo que a família já estava trabalhando, só tentamos ajustar, melhorar um pouquinho mais. No caso de Isabel, que trabalha com feiras, é mais interessante ela trabalhar com produtos diferentes, então ela trabalha com pães, cucas, bolachas, aí entrou a parte de geléias e sucos também. Só que a matriz da propriedade é diferente das [propriedades] de Santo Antônio [outra comunidade rural do município], onde a parte dos alimentos, dos produtos coloniais é mais tradicional. Nós tentamos manter a particularidade de cada família, porque não adianta uma família que sempre fez salame e copa, fazer geléia do dia para a noite. (Evandro, Emater).

Na fala do técnico fica claro que não existe a intenção de criar projetos novos que tivessem por objetivo introduzir na propriedade alguma atividade inovadora que tivesse como

principal agente as próprias agricultoras. Mesmo sendo justificável a idéia de dar continuidade a alguma atividade na qual as mulheres já estão envolvidas de alguma forma, os projetos de produção dos produtos coloniais não são vistos como algo que represente igual importância no interior da propriedade em comparação com as atividades agropecuárias. Este fato fica claro pela afirmação das mulheres de que não deixaram de fazer suas tarefas diárias na propriedade, reservando um tempo para a produção dos produtos coloniais, já que estes se constituem em uma atividade extra e complementar ao trabalho na propriedade como um todo. Ou seja, a produção desses produtos realiza-se no tempo que sobra do trabalho principal, no qual sua participação tem o caráter de ajuda. Muitas vezes, inclusive, os momentos que eram dedicados ao descanso e ao lazer acabam sendo substituídos por esse trabalho extra.

Em relação aos seus empreendimentos, na produção dos hortigranjeiros, envolve-se o casal, realizando o empreendimento conjunto. Na produção dos produtos coloniais, as agricultoras responsabilizam-se pelo trabalho e pelos negócios, ajudadas eventualmente pelos maridos e filhos. Cabe destacar que, apesar das duas agricultoras se envolverem no processo de trabalho da produção de hortigranjeiros, a maior parte da gestão deste empreendimento fica a cargo de seus maridos, cabendo a elas administrarem os negócios e recursos da produção, apenas, dos produtos coloniais.

Possivelmente, o envolvimento dos homens com os hortigranjeiros junto com suas esposas, esteja associado à renda, pois ambos comentam que o maior montante da renda da propriedade tem vindo dessa produção, principalmente porque as áreas totais destinados ao cultivo, tanto de soja quanto de hortigranjeiros, para um dos casais é de 11 ha e para o outro é de 5,5 ha, o que praticamente inviabiliza o sustento da família apenas com a produção de soja. Colocar-se à frente dos empreendimentos ligados à produção de hortigranjeiros está diretamente relacionado ao fato desta atividade estar aparecendo como principal na propriedade, em relação à renda e aos esforços dedicados à sua expansão. Ora, o espaço da horta sempre esteve anexado ao espaço no qual as mulheres têm se dedicado, ou seja, o espaço doméstico. Logo, o que faz com que os homens passem a ter interesse nela é a possibilidade e a concretização de os hortigranjeiros serem um negócio muito rentável para a propriedade. Portanto, como responsáveis que são pelo provimento da família e pelo trabalho considerado produtivo que gera renda, os homens assumem esse novo empreendimento. Isso significa que a representação do espaço da horta, associado anteriormente ao trabalho reprodutivo porque servia apenas para o consumo da família, toma outro significado, o de

resultado do trabalho dos homens, por conseguinte, produtivo e rentável. Os hortigranjeiros passam, então, a ser extensão da lavoura e não mais da casa, excluindo, assim, a mulher da gestão e da comercialização.

Sobre a produção dos produtos coloniais, um ponto salientado pelas agricultoras foi a melhoria na qualidade e quantidade dos alimentos produzidos, o que provoca muita satisfação. Algumas entrevistadas destacaram que passaram a ser solicitadas pela vizinhança para fazer os pães e cucas nas festas da comunidade, uma demonstração do reconhecimento de seu trabalho. Uma delas sinaliza a possibilidade de abrir uma padaria no futuro e outra de fornecer a merenda escolar para a prefeitura do município. Sobre essa questão, Rosa comenta que ter um contrato fixo de fornecimento de alimentos garante-lhe certa estabilidade, pois no momento em que está produzindo já sabe para quem vai vender.

Estou vendo para entrar no projeto no CONAB, aí eu acho que vai deslanchar. A prefeitura compra os produtos e distribui como merenda para as escolas. Agora já sei para quem vender, eu acho que vai ser bom, vai ser mais corrido, mas acho que vai valer a pena (Rosa, agricultora).

Uma das exigências para o acesso ao Pronaf é possuir conta no banco onde será realizada a operação de empréstimo. Estabelecer uma relação com agentes bancários é algo que já fazia parte do cotidiano de cinco agricultoras, sendo que apenas uma tinha conta individualmente; as demais a tinham em conjunto com seus maridos. Mas, como ter a conta faz parte do processo de acesso ao crédito, as outras três agricultoras também abriram uma, sendo que duas delas o fizeram individualmente.

Possuir conta no banco²², para essas agricultoras, representa uma situação necessária para o controle efetivo da renda gerada a partir do seu trabalho no empreendimento. Uma delas comentou que nunca tinha entrado num banco anteriormente, o que a deixou com muito receio, agora superado. Ela relatou que teve algumas dificuldades no processo burocrático de solicitação do empréstimo, pois o pessoal da agência bancária não acreditava que ela poderia quitar a dívida, colocando empecilhos no processo. No entanto, apesar de repensar algumas vezes, ela não desistiu, pois recebeu apoio das vizinhas, que também haviam acessado o

²² A abertura de conta no banco para o acesso ao crédito segue exigências colocadas pela agência bancária (ver nota 17).

Pronaf, e a intermediação da Emater nesse contato. O diálogo estabelecido entre a Emater e o banco foi fundamental para a definição em favor do acesso.

Os empecilhos, destacados pela agricultora, são motivados por aquilo que já foi comentado anteriormente. Ou seja, como as mulheres não participavam dos negócios da propriedade familiar e cabia, e cabe ainda, aos homens negociarem os financiamentos feitos para a produção e comercialização das atividades agropecuárias, elas não tinham como prática corrente ir ao banco, pois seus maridos assumem para si tal responsabilidade. Negociar com as agricultoras o acesso a uma linha de crédito para financiar uma atividade própria também constitui em algo novo para os agentes financeiros. E aqui, certamente a representação de que as mulheres não têm condições de assumirem o financiamento pesou para dificultar o processo. A postura um tanto resistente e por vezes contrária de alguns bancos tem sido apontada como algo a ser superado, como já comentado em Romano e Buarque (2001) e Cirandas do Pronaf para mulheres (2005).

A mudança na situação econômica das agricultoras pode ser verificada também pela aquisição de bens de consumo no âmbito tanto pessoal quanto familiar. Todas as entrevistadas disseram que conseguem comprar mais objetos pessoais, tais como produtos de beleza, e destacaram também ter realizado algumas aquisições para a família, como pequenos móveis, peças para banho e mesa, entre outros. O fato de elas próprias administrarem a renda obtida por seu trabalho possibilita-lhes decidir as prioridades de consumo. Entretanto, o que trouxe mais satisfação para essas agricultoras foi o fato de, agora, poderem ajudar financeiramente seus filhos e, no caso de duas agricultoras, até o marido, diretamente. As principais formas de colaboração com os filhos dizem respeito à alimentação, aos estudos e a medicamentos. E em relação ao marido foi a ajuda para quitar algumas dívidas. Nessas situações, acredita-se que tenha ocorrido um maior reconhecimento, pelos maridos e filhos, da participação econômica das mulheres na manutenção da família.

A repercussão positiva aparece, também, na expectativa de pagamento da dívida contraída do Pronaf Mulher. As agricultoras afirmam que terão plenas condições de quitar o empréstimo, até porque essa é uma de suas preocupações centrais e, para tanto, algumas já separam o dinheiro destinado para isso, mesmo, ainda, tendo algum tempo de carência. Para Evandro, o técnico da Emater, a possibilidade de quitar o financiamento sem maiores problemas resulta, além da boa vontade das agricultoras, do retorno que elas têm recebido de

suas atividades, que é imediato, diferente do retorno da lavoura que depende de outros fatores além do trabalho, como clima e preço.

De acordo com Evandro,

Eu acho que dentro dessa linha do Pronaf Mulher não vai ter problema [de pagamento], porque tem dois anos de carência. O crédito que se pegou já começou a gerar renda, é diferente de plantar algo e ter que esperar três ou quatro anos até conseguir tirar alguma coisa; e ali [no Pronaf mulher] como é compra de equipamentos e máquinas, à medida que coloca a funcionar já começa a gerar renda. A grande maioria das famílias já tinha essa renda como complementar, mas não tinham, dentro das possibilidades da propriedade, como aumentar a produção, então como já havia um mercado, uma clientela, com esse investimentos que fizeram ampliaram a produção. A quantidade de produtos, não digo assim a diversidade, mas o volume de produtos aumentou, quem fazia 50 passou a fazer 100, 150 unidades (Evandro, Emater).

O comentário de Evandro sobre o aumento da produção dos produtos coloniais, artigos já trabalhados pelas agricultoras, possibilitado pelo investimento dos recursos do Pronaf utilizado principalmente na compra de maquinários em oposição aos investimentos feitos na lavoura, que tem um retorno mais demorado e incerto, reforça a sua idéia de que a propriedade deve investir em algum empreendimento que possa beneficiar a produção para não ficar na dependência da comercialização do produto *in natura*, como é o caso da soja.

Nota-se que a mudança esperada na situação econômica das agricultoras vem se realizando, inclusive, com uma melhoria na sua posição nas decisões sobre o seu trabalho e sobre o consumo próprio e da família. Esse fato apresenta-se como positivo. No entanto, há algumas práticas relacionadas à totalidade do grupo familiar e da propriedade que continuam se reproduzindo, como a divisão do trabalho entre homens e mulheres. Quando questionadas sobre o tempo de trabalho dedicado ao empreendimento e às outras atividades realizadas no espaço doméstico e na lavoura, todas as entrevistadas responderam que estão trabalhando muito mais, pois além do trabalho no empreendimento, continuam a desenvolver as atividades que assumiam anteriormente. Ou seja, não houve uma reorganização na divisão do trabalho a partir de seu envolvimento com as atividades novas.

O aumento do trabalho das agricultoras e a não reorganização na divisão das tarefas aparecem como um limite do processo de empoderamento. Inclusive, esses fatores não estão previstos no conceito. A consequência disso é que as atividades de seu novo empreendimento, financiado com os recursos do Pronaf Mulher, são vistos como tarefas extras que devem ser

realizadas após o cumprimento das atividades da propriedade, consideradas mais importantes, e das atividades domésticas, muitas vezes. O aumento do tempo de trabalho resulta também na diminuição do tempo destinado ao lazer. Então, se por um lado há um acréscimo quantitativo na renda e qualitativo em relação à adição de poder decisório na aplicação desses recursos extras no âmbito familiar, por outro a jornada de trabalho que já era dupla, torna-se tripla, sobrando pouco tempo para outras atividades, conforme destacado pelas agricultoras. Dificilmente, e isso foi salientado por elas também, seus maridos se envolvem com as atividades que estavam sob suas responsabilidades, como cuidar dos pequenos animais, por exemplo, ou ajudar em casa. Isso não significa que eles não façam algumas atividades deste tipo quando lhes é solicitado, no entanto, essas atividades não configuram, normalmente, em suas rotinas. Este, também, foi um relato freqüente entre as quebradeiras de coco no Maranhão (ANTUNES, 2003).

Todas elas, então, destacam que a situação financeira pessoal e familiar melhorou após inserirem-se numa atividade econômica independente das atividades tradicionais da propriedade. A iniciativa de empreender um negócio próprio contribuiu para a disposição de articular projetos coletivos no âmbito da comunidade, como é o caso do turismo rural, que a exemplo de Rosa, que garantirá a venda de seus produtos através do fornecimento de merenda escolar, possibilitará contar com mais um empreendimento, que ampliará o mercado para seus produtos. Sobre isso Mara comenta,

A prefeitura quer fazer uma reunião conosco para ver o negócio do turismo rural. A gente já tem o museu e vai ser bem melhor para a gente, será mais fácil pra gente vender mais os nossos produtos e poderemos acessar o Pronaf rural. Nós já temos algumas coisas de turismo, temos a Festa da Uva, o Jantar Italiano. Vai ter o lançamento na Praça da República (...)

Tem muita gente que quer conhecer o interior, então eles querem fazer uma rota turística, vocês vão poder vender as bolachas, as cucas (...)

Quero ver se consigo pegar o Pronaf Turismo para construir umas coisas, um banheiro, a cozinha; a gente pode se reunir para fazer os almoços, fazer filó, tem tantas coisas para fazer (Mara, agricultora que não acessou o Pronaf Mulher).

Nesse caso, o turismo rural está associado ao trabalho das mulheres, como já destacado anteriormente. Possivelmente, por isso, os homens não se interessam por ele porque não está prevista a sua participação.

A vontade de encabeçar projetos novos para a comunidade não parte só daquelas que obtiveram os recursos do Pronaf Mulher, como é o caso de Mara, apontado acima. Essa

iniciativa é resultado justamente da articulação entre elas e da mediação das extencionistas de bem-estar social da Emater que trabalham em conjunto com o objetivo de tornar as agricultoras do município mais autônomas em suas iniciativas e decisões.

5.3.2 A dimensão pessoal

A melhoria do bem estar, nesse caso, está diretamente relacionada ao acréscimo da renda e da produção em termos quantitativos e qualitativos. Como destacado acima, administrar a própria renda proporciona às agricultoras a possibilidade de decidir sobre o consumo pessoal e familiar. De forma geral, isso influencia na melhoria de seu bem estar e de sua família, já que, como apontado pela literatura, as mulheres inclinam-se mais a agir visando o bem estar de todos os membros do grupo familiar, o que é verificado não só pela ajuda financeira aos filhos, mas também aos maridos.

Investir mais em artigos de consumo pessoal, a partir de uma renda própria, como produtos de beleza, também contribui para a melhoria da auto-estima das agricultoras. Mesmo não tendo muito tempo para cuidar de si, como afirmam, a preocupação dessas mulheres com a valorização de sua feminilidade é constante.

A satisfação gerada a partir dessa nova situação é reflexo da maneira como essas agricultoras percebem como são vistas pelos membros da família e pela comunidade. Uma das questões discutidas com elas nas entrevistas era se elas consideravam que seus maridos, filhos e filhas passaram a valorizá-las mais após o acesso ao crédito e o estabelecimento de um projeto próprio, ao que todas responderam afirmativamente. Sua avaliação em relação à forma como a comunidade encara os novos empreendimentos é positiva e elas afirmam que algumas agricultoras vizinhas que não acessaram o Pronaf Mulher mostram-se arrependidas e dispostas a fazer o financiamento quando tiverem oportunidade.

No entanto, o apoio da família, principalmente por parte dos esposos não foi unânime, para todas, num primeiro momento. Há, entre as entrevistadas, uma que precisou convencer o marido a aceitar que ela acessasse o crédito, porque, conforme ela, ele achava que seria apenas mais uma dívida com que eles teriam que arcar. Isto é, ele não acreditava no potencial de produção e gestão da mulher. O marido só foi convencido pela mulher quando ela revelou que o empréstimo tinha alguns anos de carência, o que significa que existe um período que a

agricultora pode economizar para iniciar o pagamento do empréstimo e caso não consiga fazê-lo sozinha, ele poderá ajudá-la.

Manter uma boa relação no âmbito familiar é algo preservado por todas as entrevistadas, assim, ter uma atividade própria não significa entrar em conflito com seus maridos, muito pelo contrário, e isso é o que elas vêm demonstrando para eles. Inclusive, na opinião de Evandro, isso ajudou a agregar a família, já que em alguns momentos as mulheres solicitam a ajuda dos filhos e do esposo para o trabalho. Além disso, como a maior parte da matéria prima necessária à confecção dos produtos coloniais é tirada da propriedade, os homens estão tendo maior cuidado com esta produção. Mas isso não significa que a posição delas na propriedade tenha se modificado, pois os homens encaram esse processo como algo à parte e anexo ao espaço da casa. Portanto, pode-se considerar que a não existência de conflitos, nesse momento, relaciona-se ao tipo de empreendimento construído por elas, pois não existe competição pelo espaço de trabalho, já que as atividades desenvolvidas pelas agricultoras inserem-se no interior da casa; e também, não há competição por renda, porque elas obtêm um retorno financeiro inferior ao que seus maridos têm da lavoura e do leite. Isso fica evidenciado na fala do esposo de Luisa, logo abaixo, que considera o ganho da esposa como “rendinha”.

Na conversa com os maridos de Nara e Luisa, ambos destacam como positivo o fato das esposas terem uma renda própria para aplicarem onde acharem mais necessário, pois admitem que a renda proveniente da lavoura não é suficiente para o consumo total da família. Como afirma o esposo de Luisa,

É positivo, é interessante cada um ter uma renda. Nunca pensei nisso, para falar a verdade, nunca me passou na cabeça pensar sobre a renda dela, mas é isso, quando ela precisa comprar alguma coisa, ela tem a renda dela. O interessante disso é que a renda da lavoura é uma renda apertada, então ela tem o dela, aí não precisa pedir dinheiro para comprar isso; ela tem essa rendinha extra que pode fazer isso, se fosse só da soja ela ia dizer que precisa comprar isso ou aquilo e não iria ter (esposo de Luisa, agricultor).

Apesar de contar com o apoio dos maridos e de eles acharem positivo o fato de elas terem uma renda própria vinda do seu trabalho, percebe-se que essa posição relaciona-se mais à possibilidade de eles se sentirem aliviados por não arcarem sozinhos com a renda familiar e ainda, por cima, poderem contar com uma sobra para reinvestir na produção que, anteriormente, iria para o consumo da família; do que com uma maior independência e autonomia das mulheres em relação a eles e ao trabalho tradicional da propriedade. E isso fica

evidente quando respondem sobre se auxiliam suas esposas no trabalho doméstico e quando se referem à atividade desenvolvida com os recursos do Pronaf Mulher. Sobre a divisão das tarefas domésticas, o esposo de Luisa afirma, “*nem tem como eu ajudar, nem me sobraria tempo para ficar aqui [na casa]. A maioria das vezes é ela quem faz [as atividades domésticas], eu ajudo lá de vez em quando*”. Já em relação ao tipo de atividade que elas estão desenvolvendo, eles associam o empreendimento ao trabalho tido como feminino, como confirmam os maridos entrevistados,

É isso aí mesmo, o que ela ia fazer? Ela tem que fazer o que ela sabe, e ela sabe fazer muito bem essa coisa de cuca, de bolo, esses produtos, aprendeu com a Emater, então, ela tem que fazer o que ela sabe. E esse crédito veio para a mulher se ocupar e não ter idéia de sair e trabalhar fora, imagine se ela sai e eu vou fazer o que? Então isso ajudou bastante (esposo de Nara, agricultor).

O que ela faz é uma atividade especificamente feminina, então nada melhor do que ela mesma pegar o investimento, já sabe melhor o que tem que ser feito, nem é bom misturar com a lavoura. Tem que cuidar especificamente para o que vai aplicar, que nem eu tiro para a lavoura, tem que ser separado. Esse Pronaf Mulher acaba um pouco com a discriminação de só o homem ir lá [fazer o financiamento] e então nessa parte é bom. Na cooperativa nós não comentamos, é um assunto que as mulheres comentam; quando os homens se reúnem, o assunto é lavoura (esposo de Luisa, agricultor).

O que as mulheres fazem é encarado pelos homens como ‘coisa de mulher’. A participação das agricultoras na economia familiar consiste em ajuda e complementar à participação dos homens, que consideram mais significativo seu próprio empreendimento que envolve a atividade agropecuária, isto é, envolve as tarefas da lavoura, que é o espaço exclusivo dos homens. Logo, com o seu trabalho, as mulheres não rompem com a dicotomia “esfera produtiva” versus “esfera doméstica”. Elas também não rompem com a hierarquia de poder, tendo em vista que a participação dos homens para a economia familiar continua a ser predominante; as mulheres assumem apenas os gastos extras.

Além disso, a divisão sexual do trabalho, no campo e especificamente nesse município, trabalhada por Anita Brumer e Elisa Giacobbo (1993) em outra pesquisa, aparece como marco definidor dos papéis masculinos e femininos no interior da propriedade. Na presente análise, essa questão apresenta-se de forma semelhante à relatada pelas autoras. Pois mesmo questionando, muitas vezes, a prática de assumir as atividades ligadas ao âmbito doméstico enquanto os homens assumem as atividades produtivas, não há sinalização de

mudança nesse aspecto, já que o próprio trabalho independente do projeto do Pronaf Mulher é encarado por elas como uma extensão do trabalho doméstico.

Entretanto, mesmo reproduzindo os papéis tidos como femininos no interior da família e na propriedade, as agricultoras não deixam de questionar o fato de terem que arcar quase sempre sozinhas com as atividades domésticas. Inclusive, no grupo de discussão, algumas comentaram que já delegam tarefas para seus maridos fazerem no espaço doméstico e, mesmo reclamando, às vezes, eles as fazem.

Diferentemente de seus esposos, as agricultoras encaram esse processo não só do ponto de vista da geração de uma renda extra, mas também como uma possibilidade de gerirem um negócio próprio e o fato da demanda pelos produtos de seus trabalhos ter aumentado consideravelmente influenciou de forma decisiva no aumento de sua auto-estima. Isabel destaca que passou a fornecer produtos para as festas da comunidade, sendo sempre muito elogiada e diz: *“se não fosse o maquinário adquirido através do financiamento do Pronaf Mulher, eu não conseguiria produzir tanto. Para a última festa foram cinquenta cucas”* (Isabel, agricultora).

Outra modificação significativa decorrente desse processo refere-se à pauta dos encontros realizados na comunidade com o grupo de mulheres, geralmente mediadas pela Emater municipal. Conforme as agricultoras, a Emater passou a oferecer cursos que visam a contribuir para a melhoria da produção de seus empreendimentos. Uma relação mais estreita, também, entre as próprias agricultoras e a Emater proporcionou uma vontade maior de participar desses grupos de forma mais ativa. Isabel destacou que perdeu um pouco da timidez para manifestar-se nas reuniões promovidas pela Emater, com agricultoras de diferentes comunidades, principalmente quando se refere ao seu trabalho, uma vez que se sente segura para falar sobre algo que conhece bem.

De modo geral, a busca pela melhoria do bem estar individual e coletivo atravessa tanto o eixo econômico, por possibilitar um aumento quantitativo da renda familiar e a transformação da relação das agricultoras com o próprio trabalho, quanto o eixo social pela mudança qualitativa na sua participação nos diferentes espaços da comunidade, assim como pelo aumento da auto-estima demonstrada na avaliação que elas fazem dessa nova situação. Isto não significa que não ocorram algumas conseqüências imprevistas no conceito de empoderamento que podem ser vistos como negativas no processo, como: o aumento da jornada de trabalho; a referência de que seu trabalho continua sendo visto como auxiliar,

sendo que a renda gerada, a partir dele, é considerada como complementar; e a reafirmação da já conhecida dicotomia “esfera produtiva” relacionada aos homens e “esfera doméstica” ligada às mulheres.

Mesmo assim, a avaliação sobre a importância do acesso ao crédito para o aumento da auto-estima fica evidenciada na maneira como seus familiares e vizinhos encaram esse processo. O indicador ‘*valorização pelo marido*’ foi unânime entre as entrevistadas, sendo que quatro delas afirmaram que eles já as valorizavam muito anteriormente e quatro relataram que eles passaram a valorizá-las mais após o início de seus empreendimentos. Algo semelhante ocorreu com sua valorização pelos filhos. Quanto aos vizinhos, todas foram unânimes em destacar que eles as apóiam em seus novos empreendimentos e negam que alguém as critique ou deboche de seus maridos. Esse sentimento de valorização decorre pela iniciativa que elas têm em cooperar para o bem-estar da família sem precisar entrar em conflito ou competir com seus maridos.

5.3.3 A dimensão social e política

A organização prévia dessas agricultoras, resultado do contato constante com as mediadoras, contribuiu para a decisão de ingressarem na política de crédito do Pronaf, mas não nas linhas destinadas a financiar a lavoura e sim numa linha específica para as mulheres desenvolverem uma atividade de sua gestão, pois, como já colocado, além da questão financeira da família, pesou também o fato de elas desejarem um maior espaço nos processos importantes no interior da família e da comunidade. Ana, quando questionada sobre o impacto do Pronaf Mulher na família e na comunidade, comenta,

A mulher que vai acessar esse tipo de coisa já é uma mulher mais esclarecida, mais decidida e a gente vê nos depoimentos que com o recurso que elas estão conseguindo tirar, a renda a mais do projeto, está sendo possível comprar material escolar para a filha, uma roupa um pouquinho melhor para a filha estudar na cidade e que isso está gerando uma satisfação muito grande para ela; acho que isso vem reforçar que está tocando o projeto e é reconhecido como bom para o resto da família (...)

Isso aí [Pronaf Mulher] não veio de graça do governo. O governo não criou essa linha de crédito de bonzinho, isso é fruto de uma mobilização dos movimentos das agricultoras. Vocês questionaram, se mobilizaram e isso foi uma conquista da categoria e enquanto estava nesse movimento e foi reivindicado tinha um objetivo por trás, qual era a finalidade de ter uma linha de crédito específica para a mulher? Então é uma coisa de

gerenciamento, de gestão da mulher, então se vocês se reportarem ao objetivo, da finalidade e da luta, vocês vão conseguir identificar como vocês têm que aplicar hoje (Ana, Emater).

A maior disponibilidade e vontade de participar de forma mais ativa dos grupos já freqüentados (Grupo de Mães, Grupo da Igreja, Grupo da Emater, Grupo do Sindicato) constrói-se a partir de uma nova situação nas esferas do trabalho e da família, mesmo que o foco principal de discussão, nesse momento, para essas agricultoras, não passe do âmbito dos espaços da família e da comunidade. O nível de questionamento sobre a desigualdade de gênero no acesso a diferentes bens e na inserção a espaços sociais parte, nesse primeiro momento, apenas da experiência das agricultoras. O foco do debate, para elas, localiza-se no entorno das condições de trabalho, da sua remuneração e da colaboração para melhorar o bem-estar de sua família. E isso não significa mais atuar apenas na esfera doméstica, “*cuidando da família e dos filhos*”, como comenta Rosa (agricultora), e sim buscar oportunidades de contribuir, a partir de uma atuação externa também, como demonstrada no engajamento ao projeto referente ao turismo rural, no qual há a necessidade de articulação entre os grupos locais das comunidades juntamente com agentes políticos do município, relação que está sendo liderada pelas agricultoras, atualmente.

Mais uma vez, a participação dos funcionários da Emater aparece como ponto fundamental na direção da discussão. Existe na empresa uma divisão sexual do trabalho que fundamenta práticas diferentes entre os funcionários homens, denominados agentes, tendo como escolaridade o nível superior completo, que em sua maioria atua como técnico (agronômico; veterinário) trabalhando mais as questões de produção dos empreendimentos agrícolas; e as mulheres que são designadas como extensionistas de bem-estar social, possuem, em média, o ensino médio completo e trabalham com o público feminino com o objetivo de contribuir com o bem-estar da família, discutindo e agindo sobre questões da saúde, da educação, do trabalho, de gênero, entre outros. Ana, no entanto, aparece como exceção em relação ao que se encontra em termos de nível de escolarização entre as mulheres que trabalham na parte de bem-estar, pois ela tem título superior completo.

É possível que esta diferença decorra da segmentação da divisão do trabalho entre os funcionários da Emater, como comentado, já que Ana dedica-se a trabalhos de discussão e de promoção do bem-estar das famílias rurais do município e tem um trabalho específico voltado ao público feminino; e Evandro participa dos trabalhos relacionados ao processo produtivo da

propriedade. Não é por acaso que ambos se diferenciem quanto ao sexo: embora haja mulheres entre os técnicos, numa maioria de homens, praticamente a totalidade do corpo funcional da área de bem-estar social da Emater é formada por mulheres. Também não é por acaso que, na vinculação institucional à Emater, o cargo de técnico é de nível superior e melhor remunerado, e o de extensionista é de nível médio, independente do fato de a funcionária ter ou não concluído um curso universitário.

Não é de se estranhar que, tendo seus trabalhos separados no âmbito da Emater, os dois entrevistados pensem diferente em relação à questão do crédito para as mulheres, e isto se reflete diretamente nos trabalhos por eles realizados com agricultoras e agricultores. A diferença dos discursos dos dois pode estar relacionada à posição que ocupam na Emater, ao tipo de trabalho realizado nas pequenas propriedades rurais e também à percepção das questões de gênero.

Os trechos seguintes desvelam esse embate. Segundo Ana,

Principalmente no trabalho com mulheres, dentro da estrutura da Emater, nós temos, de um lado os agentes, principalmente os que atuam na área técnica agrônômica, técnicos agrícolas, veterinários; e de outro os extensionistas chamados de extensionistas de bem estar social, que são colegas de formação variada de nível médio que fazem o trabalho mais voltado com o público de mulheres. Essas colegas têm como rotina organizar grupos por comunidade e tem municípios onde esses grupos se reúnem há 20 anos. Eles já tem o calendário de reuniões. Conforme a comunidade, se reúnem mensalmente para tratar de assuntos de interesse do grupo e esses assuntos são os mais variados, então é uma forma também de levar a informação, de informar sobre o acesso (...) (Ana, Emater regional)

Nós falamos em nome da regional, que é onde atuamos. A nossa discussão, como equipe regional que procura passar para os demais colegas que atuam a nível municipal, vai no sentido da divulgação, do acesso e que esse projeto seja discutido, que haja a reflexão, seja elaborado, seja concretizado no sentido da mulher buscar e alcançar a sua autonomia e a sua cidadania. Eu vejo [o Pronaf Mulher] como uma política pública que pode trazer isso, que pode facilitar, contribuir para que a mulher realmente seja cidadã, pra discutir, ser capaz de conduzir e gerenciar sua própria vida, seu próprio negócio, sua própria atividade, sem ser dependente, ter autonomia mesmo. Eu considero isso fundamental no sentido que pode até gerar um conflito inicial dentro da família, mas eu acho que no médio, longo prazo, no momento em que a mulher se sente segura, capaz, isso só tende a fortalecer uma relação entre marido e mulher, entre mães e seus filhos, eu vejo nesse sentido (Ana, extensionista de bem-estar social, Emater regional).

De acordo com Evandro,

O projeto em si beneficia a família como um todo, não é só a produtora, a agricultora mulher, está beneficiando toda a família, tanto os filhos quanto o jovem, porque assim, hoje a mulher participa na unidade familiar da mesma

forma que o marido dela, o filho também, então a preocupação é que a discussão ocorra dentro da unidade familiar, pelo casal e pelos filhos também. Os filhos são usados como mão de obra e muitas vezes eles não têm participação na divisão do benefício, então, com esse empreendimento tem filhos que estão até voltando para a casa, porque está gerando um recurso. Eu acho que a discussão tem que ser feita sempre dentro da propriedade com a família, não só com a mulher ou com o homem separado, tem que ser toda a família, querendo ou não querendo todos são atores dentro de um processo (Evandro, técnico da Emater municipal).

Os posicionamentos de Ana e de Evandro mostram uma diferença importante: enquanto Ana destaca como a maior conquista das mulheres no acesso ao Pronaf Mulher a possibilidade de uma maior reflexão em torno das diferenças entre homens e mulheres no campo no que tange às relações sociais, Evandro salienta que a unidade familiar sempre deve ser o centro do processo, independentemente de quem “encabece” os empreendimentos (se os homens ou mulheres), visando à melhoria da propriedade. Para Ana, se o acesso e a implementação de um empreendimento próprio não alterar a posição dessas mulheres na família, na comunidade e na sociedade, para uma posição mais autônoma e consciente dessas questões, esta política pública não atingirá seu objetivo e não fará sentido nenhum acessá-la. Para Evandro, o Pronaf Mulher é mais uma possibilidade de crédito, como as outras, para que os responsáveis pela propriedade possam ampliar seus empreendimentos e aumentar sua renda. Verifica-se, assim, a perspectiva de gênero assumida por Ana e a falta de percepção de Evandro sobre a desigualdade de gênero na agricultura familiar.

A diferença de posicionamento dos dois funcionários da Emater entrevistados revela-se em sua atuação com as agricultoras: enquanto Ana procura estimular um debate que ultrapasse o contexto pessoal das agricultoras para que elas possam refletir sobre a problemática da questão da mulher, Evandro promove cursos com o objetivo de agregar conhecimentos técnicos para a melhoria do produto e o aumento da produção. Contudo, a atuação de ambos é fundamental para o sucesso dos empreendimentos assumidos pelas mulheres.

É possível que a inexistência de conflitos entre os funcionários da Emater decorra da ação de Ana, em direção à mudança das relações de gênero, ficar dentro dos limites das relações predominantes na agricultura familiar. Aumenta-se o espaço de atuação das mulheres naquilo que é complementar, no tempo que sobra.

A participação das agricultoras restringe-se aos grupos mais próximos, em termos espaciais. Ou seja, a maior parte das reuniões em que elas participam realiza-se na comunidade e tem como pauta assuntos relacionados ao seu dia-a-dia, como discussão sobre questões da própria comunidade e do seu trabalho, portanto temas próximos à realidade constituída naquele espaço, como mostram os indicadores '*aumento da participação nas decisões da propriedade*', '*participação em reuniões*' e '*coragem de falar nas reuniões do sindicato ou de outros grupos*'. Destaca-se que a frequência a reuniões já era uma prática dessas agricultoras, no entanto, a forma de participação mudou, pois agora elas participam com voz, interferindo nos debates, algo que nem sempre ocorria anteriormente. No entanto, seis agricultoras responderam que não passaram a freqüentar espaços de interlocução com o Estado, mais especificamente em relação ao município, o que poderá mudar, ou não, com a construção do projeto coletivo do turismo rural.

O fato de elas considerarem que, com o Pronaf Mulher, o Governo reconhece a participação das mulheres como trabalhadoras rurais, interfere no desejo de liderar o projeto de turismo rural no município, ainda mais que elas declaram ter mais vontade e coragem de participar com voz tanto no interior da família e da propriedade quanto em diferentes grupos freqüentados por elas. A importância de se colocarem a frente desse processo está diretamente relacionada à reivindicação de uma maior inserção no espaço público para mostrar ao Estado e à Sociedade a importância de sua atuação econômica, social e política.

5.4 POSSIBILIDADES E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA *CONDIÇÃO DE AGENTE* E DO PROCESSO DE *EMPODERAMENTO* DAS AGRICULTORAS DE IJUÍ:

O exercício empreendido, nessa dissertação, foi de compreender em que medida o acesso a uma política pública contribui para a mudança nas relações de seus beneficiários, tendo como ponto de partida o referencial que discute essa dinâmica, tanto na perspectiva da construção da condição de agente, da qual os indivíduos alvos de tais políticas colocam-se diante de situação em que terão que agir no sentido de provocar mudanças em suas relações na busca pelo bem-estar próprio e das pessoas de seu entorno, quanto a partir do empoderamento que constitui o processo de obtenção de poder no sentido das pessoas adquirirem capacidade para assumir o controle e decidir sobre a sua vida.

Entre os principais fatores motivadores para o acesso por parte das agricultoras ao crédito do Pronaf Mulher, destaca-se: primeiramente, a situação financeira desfavorável de suas famílias, que aparece nos depoimentos tanto das agricultoras quanto dos agricultores que afirmam que a renda da lavoura tem sido insuficiente para as necessidades de consumo do grupo familiar; em segundo lugar, pode-se confirmar o que alguns estudos²³ vêm apontando, de que as mulheres que demonstram disposição de assumir o financiamento de um projeto próprio possuem uma trajetória de organização mínima, mesmo que estabelecida nos limites da comunidade; em terceiro lugar, a presença de mediadores que contribuem no processo através da transmissão de informações, elaboração e acompanhamento dos projetos e principalmente na colaboração na organização dos grupos de agricultoras no interior das comunidades; por último, percebe-se que o fato das mulheres terem iniciado um empreendimento próprio não desafia a posição de seus maridos no interior da família e da propriedade.

Há três motivos pelos quais a atuação das mulheres como produtoras autônomas não afeta as relações de gênero no interior das famílias. O primeiro diz respeito ao tipo de atividade escolhido para integrar o projeto do Pronaf Mulher. Os empreendimentos, em sua maioria, são constituídos pela produção de artigos alimentícios, ou produtos coloniais, como elas denominam, o que significa que não há concorrência com as atividades desenvolvidas pelos homens na propriedade.

O segundo motivo relaciona-se a renda obtida pela venda de tais produtos. Apesar de contribuir para a renda familiar, ela configura-se em auxiliar e complementar a renda obtida com a soja e com o leite, ambas administradas pelos homens.

Em terceiro lugar, não houve um rearranjo na divisão do trabalho no interior da propriedade e da casa, pois as mulheres continuam assumindo as mesmas atividades que faziam antes. Isto é, as novas atividades somam-se às atividades realizadas anteriormente e elas não competem com as demais em termos de tempo, pois são realizadas no tempo que sobra e ou no tempo em que anteriormente era destinado ao descanso ou ao lazer.

Há dois casos, entre os oito estudados, no qual o processo se consolida de forma diferente, no entanto, os fatores explicativos dessa diferença caminham na mesma direção. As duas agricultoras em questão investiram os recursos em dois tipos de empreendimentos. O

²³ ZANETTI (2007).

primeiro foi igual ao das demais agricultoras e o segundo foi a consolidação do cultivo de hortigranjeiro, atividade que já estava sendo encaminhada na propriedade. Como essa atividade traz um retorno financeiro bom e, às vezes, até superior ao da soja, quem fica responsável pela sua gestão são os maridos e não as agricultoras, por mais que estas destaquem que colaboram com eles. Logo, fica a cargo delas administrarem apenas os recursos obtidos com a venda dos produtos coloniais.

O interesse de seus maridos no cultivo dos hortigranjeiros pode ser explicado pela importância, em termos de demanda e retorno financeiro, que esse cultivo tem representado. Como destacado, o espaço da horta deixa de ser anexo à “esfera doméstica” e passa a fazer parte da “esfera produtiva”, relacionado à lavoura justamente pela mudança da representação dessa produção, pois além de servir para o auto-consumo, passa a ser algo comercializável. Mas, nesse ponto não há diferenciação com os produtos coloniais, posto que estes também podem ser vendidos. Dois fatores podem explicar a diferença de importância de um para o outro na concepção dos homens e, de certa maneira, das mulheres. De um lado, as propriedades onde há a produção para a venda de hortigranjeiros são pequenas, inviabilizando uma condição financeira considerada boa apenas com o cultivo da soja, o que levou os homens a buscarem outra alternativa, relacionada também ao cultivo da terra. De outro lado, os produtos coloniais são artigos alimentícios, o que exige um trabalho intenso na cozinha.

Além do mais, a conquista de uma linha de crédito específica para as mulheres parece refletir de forma diferente para as agricultoras e para os mediadores (Emater, Sindicato). Os mediadores têm mais consciência do que as agricultoras das vantagens positivas a serem obtidas com o Pronaf Mulher. E isso porque eles estão mais envolvidos na discussão em torno das políticas voltadas para as mulheres do campo através do diálogo com diferentes sujeitos, inclusive os envolvidos na esfera política, do que as próprias mulheres alvos de tais políticas. Ademais, as agricultoras entrevistadas têm pouco contato com outras agricultoras de outros municípios e com os agentes políticos. Os grupos dos quais elas participam restringem-se ao espaço da comunidade e a pauta dos encontros relaciona-se com questões de seu dia-a-dia. Então, toda a intermediação, com a discussão mesmo sobre as questões de gênero e de que forma o Estado vem atuando para atender as reivindicações dos movimentos de mulheres, é feita pelos mediadores, o que afasta as agricultoras, nas comunidades visitadas, de uma conscientização maior sobre as implicações que uma política de crédito para as mulheres trabalhadoras rurais pode ter além de contribuir para uma atividade que gere renda.

A análise realizada nessa dissertação apresenta algumas limitações em relação à representatividade dos casos estudados para uma pretensa generalização, visto o número de agricultoras entrevistadas para o estudo empírico ser reduzido. No entanto, a presente pesquisa fornece elementos interessantes para que se possa refletir sobre as experiências e vivências criadas e recriadas numa situação de acesso a uma política pública. Como já destacado, não é possível afirmar que esse processo se efetiva na mesma direção para todas as agricultoras, mas é possível refletir, mesmo a partir das situações vivenciadas por um grupo pequeno de mulheres, sobre as implicações concretas desta nova situação.

Como aspectos positivos apresentam-se, por exemplo, o acesso e o controle de uma renda própria, que desencadeia outras situações para essas mulheres, como sua maior participação nas despesas do consumo da família, o que acarreta um maior bem-estar pessoal e familiar. Esse fato, como salientado por Deere e Leon (2002), oportuniza aos maridos liberar-se da responsabilidade econômica e psicológica de serem os únicos a garantir o sustento da família. Ao mesmo tempo, é possível que eles percam, com isso, a auto-satisfação provocada por essa situação, além do poder associado à sua participação exclusiva no processo decisório relacionado às atividades econômicas desenvolvidas pelos membros da família. E é por isso que a representação do trabalho das mulheres continua sendo relacionada à “esfera doméstica”, constituindo-se como complementar ao trabalho dos maridos.

Por outro lado, uma discussão interessante que poderia entrar em pauta é o questionamento da divisão das tarefas entre homens e mulheres, uma vez que não houve um rearranjo na divisão do trabalho, muito pelo contrário, houve uma reafirmação da dicotomia “esfera produtiva” versus “esfera doméstica”, já que a atividade desempenhada a partir do acesso ao crédito é considerada complementar e está relacionada à última esfera. É possível que, nesta questão, as próprias mulheres não desejem entrar em confronto com seus companheiros.

A discussão proposta na dissertação, portanto, levou em conta, orientada pelo debate atual tanto acadêmico quanto dos próprios grupos sociais, a análise de situações concretas no sentido da construção de um processo que apresenta resultados positivos e negativos – ou como colocadas no esquema abaixo, constitui-se de um pólo de possibilidades e de outro de limites -, levando em conta as dimensões apresentadas para a análise. Isso não significa perceber a realidade de forma estanque, mas, pelo contrário, percebê-la em articulação nas diferentes esferas da vida social na compreensão da totalidade, sem pretender, apenas, classificar as pessoas envolvidas nesse processo como empoderadas ou não empoderadas.

Por fim, destaca-se a sistematização da análise, esquema abaixo, da dissertação através do cruzamento da proposta de Sen (2000), que sugere justamente que as políticas públicas podem contribuir de forma efetiva para o aumento das capacidades individuais, das oportunidades sociais, da liberdade e do acréscimo de poder configurando, assim a *condição de agente* e o *empoderamento* das pessoas envolvidas no acesso a tais políticas. Acrescentam-se, também, os elementos de avaliação de uma política de micro crédito a partir das dimensões econômica-individual, pessoal e social e política (MAYOUX, apud HOFMANN e MARIUS-GNANOU, 2004); e os elementos empíricos da pesquisa.

O esquema aponta justamente os dois pólos do processo. De um lado, o pólo das possibilidades e de outro, o pólo dos limites encontrados na análise da dinâmica produzida a partir do acesso ao Pronaf Mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o impacto do Pronaf Mulher na transformação das relações das agricultoras entrevistadas levou em conta o pressuposto de que o acesso às políticas públicas traz algumas conseqüências para o grupo alvo de tais ações. É nesse sentido que o Pronaf Mulher é encarado pelos gestores públicos e por grupos e movimentos sociais de mulheres ligadas à agricultura como um instrumento que contribui para a realização de uma vida mais autônoma das mulheres rurais, através do processo de trabalho próprio e a constituição de uma situação financeira mais favorável.

Para Sen (2000), a expansão das liberdades individuais é condição fundamental para o desenvolvimento das comunidades e das sociedades, e para tanto, as políticas públicas têm papel fundamental nesse processo. Por isso, leva-se em conta não só os aspectos econômicos como também os aspectos sociais e políticos, como argumentado no capítulo 1. O autor enquadra esses aspectos no que ele vai chamar de *liberdades substantivas*. A análise do processo de empoderamento das agricultoras entrevistadas tem como ponto de partida, para essa dissertação, o acesso a recursos financeiros, o que Sen (2000) chama de *facilidades econômicas*. No entanto, para contemplar as diferentes variáveis influenciadas pela mudança na situação econômica, a avaliação do Pronaf Mulher articula três dimensões que se interligam constantemente: a econômica, a pessoal e a social e política.

A construção do bem-estar pessoal e coletivo dá-se de forma ativa e participativa e passa pela reflexão da importância de superar alguns obstáculos relacionados ao fato dos sujeitos de ação serem mulheres. Como colocado acima, a questão de gênero está presente nos discursos das mulheres entrevistadas, tanto das agricultoras quanto da assistente técnica da Emater, por mais que estas ignorem alguns elementos sociais determinantes da diferenciação do comportamento e de práticas ligadas ao sexo. Ao tratar desse tipo de questão, Sen (2000) sustenta alguns pressupostos na configuração de algumas desigualdades sociais, como numa sociedade patriarcal, a característica sexo. No entanto sustentar essa diferenciação não faz sentido quando se deseja a transformação de uma dada realidade social. Afinal, quem determinou que a reprodução social deva ter como centro as ações do homem? Assegura-se o bem-estar coletivo a partir, apenas, das práticas masculinas? Sen (2000) argumenta, baseado em fatos concretos, que não e essa pesquisa também demonstra isso. A hipótese de que as mulheres, quando têm oportunidade de administrar recursos ingressantes no seio familiar,

tendem a contribuir de forma mais eficaz para o bem-estar dos membros da família, investindo mais na alimentação e em elementos necessários ao dia-a-dia, como vestuário e educação, se comprovam nos estudos de Sen (2000) e na presente dissertação.

O processo de acréscimo de poder e controle – o *empoderamento* - nas definições importantes sobre a própria vida estão diretamente relacionados às oportunidades concretas que os indivíduos têm para se colocar na *condição de agente*. Evidencia-se essa hipótese, pelo menos nessa pesquisa, a partir da afirmação, dos diferentes indivíduos afetados pela mudança gerada pelas ações das agricultoras, de que assumir uma atividade que gera uma renda própria, possibilitada pelo acesso aos recursos do Pronaf Mulher, contribui para uma mudança positiva em termos de renda familiar e de posicionamento nas questões importantes para elas, para a família e para a comunidade.

A relação entre a condição de agente e o processo de empoderamento configura-se de mão dupla. Ou seja, um determina o outro. A iniciativa das agricultoras em empreenderem um negócio próprio atuando, assim, de forma mais ativa nas definições importantes relacionadas ao processo de trabalho reflete e é refletido pelo aumento de poder que elas adquirem ao longo do processo. E isso fica evidente nas diferentes articulações realizadas por elas na busca de maiores oportunidades, pessoais e coletivas, e na tentativa de resolução de problemas, representadas, entre as agricultoras entrevistadas, na preocupação em relação à comercialização da produção e no processo de empreender o projeto do turismo rural.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o processo apresenta resultados positivos a partir da possibilidade das agricultoras empreenderem novas ações que as envolvem em diferentes esferas sociais, esse mesmo processo apresenta limites quando se pensa na transformação dos papéis desempenhados por mulheres e homens no meio rural. Ou seja, a construção da sua condição de agente e de seu empoderamento a partir do acesso a uma política de crédito, na perspectiva adotada na presente dissertação, não se encontra finalizada – e não se sabe se isso ocorrerá - por uma série de razões relacionadas às especificidades socioculturais da agricultura familiar que serão explicitadas a seguir.

Em primeiro lugar, a decisão de acessar ou não o crédito do Pronaf Mulher não foi uma decisão tomada somente pelas agricultoras. É possível que elas não tivessem acessado este crédito se não houvesse o aval de seus maridos. Aqui aparece o limite de sua autonomia de decisão, o que já era de se esperar, já que, na agricultura familiar, quem lida com o financiamento necessário à produção da unidade familiar são os homens.

Em segundo lugar, os projetos formulados para a obtenção dos recursos do Pronaf Mulher foram construídos tendo em vista a continuidade das atividades complementares às quais as agricultoras já se dedicavam anteriormente. Não é por acaso que as principais justificativas apontadas por elas para acessar o crédito são justamente a de aumentar a produção para a obtenção de uma renda extra, com vistas a contribuir para as despesas da família e, a partir do investimento em maquinários, diminuir o esforço físico necessário para a produção de seus produtos coloniais. Conseqüentemente, a opção em investir os recursos numa atividade já considerada complementar, no interior da família, repercute em três implicações decisivas que impõem limitações ao processo de mudanças nas relações de gênero nas unidades produtivas familiares.

A primeira implicação diz respeito à renda gerada pela comercialização. Como o empreendimento dos produtos coloniais não se constitui como fonte de renda principal, nem da propriedade e nem da família - apesar das agricultoras assumirem a partir de então, grande parte dos gastos com o consumo familiar - as atividades das mulheres não competem, em importância, com as atividades dos homens. Em decorrência ocorrem as demais implicações: por um lado, o aumento da jornada de trabalho das agricultoras e, por outro lado, a manutenção da divisão sexual do trabalho, impossibilitando a ruptura, nesse momento, da tradicional dicotomia entre a “esfera produtiva” e a “esfera doméstica”.

Aliados às implicações produzidas pelo processo de tomada e investimento do crédito, existem os próprios limites operacionais da política de crédito do Pronaf Mulher. Ou seja, uma das regras dessa linha é a da operação única por agricultora, o que significa que aquelas que acessaram o crédito, independentemente do valor retirado, não poderão mais contar com essa linha para financiar e expandir seus empreendimentos. Se esse for o desejo de algumas mulheres, elas terão que recorrer ou a outra linha do Pronaf ou a outro tipo de financiamento. Aqui entra a questão relacionada ao fato de elas se percebem ou não como futuras beneficiárias de outras linhas de crédito que não a do Pronaf Mulher.

Ademais, não existe ainda uma discussão consolidada sobre o que fazer com relação à comercialização da produção. Enquanto a venda de seus produtos for encarada como o suficiente para auxiliar nas despesas da casa, essa questão fica em aberto. Mesmo no caso de algumas agricultoras que ampliaram a comercialização através do fornecimento de seus produtos para a merenda escolar ou para mercadinhos da cidade. As exigências formais e o custo do registro da produção são considerados como demasiados por elas. Além disso, há a

própria questão da aposentadoria, como destacado por Rosani Spanevello e Adriano Lago (2008). Esses dois fatores limitadores mostram a contradição em que pode se configurar o Pronaf Mulher, pois se a linha foi criada para contribuir para a autonomia e independência das mulheres trabalhadoras rurais, como não pensar nas conseqüências de um acesso único e de não repensar a atividade artesanal como produto legítimo de seu trabalho como agricultora familiar? Para tanto, no mínimo, de um lado, alguns critérios do crédito deveriam ser reavaliados, e de outro, o processo de comercialização e a própria questão da aposentadoria poderiam ser, também, repensados, pois o beneficiamento da matéria prima advinda da agricultura não pode ser dissociado desta.

Nota-se que diante de uma série de dilemas e questões colocadas às mulheres como: acessar ou não acessar; o que fazer; e até onde se pode ir, as agricultoras apresentam uma postura que tende muito mais à cooperação do que ao conflito. Pois, para preservarem as relações conjugais, elas não agem no sentido de romper com suas posições no interior da família, o que significa questionar, de certa forma, as limitações apresentadas, mas não comprometer a dinâmica já estabelecida com sua inserção no espaço doméstico. Logo, suas ações visam à cooperação porque o que elas querem, principalmente, é contribuir com a renda familiar, mesmo que isso lhes custe a manutenção da “ordem das coisas”.

Apesar das limitações apontadas, há algumas mudanças para essas agricultoras, pois ocorreram modificações em relação ao aumento de sua auto-estima, por se sentirem capazes tanto de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização, quanto de contribuir financeiramente para as despesas da família. No entanto, entende-se que as coisas permanecem “no seu lugar”, isto é, as práticas construídas historicamente e influenciadas pelos condicionamentos socioculturais a que estão inseridas, como colocam Jorge O. Romano e Cristina Maria Buarque (2001), são ainda muito presentes e resistentes tanto para os homens como para as mulheres.

Logo, o processo de construção da condição de agente e de empoderamento implicados no acesso ao Pronaf Mulher apresenta, ao mesmo tempo, dois vieses por vezes opostos. Pois, se de um lado o processo apresenta um leque de oportunidades de ações, de interações e de espaços sociais dos quais as mulheres se viam totalmente excluídas, de outro, ele apresenta limitações que advém dos condicionantes socioculturais relacionados à agricultura familiar e de problemas operacionais da própria política de crédito voltada às mulheres.

O “empoderamento” das mulheres, examinado nesse trabalho, não provocou o desempoderamento dos homens, como já indicado por Carmen Deere e Magdalena Leon (2002), porque, por um lado, as mulheres não competiram com eles, uma vez que utilizaram o crédito para as atividades distintas das deles; e, por outro lado, porque seus ganhos monetários foram pequenos.

Devido à importância dos ganhos das mulheres com o acesso ao Pronaf Mulher, provavelmente não ocorreram diferenças significativas entre elas e aquelas que não acessaram o crédito. Os principais aspectos que demarcam algumas dessas diferenças são o próprio acesso ao crédito e a segurança decorrente dele; e o aumento da auto-estima das mulheres que acessaram o Pronaf Mulher. Neste último aspecto, é preciso reconhecer que as mulheres podem aumentar sua auto-estima de diversas maneiras, principalmente quando se vêem privilegiadas em relação a outras mulheres em uma grande gama de aspectos possíveis, como a própria possibilidade de administrar uma renda própria, mesmo que essa renda seja pequena.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher. In: Encontros com a Civilização Brasileira. **Mulher Hoje** (número especial). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980;
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a Família Rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (ANPOCS), nº 1 vol. 1, junho de 1986, p. 66-83.
- ANTUNES, Marta de Oliveira. **O caminho do empoderamento na superação da pobreza: o caso das quebradeiras de coco e trabalhadores (as) rurais da área de atuação da Assema**. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2003.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. **Políticas para as trabalhadoras rurais: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/INCRA**. Brasília: MDA, 2007.
- BRUMER, Anita. O Sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 8, vol.3 outubro de 1988, p. 20-38.
- BRUMER, Anita. Mobilization and the quest for recognition: the struggle of rural women in Southern Brazil for access to welfare benefits. In: ABEL, Christopher & LEWIS, Colin M. (eds.). **Welfare, poverty and development in Latin America**. London: Macmillan, 1993, p. 405-420.
- BRUMER, Anita; GIACOBBO, Elisa Olívia. A mulher na pequena agricultura modernizada. In: **Humanas**. Revista do IFCH – UFRGS, Porto Alegre, V.16, n.1, jan/jun, 1993, p. 139-156.
- BRUMER, Anita; DUQUE, Ghislaine; LOURENÇO, Fernando Antonio e WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 179-234.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, ano 4, nº 7, 2002, p. 50-81.
- BRUMER, Anita. A reprodução da unidade familiar de produção: gênero, herança da terra, educação e trabalho. **Anais do XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia** (ALAS), 2003.

BRUMER, Anita; et al. A inserção de mulheres jovens na agricultura familiar no extremo sul do Brasil. **Anais do XI Congresso Internacional de Sociologia Rural**, 2004.

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson. **Agricultura Familiar para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul** – Documento síntese da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul (mimeo).

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores rurais. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, no. 1, 2001, p. 22-55.

CELARIÉ, Nidia Hidalgo; MARTELO, Emma Zapata. **El impacto de los proyectos de microfinanciamiento en la negociación por los recursos al interior del grupo doméstico: un acercamiento teórico desde la teoría feminista**. In: CD dos Anais do VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2002, p. 1900-1909.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da Silva, J e STOLCKE (Org.), V. **A questão agrária**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981.

CIRANDAS DO PRONAF PARA AS MULHERES. Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead Debate 6), 2005.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **Cadernos de Sociologia** nº 9. Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 1998, p. 11-47.

CREMONESE, Djalma. Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí-RS. Tese de doutorado defendido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS em 2006.

CREMONESE, Djalma. **Análise da variação do capital social de ijuí – RS (1960-2005)**. Consultado no sitio www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolimentoregional/grupo%201/07.pdf, em 30/01/2008.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana e LEÓN, Magdalena. Diferença de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. In: **Sociologias**, ano 5, nº 10, 2003, p. 100-152.

IBASE; PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório final, novembro de 2005.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e políticas de crédito para mulheres rurais em Santa Catarina**. Consultado no sitio www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/s/sirlei_aparecida_fernandes_15.pdf, em 30/01/2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 245- 282.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da Justiça de Gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

HOFMANN, Elisabeth e MARIUS-GNANOU, Kamala. L'empowerment des femmes entre relativisme culturel et instrumentalisation dans des évaluations de la microfinance en Inde. In: **Premières journées du GRES**. Bourdeaux IV, 16-17 septembre 2004.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOPES, Milena Nunes. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais da UFRGS. Porto Alegre. 2006. 68 pág.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: Análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Relatório Brasil: **Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil**. Reunião Especializada em Agricultura Familiar (REAF). Seção Nacional Brasil (mimeo).

MOURA, Maria Margarida. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

ROMANO, Jorge O.; BUARQUE, Cristina Maria. **Crédito e gênero no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p. 173-208.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. A Pluriatividade e a Agricultura Catarinense: Dissolução ou Redefinição da Exploração Familiar? **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. V.8, n. 2, p. 56-58, 1995.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 54-80, 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. 1ª. ed. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2003. v. 01. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; NIEDERLE, Paulo André ; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e Pesca Artesanal: O caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. **Sociedade em Debate** (UCPel), Pelotas, v. 10, n. 3, p. 7-33, 2004.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Sob o efeito da desagrarização: Agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 15, p. 310-339, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth B. Gênero e Patriarcado: Violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo, et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 43-59.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZZELA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo E. Moruzzi (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-49.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, p. 14-33, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 15(2):5-22, jul/dez, 1990.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem e a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 121-135.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo, et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 107-119.

SPANEVERELLO, Rosani; LAGO, Adriano. Implicações das atividades artesanais no enquadramento previdenciário das mulheres agricultoras familiares. In: CONTI, Irio Luiz; MAGRI, Cledir Assisio (orgs.). **Agricultura Familiar: alternativas em construção**. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2008, p. 111-129.

SPINK, Mary Jane P. & LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero. In: **Revista Brasileira de Educação**, jan/fev/mar/abr, n. 1 de 1996, p. 27-49.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie. (orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2001, p. 13-20.

VENTURI, Gustavo et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZANETTI, Cândida. **Da roça ao banco: Notas sobre a participação das mulheres agricultoras no trabalho e nas políticas públicas**. Consultado no sitio www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/trab_format_pdf/43.pdf, em 30/01/2008.

ZORZI, Analisa. **Transmissão da propriedade: Uma etapa da reprodução social na agricultura familiar**. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais da UFRGS. Porto Alegre. 2005. 64 pág.

www.cnm.org.br, consultado em 31/01/2008.

www.ibge.gov.br, censo de 2000 consultado em 31/01/2008.

fetaesc.org.br, consultado no dia 04.04.2008.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS AGRICULTORAS**

Data: _____

Localidade: _____

Município: _____

Número da entrevista: _____

Bloco A – questões pessoais:

Nome: _____

Contato (fone e ou e-mail): _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Você tem filhos? _____ Quantos? _____

Idade e sexo dos filhos: _____

Escolaridade: _____

Ocupação: _____

Bloco B – questões de contextualização

Como ficou sabendo do Pronaf Mulher?

Na sua família, há alguém que recebeu o crédito do Pronaf- -Mulher? Se sim, quem foi, e para que?

Quando e por que você decidiu acessar o pronaf mulher?

Que tipo de apoio você recebeu (sindicato, banco, Emater, Ong, amigas...) para se informar sobre o crédito e sobre o tipo de projeto ou atividade que terias que desenvolver com os recursos do crédito? Que tipo de apoio foi este? Onde e por quanto tempo? Existe acompanhamento?

Quais foram as pessoas que ajudaram, influenciaram e ou participaram da sua tomada de decisão e do processo de acesso ao crédito? Quem teve a idéia da atividade a ser feita, para a solicitação do crédito? Quem deu as informações necessárias? Quem ajudou a elaborar o projeto?

Você teve alguma dificuldade nesse processo? Quais foram elas?

Qual era o teu objetivo (projeto) ao acessar o crédito? Qual o empreendimento visado?

Você já acessou ou já tinha acessado algum outro tipo de crédito antes do pronaf mulher?

Bloco C – questões socioeconômicas

A propriedade em que você mora e ou trabalha tem quantos hectares? O que é produzido nela? Quais os principais produtos destinados à venda?

A propriedade está em nome de quem? Foi adquirida como, por herança (sua ou de seu cônjuge)? De outra forma?

Quem cuida das finanças da propriedade? E das finanças do empreendimento construído a partir do crédito que você recebeu?

Quem decidiu o que fazer com esse recurso? Como foi esse processo (quem participou da decisão)? Como está o desenvolvimento do projeto?

Como está a sua situação financeira e a de sua família? Você acha que melhorou ou piorou depois que você acessou o crédito? Por quê? Quais são as tuas expectativas em relação a essa questão econômica para o futuro?

Teve alguma melhoria na alimentação da família?

O bem estar da família melhorou, piorou ou permaneceu o mesmo?

Adquiriu algum bem depois do acesso?

Fez alguma modificação na casa (reforma)?

Ajudou financeiramente alguém?

Você acha que poderá pagar a dívida feita com o Pronaf Mulher?

Você tem alguma outra fonte de renda? Qual? (aposentadoria)

Bloco D – questões referentes ao processo de gerenciamento e participação na propriedade

Quem é o(a) responsável pela propriedade? Sempre foi assim? Como era antes?

Como é a sua participação na gestão da propriedade hoje? Sempre foi assim? Como era antes? (Se mudou – Por que você acha que mudou?)

Qual é a tua participação nas decisões referentes à produção e alocação de recursos da propriedade?

Bloco E – questões referentes ao trabalho

Quem trabalha na propriedade? Como é feita a divisão das tarefas? Sempre foi assim? Como era antes?

O que você pensa sobre o seu trabalho? Por quê? E sobre o trabalho de seu esposo? Por quê? (importância atribuída)

Qual a tarefa que você faz que considera a mais importante? Por quê? E de seu esposo? Por quê?

Bloco F – questões referentes à participação social e política

De que grupos participa?

Você participa de algum grupo da comunidade? Qual ou quais? Desde quando participa? Como é a sua participação? Você acha importante participar? Por quê? Você já participava antes? Por quê?

Você participa de algum grupo, movimento ou associação social? Qual ou quais? Desde quando participa? Como é a sua participação? Você acha importante participar? Por quê? Você já participava antes? Por quê?

Você participa de alguma instancia representativa do governo (tipo Orçamento participativo)? Qual ou quais? Desde quando participa? Como é a sua participação? Você acha importante participar? Por quê? Você já participava antes? Por quê?

Você acha que tem mais liberdade para expressar suas opiniões?

Como está o seu relacionamento com a comunidade? O que seus vizinhos acham do seu empreendimento, do seu trabalho?

Bloco G – questões referentes à esfera da família

Qual é a opinião de seu cônjuge/pai/irmão(a)/mãe sobre a tua decisão de acessar o crédito?

Quem toma as decisões mais importantes na sua família? Por quê? Sempre foi assim? Como era antes?

Como está a sua relação com o seu cônjuge, mudou alguma coisa depois do acesso ao Pronaf-mulher?

Bloco H – questões relacionadas ao impacto do pronaf-mulher

Você acha que mudou alguma coisa para você no espaço de trabalho, familiar e na comunidade depois que você acessou o crédito?

Você tem conta no banco? Você já tinha antes de acessar o crédito?

Como você foi tratada no banco durante o processo de efetivação do empréstimo?

Você já possuía conta em banco?

O fato de ter uma conta no banco alterou alguma coisa no seu dia-a-dia?

Você já tinha carteira de identidade e CPF antes de acessar o crédito? Se não, por quê?

Quais são os aspectos positivos que você relacionaria ao acesso ao pronaf mulher? E os negativos?

O que você acha de uma linha específica do pronaf para as mulheres? Por quê?

Você conhece alguém que teve dificuldade no acesso e ou na implementação do projeto, mal uso do recurso e o que você acha que aconteceu para que essa (as) pessoas tivessem essas dificuldades?

Você tem alguma consideração, crítica e sugestões (o que poderia melhorar) a fazer relacionada ao processo de acesso ao Pronaf mulher?

Entre os pontos abaixo, marque com X os que correspondem a sua situação atual, após o acesso ao crédito do Pronaf Mulher:

() Sinto que o governo está reconhecendo a participação das mulheres como trabalhadoras rurais

() Estou conseguindo participar mais das decisões da propriedade, na minha família

() Comecei a freqüentar as reuniões de alguns grupos (Ongs, Emater, Sindicato, entre outros).

Quais: _____

() Agora, eu tenho mais coragem de falar nas reuniões do sindicato ou de outros grupos

() Comecei a freqüentar alguns espaços de diálogo com o Estado (quais: _____)

() Meu marido (ou companheiro) passou a me valorizar mais

() Meus filhos estão me valorizando mais

() Estou trabalhando mais, agora, do que trabalhava antes

() Meu marido está com ciúmes das minhas atividades

() Agora, tenho dinheiro, obtido com o meu trabalho, para comprar coisas que não comprava antes (pessoal.)

Ex: _____

() A alimentação da família mudou depois que comecei a ter uma renda própria.

Ex: _____

() Na minha família, alguém (quem? _____) está fazendo algumas das atividades que eu fazia antes, para que eu possa me dedicar à atividade para a qual obtive o recurso do Pronaf Mulher

() Algum vizinho (ou vizinha) está me criticando, ou debochando do meu marido, depois que comecei a ter uma atividade própria

() Algum vizinho (ou vizinha) está me incentivando a continuar com minha atividade produtiva

() Meu marido não perde nada com minha atividade produtiva

() Depois que comecei a vender a produção da atividade apoiada pelo Pronaf Mulher comprei algumas coisas para minha casa (O que? _____)

_____)

() Tive que abrir uma conta no banco para poder acessar o crédito

() Já possuía conta no banco

() Abri uma conta poupança para guardar o dinheiro que sobra

() Ajudo algum familiar financeiramente (quem _____)

E como: _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ESPOSOS DAS AGRICULTORAS

O que o senhor acha da sua esposa ter acessado o Pronaf mulher?

O que o senhor acha sobre o empreendimento dela?

O senhor trabalha também no empreendimento dela?

Como é a divisão das tarefas na propriedade?

O senhor ajuda nas tarefas domésticas?

Quem administra a renda da propriedade?

Quem administra a renda do empreendimento do Pronaf mulher?

O senhor considera positivo ou negativo a sua esposa ter uma renda própria?

O que o senhor acha da sua esposa ter uma conta no banco?

É ela quem vai ao banco para tratar de assuntos referentes ao empreendimento?

O que o senhor acha da sua esposa participar de grupos de mulheres realizados com a colaboração da Emater?

O que o senhor pensa do Pronaf mulher?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA A EXTENSIONISTA DA EMATER

Qual é a importância de uma política específica para as mulheres (nesse caso o Pronaf mulher) para o desenvolvimento da Agricultura Familiar?

Nº de mulheres que acessam:

Você acha que se justifica uma linha específica para as mulheres, ela é necessária, por quê?

Que tipo de apoio a Emater tem dado às agricultoras durante o processo de acesso ao crédito (informações, formulação de projeto, acompanhamento, entre outros)?

Tipo de projeto (quais são?, quem auxilia, como se dá o processo de formulação)?

Qual é a sua avaliação dos projetos das agricultoras?

Existe o acompanhamento da Emater da execução do projeto?

Em sua opinião, elas têm conseguido realizar os objetivos do projeto?

E quanto ao pagamento do empréstimo, tem havido dificuldades?

Em sua opinião, os recursos têm ido para o empreendimento familiar ou para a agricultora, são empreendimentos individuais ou coletivos? Quantos de cada? Como tem sido o trabalho em grupo?

Que tipo de ação a Emater desenvolve com as agricultoras? (seminários, oficinas, palestras, cursos de qualificação, etc.)

Como tem sido o processo informacional relacionado ao acesso? Vocês fazem campanhas de informação (tipo, quem ajuda/colabora, quais são as dificuldades no processo de informação)? Como elas são? Elas têm algum resultado, as agricultoras acabam se interessando? Como tem sido esse processo?

Em sua opinião (da Instituição), o que de positivo e o que de negativo o acesso ao Pronaf mulher trouxe para as agricultoras da região?

Os resultados têm sido positivos ou negativos?

Como você acha que a comunidade tem encarado esse processo?

E a família (esposo, pais e filhos)

Quais são as principais dificuldades que elas enfrentam?

Quais são os obstáculos no processo de formulação e acesso ao crédito que as agricultoras têm enfrentado (ex: não saber que o marido já possui dívidas)

Você acha que a relação delas com a família, com a comunidade, com o trabalho, com o Estado (através de grupos mediadores como a Emater), com grupos sociais e com agentes financeiros mudou? em que sentido? Falar de cada um em separado.

Qual é a posição da Emater em relação ao Pronaf mulher?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA SINDICATO

Qual é a importância de uma política específica para as mulheres (nesse caso o Pronaf mulher) para o desenvolvimento da Agricultura Familiar?

Nº de mulheres que acessam:

Você acha que se justifica uma linha específica para as mulheres, ela é necessária, por quê?

Que tipo de apoio o sindicato tem dado às agricultoras durante o processo de acesso ao crédito (informações, formulação de projeto, acompanhamento, entre outros)?

Em sua opinião, os recursos têm ido para o empreendimento familiar ou para a agricultora, são empreendimentos individuais ou coletivos? Quantas de cada? Como tem sido o trabalho em grupo?

Que tipo de ação o sindicato desenvolve com as agricultoras? (seminários, oficinas, palestras, cursos de qualificação, etc.)

Como tem sido o processo informacional relacionado ao acesso? Vocês fazem campanhas de informação (tipo, quem ajuda/colabora, quais são as dificuldades no processo de informação)? Como elas são? Elas têm algum resultado, as agricultoras acabam se interessando? Como tem sido esse processo?

Em sua opinião (da Instituição), o que de positivo e o que de negativo o acesso ao Pronaf mulher trouxe para as agricultoras da região?

Os resultados têm sido positivos ou negativos?

Como você acha que a comunidade tem encarado esse processo?

E a família (esposo, pais e filhos)

Quais são as principais dificuldades que elas enfrentam?

Quais são os obstáculos no processo de formulação e acesso ao crédito que as agricultoras têm enfrentado (ex: não saber que o marido já possui dívidas)

Você acha que a relação delas com a família, com a comunidade, com o trabalho, com o Estado, com grupos sociais e com agentes financeiros mudou? Em que sentido? Falar de cada um em separado.

Qual é a posição do sindicato em relação ao Pronaf mulher?

ANEXO 1

PLANO SAFRA 2007/2008

CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do INCRA.	Investimento.	Estruturação dos lotes dos (as) assentados(as).	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ater.	0,5% a.a.	De 46% se houver assistência técnica ou 40% nos demais casos aplicados em cada operação.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico ou até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Grupo A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	Investimento.	Recuperação das Unidades Familiares dos(as) agricultores(as) assentados(as).	Até R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.

Pronaf A/C	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	Custeio (1)(3).	Custeio de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3,5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	De R\$ 200,00 em cada operação, restrito a apenas um bônus por ano agrícola.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Até R\$ 1,5 mil por operação.	0,5% a.a.	De 25% aplicados em cada operação até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf C	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Investimento: R\$ 700,00 por produtor(a); (até 2 operações) Custeio: R\$ 200,00 por produtor(a); (até 6 operações)	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf D	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18 mil e até R\$ 50 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 10 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf E	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.	Investimento(5) e Custeio (1).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mil	5,5% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Até 5 anos.
Pronaf Agroindústria	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou	Investimento.	Investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades	Até R\$ 18 mil	2% a.a. para os Grupos A/C, B, C e D.	Não contempla.	Até 8 anos. Até 16 anos no FNE, FNO, FCO.	Até 5 anos.

	industrializar a produção.		agroindustriais.		5,5% a.a. para o Grupo E.			
Pronaf Custeio - Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Custeio.	Custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil Crédito formas associativas: até R\$ 2 milhões	4% a.a.	Não contempla.	Até 12 meses.	Não se aplica.
Pronaf Cota-Parte	Agricultores(as) familiares filiados(as) à cooperativas de produção de produtores rurais.	Custeio, Investimento e capital de giro.	Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil	4% a.a.	Não contempla.	Até 6 anos para investimento fixo. Até 3 anos nos demais casos.	A ser definido no projeto
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras independente do estado civil.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: até R\$ 1,5 mil Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até R\$ 36 mil	Grupos A, A/C e B: 0,5% a.a. Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Grupos A, A/C e B: de 25% sobre cada parcela. Grupo C: R\$ 700,00 por produtora.	Grupos A, A/C e B: até 2 anos. Grupos C, D e E: até 8 anos.	Grupos C, D e E: até 5 anos.

Pronaf Jovem	Jovens agricultores(as) familiares, entre 16 a 29 anos, que tenham no mínimo 100 horas de cursos ou estágios.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse do(a) jovem agricultor(a) rural.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico e até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Convivência com o Semi-Árido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infraestruturas de produção agropecuária.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf Floresta	Agricultores(as) familiares dos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável e plano de manejo e manejo florestal.	Recursos do FNE, FNO, FCO (6), Grupo B: até R\$ 2 mil Grupo C: até R\$ 8 mil Grupo D: até R\$ 12 mil Recursos dos Fundos para outras finalidades ou recursos das demais fontes Grupo B: até R\$ 1,5 mil Grupo A, A/C e C: até R\$ 5 mil Grupo D: até R\$ 7mil	2% a.a.	Não contempla.	FNE, FNO, FCO: até 16 anos. Outras Fontes: até 12 anos.	Até 8 anos.
Pronaf Agroecologia	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: C ou D ou E, que desenvolvam sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Investimento.	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Grupo C: até R\$ 6 mil Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até 36 mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 8 anos.	Até 3 anos.

Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E.	Investimento.	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6mil Grupo D: até R\$ 18mil Grupo E: até R\$ 36mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 12 anos para projetos de silvicultura e até 8 anos nos demais casos.	Até 8 anos para projetos de silvicultura e 3 anos ou até 5 anos nos demais casos, dependendo do projeto técnico.
---------------------------------------	---	---------------	---	---	---	----------------	--	--

Quando às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor(a).

- Nos casos dos custos agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS, para o Grupo E, pode-se optar entre o Proagro e o Proagro Mais.
- O(A) produtor(a) somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.
- Os limites de crédito de custeio podem ser elevados em 30% quando destinados as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.
- Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção.
- Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura e em projetos de infra-estrutura hídrica, inclusive aquelas atividades relacionadas com projetos de irrigação e demais estruturas produtivas que visem dar segurança hídrica ao empreendimento; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção; atividades relacionadas com o turismo rural; aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.
- Exceto para os Grupos A e A/C
- Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF: Garantia de preços para os agricultores(as) familiares que acessaram os créditos de custeio a partir da safra 2006/2007 para a produção de milho, mandioca, arroz, feijão, soja e leite.

Fonte: fetaesc.org.br, consultado no dia 04.04.2008